

JULIANA CARRARO YOKOGAWA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIDA
ASSOCIATIVA:
ESTUDO SOBRE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PALHOÇA - SC**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís
Boeira.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

CARRARO, Juliana

Representações sociais da vida associativa: estudo sobre uma organização da sociedade civil de resíduos sólidos de Palhoça – SC / Juliana Carraro; orientador, Sérgio Luís Boeira – Florianópolis, SC, 2017. 150p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

JULIANA CARRARO YOKOGAWA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIDA
ASSOCIATIVA:
ESTUDO SOBRE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE PALHOÇA - SC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração

Florianópolis, 07 de abril de 2017.

Prof. Marcos Vinicius Andrade de Lima, Dr..
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Luciana Francisco de Abreu Ronconi, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.^a Marília Verissimo Veronese, Dr.^a
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (videoconferência)

Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Renê Birochi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

*A Aparecida Frigo e Antenor
Carraro (e seus descendentes).*

AGRADECIMENTOS

Antes mesmo de começar a me situar em meio a um emaranhado de ideias, palavras e reflexões que hoje tenho como minhas, julgo essencial remontar àqueles que “seguraram a pena” comigo durante essa caminhada de pesquisa acadêmica.

Agradeço à minha família, aos meus pais Malvina e Wilson e a minha irmã Rhaissa, por todo amor e por toda compreensão, confiança e suporte, mesmo a quilômetros de distância. Vocês são minha estrutura.

As minhas amigas e amigo, parceir@s de jornada, Bárbara Flôr, Monique Nascimento e Alexandre Lelé, por compartilharem alegrias e tristezas. Momentos que me mostraram como é mais bonito e leve o caminho quando caminhamos juntos.

Ao professor Sérgio Luís Boeira, por ter aceitado me orientar e pela oportunidade de aprendizado. Ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina por todo o suporte e à CAPES pela bolsa de estudos concedida.

Aos meus companheiros do Núcleo de Pesquisa Organizações, Racionalidade de Desenvolvimento, Gustavo Matarazzo, Danilo Melo, Jorge Sturmer, Déris Caetano e Nadja Aires, que direta ou indiretamente contribuíram com palavras, conselhos, sugestões e presenças. Um obrigada especial a Vanêssa Pereira Simon, pelo exemplo, carinho e por suas tentativas pacienciosas de me mostrar que as coisas assumem a importância que damos a elas.

Ao mestre Diego de Campos Domingos, pela lucidez de acompanhar minhas confusões e angustias; por ser referência, companhia, inspiração e razão.

Ao sempre orientador e amigo Benilson Borinelli, pelos encontros desta e de outras vidas, por ser mentor, conselheiro e espelho.

Ao Professor Maurício Serva, pela acolhida em seu núcleo de pesquisa e por ser fonte de sabedoria e inspiração acadêmica.

A todos os professores que fizeram parte de toda minha formação, por alimentarem a “fome” por conhecimento, minha e de outros tantos aprendizes, especialmente aos professores Renê Birochi, Raphael Schlickmann, Luciana Ronconi e Marília Veronese, que acompanharam de perto estes meus últimos passos.

Por fim, mas não menos importante, a cada uma das pessoas extraordinárias que trabalham na associação Pró-CREP, com as quais tive oportunidade de aprender coisas que nenhum livro poderia me ensinar.

Minha mais sincera gratidão a todos e todas. Nas palavras de um grande mestre, obrigada por *estarem aqui*.

[...]

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.*

*Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

Carlos Drummond de Andrade

*Eu fico pensando assim, se não houvesse quem reciclasse,
o que iria acontecer com o planeta?
O ambiente até das nossas casas,
Isso ia tudo pra onde?*

Olívia

RESUMO

A heterogeneidade própria do campo das organizações da sociedade civil abre margem para estudos em diversas áreas abordando diferentes perspectivas. Dado isto, meu objetivo central foi compreender de que forma os sujeitos que fazem parte de uma organização da sociedade civil se compreendem enquanto tal. Organização esta que atua no município de Palhoça (Santa Catarina) na área de resíduos sólidos, campo historicamente marcado pela exclusão social, informalidade e precariedade das relações de trabalho, mas que também pode assumir papel gerador de transformações sociais quando ligado à ação coletiva. Caracterizei o estudo enquanto qualitativo, que se utilizou das técnicas de observação participante, entrevistas e análise documental. O aporte teórico se pautou no debate sobre sociedade civil, na teoria da delimitação dos sistemas sociais (Guerreiro Ramos) e na teoria das representações sociais. Esta última foi também base metodológica sobre a qual se desenvolveu a interpretação dos resultados. Conclui que a interação entre os sujeitos através do espaço de comunicação era fator determinante no estabelecimento de laços familiares associativos e no compartilhamento de um projeto social vinculado à história desta associação. História esta que ligava o trabalho de coleta de resíduos sólidos aos valores propagados pelo engajamento social e pela educação ambiental e que transcendia o espaço interno da associação, tornando essa um agente de educação ambiental local.

Palavras-chave: organização da sociedade civil; representações sociais; sociabilidade; resíduos sólidos; educação ambiental.

ABSTRACT

The heterogeneity inherent in the field of civil society organizations opens the door to studies in several areas, addressing different perspectives. Given this, the main objective of this work was to understand how the subjects that are part of an organization of civil society understand themselves as such. This organization operates in the area of solid waste, a field historically marked by social exclusion, informality and precariousness of labor relations, but which can also assume a role that generates social transformations when linked to collective action. I characterize the study as a qualitative one, using the techniques of participant observation, interviews and documentary analysis. The theoretical contribution was based on the debate on civil society, on theory of social systems delimitation (Guerreiro Ramos) and on the theory of social representations. The latter was also the methodological basis on which the interpretation of the results was developed. It concludes that the interaction between the subjects through the communication space was a determining factor in the establishment of associative family ties and in the sharing of a social project linked to the history of this association. History that linked the work of solid waste collection to the values propagated by social engagement and environmental education and that transcended the internal space of the association, making it an agent of local environmental education.

Keywords: civil society; Social representations; Solid waste; environmental education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interfaces das organizações que atuam no campo social	39
Figura 2- Paradigma Paraeconômico	46
Figura 3 - As esferas de pertença das representações sociais.....	55
Figura 4 - A arquitetura da representação: constituintes e modo de produção.....	59
Figura 5- A espiral da contextualização.....	71
Figura 6 - Limite territorial do município de Palhoça (SC)	77
Figura 7 - Centro de triagem da associação Pró-CREP.....	80
Figura 8 - Área de atuação da Pró-CREP (com marcação da sede)	82
Figura 9 - Caminho para a associação Pró-CREP	86
Figura 10 - Planta baixa do centro de triagem da associação Pró-CREP	86
Figura 11 - Mesa de vendas do galpão.....	89
Figura 12 - Vista da entrada do galpão de triagem.....	89
Figura 13 - Disposição dos materiais	90
Figura 14 - Brechó e oficina de mosaico.....	93
Figura 15 - Atividades na oficina de mosaico.....	94
Figura 16 - Processo de decantação do óleo na oficina de biodiesel.....	95
Figura 17 - As dimensões espaço-temporal, econômica, social e valorativa.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Os diferentes enclaves sociais e suas características .	48
Quadro 2 - Espaço de estudo das representações sociais.....	57
Quadro 3 - Seleção de entrevista	67
Quadro 4 – Quadro de análise	69
Quadro 5 - Estágios da interpretação dos dados	72
Quadro 6 - Dimensão econômica	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA.....	24
1.2 DEBATE SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	27
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	30
1.4 OBJETIVOS	30
1.5 JUSTIFICATIVA	31
2 MARCO TEÓRICO	33
2.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: “QUEM?”	33
2.2 A SOCIEDADE MULTIDIMENSIONAL DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS	41
2.2.1A crítica à sociedade mercadocêntrica	42
2.2.2Por uma sociedade multidimensional.....	45
2.3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	61
3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	63
3.2.1Observação participante	64
3.2.2Entrevista semiestruturada.....	65
3.2.3Análise documental	68
3.3 QUADRO DE ANÁLISE.....	68
3.4 UMA INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	70
4 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	75
4.1 A ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP E SEU CONTEXTO.....	75
4.1.1Descrição da região	76
4.1.2A associação Pró-CREP	78
4.2 NARRATIVAS DO CAMPO.....	83
4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS NA ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP	98

4.3.1Dimensão espaço-temporal	98
4.3.2Dimensão econômica	104
4.3.3Dimensão social	110
4.3.4Dimensão valorativa.....	114
4.4 ATORES EXTERNOS.....	121
4.4.1 Poder público.....	121
4.4.2 Mercado.....	124
4.4.3 Comunidade	125
4.5 A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas pelo crescimento do interesse no que se conveniu chamar de “retorno da sociedade civil” (DURIGUETTO, 2008). As conjunturas políticas pelas quais passaram diversos países, incluindo o caso brasileiro – marcado pela instauração de uma ditadura militar – favoreceram a emergência de movimentos de pautas democratizantes. No Brasil, a transição democrática foi intensamente marcada pela participação direta da sociedade civil. Essa participação culminou na promulgação de uma constituição munida de diversos canais político- institucionais de participação da sociedade civil nos processos de discussão e negociação de políticas públicas. Trata-se de uma reestruturação da sociedade civil nacional, que – diferente do período anterior ao regime militar – ganha autonomia em relação ao Estado e passa a estar vinculada ao fortalecimento da democracia (DAGNINO, 2002; COSTA, 1997).

Mas quem é de fato essa sociedade civil? Qual o seu papel? Como ela vem atuando ao longo da história? Esses são questionamentos fundamentais para a concepção identitária da sociedade civil, mas não tão fáceis de serem respondidos. Começemos com o termo “sociedade civil”, o mesmo possui uma complexa trajetória na história do pensamento político perpassando autores gregos, modernos e contemporâneos. No debate acadêmico atual consiste em uma categoria polivalente, podendo ser encarada como legitimação da retração do Estado no campo das políticas públicas, *ou* como arena de formação de demandas por atores sociais em busca de direitos e construção da democracia, *ou ainda*, pode estar vinculada a uma concepção de espaço de luta de classes para construção de um projeto de sociedade (DURIGUETTO, 2008). Ora, como já se sabe, nenhuma dessas definições é neutra. Trata-se do envolvimento de diferentes concepções políticas e abordagens teóricas do conceito que se definem também pelo contexto histórico específico e heterogeneidade das iniciativas englobadas (AVRITZER, 1994; COSTA, 1997; DURIGUETTO, 2007; MAIA, 2010).

Não se trata de um mero sinônimo de “sociedade”, a sociedade civil, na perspectiva contemporânea abrange diversos atores sociais institucionalizados, representados pelas ONGs, associações, fundações, institutos, cooperativas, movimentos sociais e uma diversidade de grupos formais e informais, que “em vez de sugerirem a ideia de uma arena para competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar um campo onde prevalecem os valores da solidariedade” (VIEIRA; BREDAIOL, 2006, p.101). As mesmas representam *organizações de*

direito privado e fins públicos que atuam em setores diversos e tem como objetivo comum a promoção do interesse geral. Concepção esta, baseada nas elaborações de Jean Cohen e Andrew Arato. Estes autores ligam a sociedade civil à dimensão institucional do conceito habermasiano de mundo da vida. Em uma perspectiva mais microssocial, tal conceito é entendido como espaço de socialização e integração de grupos, que abrange a dimensão das tradições e da cultura através do processo comunicativo (COHEN; ARATO, 1997). Nesse processo comunicativo que guia as ações da sociedade civil – e que tem como plano de fundo o mundo da vida – os debates passam a ser guiados pela racionalidade em seu sentido substantivo, conectado aos valores e à ética como requisito essencial para se chegar ao entendimento (SERVA, 1997). A partir dessa concepção, podemos também compreender as organizações da sociedade civil segundo o pensamento do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos.

Em sua análise dos sistemas sociais, esse autor afirma que a centralidade exercida pelo mercado enquanto categoria de ordenação social e da vida humana estabelece um paradigma unidimensional, tomando conta de todos os espaços sociais e se tornando também critério de ação pessoal dos indivíduos¹. Com base nisso, Guerreiro Ramos cria bases de um modelo multidimensional de sociedade, constituída de

[...] uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.140).

Tais atividades estariam além do trabalho concebido pela sociedade centrada no mercado. As mesmas estariam voltadas para a auto realização dos indivíduos, com respeito a dimensão social e ambiental. Concebidas a partir de critérios substantivos e de uma multiplicidade de relações interpessoais, seriam atividades livres da rigidez de prescrições impostas. Dessa forma, as organizações da sociedade civil seriam

¹ Spink (2000, p. 54 – grifo no original) faz uma distinção ente os conceitos de indivíduo e sujeito. Para ela “o conceito de indivíduo nos remete imediatamente a dicotomias, tais como indivíduo-sociedade, pressupondo cisões claras e absolutas. Falar em sujeito [...] nos conduz a uma distinção essencial entre sujeito e objeto ou outra que nos aproxima da postura de sujeitável, tornar-se *sujeito a*”. Entretanto, nas abordagens teóricas adotadas no presente trabalho, não parece haver essa ou alguma outra distinção entre os termos, sendo adotados aqui como sinônimos.

potenciais representantes desses diferentes espaços aos quais se refere Guerreiro Ramos (1989), pois, em tese, estariam livres da busca apenas pelo desempenho econômico ou restritas a mecanismos formais de na busca pelo poder. Formadas por livres associações de indivíduos, que visam estabelecer relações de convivência baseadas na solidariedade e no consenso, suas atividades teriam caráter auto gratificante e estariam além da busca de maximização dos resultados (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Tomando por base a abertura à pluralidade dos fenômenos humanos e a centralidade do indivíduo frente às organizações indicadas na teoria de Guerreiro Ramos, o presente estudo parte de uma interpretação compreensiva dessa realidade construída pelos próprios sujeitos que compõem essas organizações. Consiste no conhecimento concebido no cotidiano, distinto do saber científico, mas nem por isso menos válido. Boaventura de Sousa Santos, em suas considerações sobre a ciência, advoga em defesa dos saberes e experiências humanas ao tratar sobre o pensamento abissal (SANTOS, 2007). Este pensamento se baseia na autoridade que a ciência moderna adquiriu para determinar o que é válido ou descartável, visível ou invisível. Como consequência, muitos outros tipos de saberes (saber popular, senso comum, artes, entre tantos outros) são invalidados cientificamente e levados a margem na condição de epistemologias marginais. O autor acredita que é possível desconstruir tal pensamento pela via da ecologia dos saberes, uma epistemologia pós-abissal com "a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes não-científicos" (SANTOS, 2007, p.57).

Na busca por uma forma de reaproximação e diálogo entre dois discursos que concebem o real por dois caminhos distintos, Serge Moscovici, através da sua teoria de representações sociais, mostra como os saberes podem coexistir, uma vez que respondem por diferentes funções sociais (MOSCOVICI, 2009). O autor busca reabilitar o conhecimento do *senso comum*, fruto das experiências diárias e da linguagem cotidiana, assim como seus sujeitos. Segundo ele:

[...] pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam (MOSCOVICI, 2009, p.45).

A teoria de Moscovici coloca que as representações sociais consistem em uma forma positiva e ativa de conceber os próprios sujeitos, ao buscar compreender como estes explicam o mundo que vivem e se posicionam frente a ele. Desta forma, como afirma Santos (1998, p. 157):

É fundamental ter acesso a essas representações na medida em que elas fornecem indícios sobre as formas de pensar e agir relativas a objetos sociais e, por consequência, relativas a si mesmo, face a realidade social subjetivamente apropriada.

Ou seja, ao mesmo tempo que as representações sociais correspondem ao mundo externo aos sujeitos, também revelam características indenitárias dos mesmos. Como ressalta Jovchelovich (2009a), os sujeitos não são nem abstraídos da realidade social nem condenados a ser um reflexo dessa realidade. Em se tratando das organizações da sociedade civil especificamente, consiste em uma tentativa dar protagonismo aos entendimentos dos sujeitos ao encará-los enquanto coletivo capaz de compreender e agir no mundo.

A partir desses aportes teóricos, a problemática que se desenvolve parte da amplidão constitutiva das organizações da sociedade civil e enfoca àquelas que trabalham diretamente com os resíduos sólidos. Trabalho este, historicamente marcado pela exclusão social, informalidade e precariedade das relações de trabalho, mas que também pode assumir papel gerador de transformações sociais quando ligado à ação coletiva (MIURA, 2004; VERONESE, 2016). O que se coloca em questão é: como os sujeitos que vivem o cotidiano de trabalho em uma associação que trabalha com resíduos sólidos concebem esta realidade? O intuito não é rotular a presença ou ausência de consciência crítica desses sujeitos, os “erros” ou “falhas” de sua concepção enquanto associação, mas buscar refletir a partir da reconstrução das próprias elaborações representacionais dos mesmos e de como essas representações refletem na esfera pública local. Sigamos na definição da problemática.

1.1 SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

A designação do conceito de sociedade civil é mais abrangente na América Latina. Recuperado no contexto de lutas pela (re)democratização, “nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania de forma direta e autônoma” (FERNANDES, 1997, p. 27). É interessante a busca por uma leitura e compreensão do caso brasileiro, em uma análise histórica dos momentos fundamentais na formação e atuação da sociedade civil nacional.

No período da República Velha no Brasil (1889-1930), a sociedade civil se coloca como independente do Estado, vinculada à ideia de filantropia praticada pelas instituições religiosas e ao surgimento dos

primeiros movimentos sociais urbanos de inspiração anarquista e marxista. Em sequência, o movimento contrário ocorre no período que contempla os dois governos de Getúlio Vargas (1930-1956), no qual a mesma passa a ser vista como um “braço do Estado”, cuja estratégia era tutelar as ações nascentes dessa sociedade civil em favor do governo (ANDION; SERVA, 2004). Entretanto, é no período da ditadura militar e de posterior resistência e fim do regime, que ocorre a difusão e melhor delineamento da sociedade civil brasileira. É nesse período que busco concentrar o resgate.

Com o golpe de 1964 e a instauração do regime militar no Brasil, entram em ação medidas fortemente centralizadoras e restritivas, nas quais o poder se concentrava cada vez mais no Estado. Logo de início os movimentos e as iniciativas sociais que não pertenciam ao aparato governamental foram violentamente reprimidas (principalmente àquelas que possuíam algum engajamento político tomado como “comunista”). Apesar do autoritarismo e repressão política da época, foi exatamente nesse período que se iniciou a formação da base da sociedade civil brasileira.

Segundo Avritzer (2012) a política de modernização e urbanização, assim como autoritarismo excessivo do governo militar foram os motivos que fomentaram o desenvolvimento da sociedade civil no Brasil posteriormente. Foi durante o período de “liberalização” – em meados dos anos 70 – que florescem diversas iniciativas advindas dessa sociedade civil², surgindo como forma de resistência ao regime militar.

A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo — como não militar — estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar), enquanto concepção política, a sociedade civil representava, no início dos anos 70, uma plataforma de sustentação fundamental para o projeto de oposição ao regime militar. Com isso, a discussão sobre a plausibilidade empírico-analítica da categoria

² Entre as iniciativas que surgiram nessa época estão o movimento estudantil, alguns sindicatos, associações de moradores, organização dos movimentos populares dos pobres urbanos em nível local, organização do movimento sanitário por um Sistema Único de Saúde, movimento para uma Reforma Urbana Nacional, organização de membros de associações profissionais, como advogados, médicos, professores universitários, surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos feministas, movimentos negros, movimento ambientalista, entre outros (AVRITZER, 2012).

ficava relegada a um plano secundário. Ou seja, não cabiam especulações sobre a existência de uma sociedade civil no Brasil, buscava-se um marco conceitual capaz de dar suporte à organização da resistência contra os militares. (COSTA, 1997, p.13)

Essa sociedade civil que surge com uma demanda concreta de fazer frente ao Estado autoritário é caracterizada pela “pluralidade de ideias e práticas, pela multiplicidade de identidades coletivas, pela automobilização e autocriação de grupos e redes” (ANDION, SERVA, 2004, p. 19). Os autores destacam também que, mesmo surgindo de grupos diferentes e de classes distintas, o objetivo comum dessa sociedade civil que surgia era da autonomia em relação ao Estado, na luta pela democracia e ampliação do espaço político de participação. Também nesse período, proliferam no país as organizações não governamentais (ONGs), vinculadas ao sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, fruto da entrada do capital estrangeiro no país (FERNANDES, 1997).

Com o regime militar caminhando para o seu fim e com o início do período de redemocratização houve um aumento quantitativo de iniciativas sociais, assim como sua complexificação. Lavalley (2003, p. 101) elenca as mesmas:

Fundamentalmente as ONGs, mas também os movimentos sociais e outras formas de associação voltadas para a intermediação e tematização pública de problemas, foram definidos como novos atores da sociedade civil capazes de arregimentar as energias inovadoras esparsas na sociedade não organizada, reconfigurando o cenário da democracia no país.

Dessa forma, é com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e seu caráter participativo para a elaboração de uma nova constituição que tem início o processo de aprofundamento democrático no Brasil. “É nela e a partir dela que são constituídas prospecções para a construção de um aparato estatal democrático de direito” (DURIGUETTO, 2008, p. 88). Ocorre a descentralização da ação governamental, a criação de espaços públicos para a participação política dessa sociedade civil (Conselhos de Políticas Públicas, Conselhos de Direitos, Orçamentos Participativos, entre outros) e o envolvimento da sociedade civil na execução de políticas públicas (AVRITZER, 2012). O resultado dessa inserção foi o expressivo processo de institucionalização

dessas organizações para que pudessem atuar nos canais político-institucionais de participação em setores diversos, saúde, educação, defesa de direitos, meio ambiente, entre outros.

1.2 DEBATE SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Na busca por dar continuidade na discussão sobre o contexto brasileiro de institucionalização da sociedade civil, resgato como se deu esse processo associado à discussão sobre a atuação da mesma no campo ambiental, mais especificamente na problemática dos resíduos sólidos. Porém, antes disso, é importante dar um passo atrás e resgatar o plano de fundo por trás desse debate. Extremamente vinculado aos ditames de uma sociedade capitalista, a produção e consumo de bens é tão estimulada quanto seu descarte. De acordo com o relatório “*What a Waste: A Global Review of Solid Waste Management*”, do Banco Mundial de 2012, a produção mundial de resíduos sólidos urbanos foi de 1,3 bilhões de toneladas por ano e as previsões estimam que este valor cresça para algo em torno de 2,2 bilhões de toneladas em 2025, um aumento de quase 70% em 13 anos (BANCO MUNDIAL, 2012).

Dentro de um panorama de crise ambiental instalada, atrelada a um questionamento dos próprios modelos de desenvolvimento (MORIN; KERN, 2003), correm inúmeras discussões sobre formas de se pensar o desenvolvimento, levando em conta aspectos que vão além do economicismo, sendo um deles o fator ambiental. Alternativas de atuação frente a este cenário passaram, então, a ser instituídas como forma de minimizar o impacto ao meio ambiente. Dentre elas, medidas fruto dos debates sobre o sistema linear de produção, consumo e descarte até então estabelecido. Assim, o reaproveitamento de materiais via reciclagem, na busca por reinserir materiais na cadeia de logística reversa, se constitui enquanto medida paliativa, sustentada a partir da destinação correta dos resíduos sólidos não orgânicos, o que, em tese, diminuiria a quantidade de material extraído da natureza e de resíduos enviados a lixões ou aterros sanitários.

Logo, o desafio passava a ser o de mobilizar e organizar os mais diversos atores sociais envolvidos no processo de gestão da cadeia de logística reversa. A fim encarar as consequências ambientais, econômicas e sociais do manejo de resíduos sólidos, um dos últimos avanços brasileiros culminou na promulgação da Lei nº12.305 de 2010, que instituiu no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A mesma reúne um conjunto de princípios, diretrizes, metas e ações

adotados pelo Governo Federal – isoladamente ou em cooperação com os estados, distrito federal, municípios ou particulares – para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos em território nacional (BRASIL, 2010). Em seu artigo terceiro a referida lei define os resíduos sólidos enquanto:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Entre as diretrizes estabelecidas está o da responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos. A lei estabelece, então, atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Ainda sobre os diversos encaminhamentos apontados nesta legislação, está o suporte à inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis, buscando incentivar a participação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores como forma de inclusão social. No Brasil, desde a implantação dessa lei, 14% dos municípios oferecem o serviço de coleta seletiva, que envolve cerca de 800 mil trabalhadores, sendo cerca de 30 mil organizados em cooperativas (CEMPRE, 2013).

Ao deter o olhar sobre o fazer desses trabalhadores, constata-se que se trata de uma atividade antiga, por vezes associada a condições de exclusão social e precariedade de condições de trabalho (MEDEIROS; MACEDO, 2006). O reconhecimento formal da mesma enquanto profissão aconteceu apenas em 2002, com o registro na ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a partir de diversas pressões dos catadores já articulados enquanto movimento.

Essa organização coletiva teve início a partir da década de 1980 e culminou na fundação, em 2001, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no 1º Congresso Nacional dos

Catadores (as) de Materiais Recicláveis. No ano de 2006, o MNCR realizou uma marcha até Brasília levando suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações (MNCR, 2016).

Entretanto, é fato que a própria cadeia de reciclagem, enquanto elo da cadeia de logística reversa, é comandada basicamente pelo setor privado no desenvolvimento da reciclagem industrial (CONCEIÇÃO, 2003). Como estratégia de fortalecimento e consolidação, os catadores que muitas vezes atuavam isoladamente, passam a se organizar em cooperativas e associações como forma de desenvolver diferentes ações, na busca por um maior ganho econômico, através do aumento da oferta de materiais (MEDEIROS; MACEDO, 2006). As cooperativas e associações servem como instrumento de respaldo aos catadores que, ao se unirem, conseguem um maior poder de barganha, mas que, muitas vezes, ainda dependem de intermediários que compensem a diferença de escala nas vendas para indústria.

Mudando o enfoque de discussão para o âmbito mais local, os municípios catarinenses que compõem a região metropolitana de Florianópolis³, em sua grande maioria, atualmente destinam seus resíduos sólidos ao aterro sanitário de Biguaçu, administrado pela empresa Proactiva. O trabalho de coleta seletiva fica a cargo de cada município. O município de Palhoça em específico, apesar de possuir o serviço de coleta seletiva, não dispõe de um plano municipal de gestão de resíduos, estando este ainda em fase de discussão e elaboração como parte integrante do plano municipal de saneamento básico, que busca estruturar o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais, relativos aos processos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, 2017).

A associação Pró-CREP (Criar, reciclar, educar e preservar) é a única instituição que trabalha com reciclagem no município (PALHOÇA, 2015) e possui uma história de mais de vinte anos atuando no município, com a educação socioambiental e na gestão dos resíduos sólidos. Atualmente a associação realiza a coleta, triagem enfardamento e venda de materiais recicláveis coletados em algumas regiões do município de

³ Região constituída pela conturbação dos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos Águas Mornas, São Pedro de Alcântara (formando um núcleo metropolitano), e um conjunto de mais 13 municípios abrangidos pela área de expansão (SANTA CATARINA, 2010).

Palhoça, trabalha também com oficinas de mosaico e biodiesel e mantém o brechó “Consumo sustentável”.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Frente a problemática apresentada, o estudo das organizações da sociedade civil exige que a teoria organizacional seja capaz de compreender suas especificidades, formas particulares de interação e comunicação, assim como as lógicas singulares de atuação. É necessário, então, fugir das abordagens instrumentalizadas e prescritivas – fortemente presentes no campo da administração – para uma análise mais compreensiva da organização enquanto fenômeno social. Tal posicionamento busca um maior entendimento do universo da organização, a partir de reflexões dotadas de uma perspectiva crítica e interdisciplinar (FRANÇA FILHO, 2004).

Considerando tal premissa, busco compreender a associação – campo da presente pesquisa – a partir da legitimidade dada aos conhecimentos e concepções próprias dos atores sociais que nela atuam, sendo esse conhecimento base para o estabelecimento das relações na esfera pública local. Dada a contextualização realizada anteriormente, o problema da presente pesquisa se enuncia: **Quais as representações sociais da associação Pró-CREP segundo os sujeitos inseridos na mesma?**

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo se concentrou em compreender as representações sociais da associação Pró-CREP, segundo os sujeitos inseridos na mesma. Como subdivisão do objetivo geral, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever aspectos históricos e contextuais da formação e atuação da associação Pró-CREP;
- b) identificar e interpretar como os sujeitos percebem as relações sociais dentro da associação;
- c) identificar e interpretar como os sujeitos percebem relação da associação com os atores externos.

1.5 JUSTIFICATIVA

A opção pelo estudo das organizações da sociedade civil partiu da identificação e proximidade que adquirida com a associação em questão pelo seu histórico, a forma diferente com que trabalhava com os resíduos e também por conta de sua representatividade no contexto em que estava inserida. Minha reflexão sobre o caso – que se iniciou focada na temática da gestão de resíduos – seguiu a direção de compreender o contexto organizacional que o contempla. A organização que parecia escapar aos moldes tradicionais de “organizar”, mostrava representar o vasto e heterogêneo campo das organizações da sociedade civil, as quais tendem a desenvolver formas particulares de interação entre seus membros e com o social que a cerca, assim como logicas singulares em suas atividades econômicas e técnicas (ANDION, 2005).

A relevância teórica desse trabalho se construiu a partir do estudo das organizações da sociedade civil de forma interdisciplinar. Ao agregar uma abordagem advinda da psicologia social, o foco do mesmo recaiu sob a perspectiva construída pelos sujeitos nela inseridos, sobre a “vida associativa” da organização. Desta forma, ao buscar analisar uma associação que trabalha com resíduos sólidos, questionei se essa referida atividade estaria obrigatoriamente limitada à discussão em muito abordada sobre a marginalização e a precariedade desse trabalho. É claro que condições estruturais e materiais de um cenário mais macrossocial não deixam de fazer parte dessa realidade, mas um estudo compreensivo utilizando a abordagem das representações sociais busca outra perspectiva, ao questionar: afinal, como os sujeitos inseridos nessa organização representam a sua realidade a partir de tudo isso?

O tema da pesquisa exige uma abordagem substantiva por parte da teoria organizacional, uma vez que, em sua concepção, as organizações da sociedade civil tendem a fugir à lógica instrumentalizada e prescritiva hegemônica no campo da administração (ANDION, 2005). Isto exige uma abertura maior quanto à compreensão da organização enquanto fenômeno social, compreendendo suas especificidades e lógicas particulares de atuação de seus membros e destes com outros atores sociais.

Sublinha-se, assim, a convergência dessa concepção de base notoriamente guerreirista, com o método adotado pela teoria das representações sociais de Serge Moscovici. Essa afinidade entre as teorias enfatiza uma abertura interdisciplinar e uma abordagem plural e singular de se encarar os fenômenos humanos, já indicados por Matarazzo e Boeira (2016). A teoria das representações sociais é uma forma de buscar o

entendimento sobre o saber prático ligado a vida cotidiana da associação a partir da perspectiva dos próprios atores. Trata-se da compreensão da expressão institucional do mundo da vida por si própria.

A contribuição também vem na forma de demarcar a abertura interdisciplinar do campo dos estudos organizacionais que, a partir da contribuição de teorias como da área da psicologia social, busca enriquecer as análises sobre estudos das organizações. Destaco aqui as diversas pesquisas realizadas por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina que adotam a teoria das representações sociais (MATARAZZO, 2013; DOMINGOS, 2015; STURMER, 2015; FLÔR, 2017).

Por fim, essa pesquisa buscou trazer contribuições também para a associação Pró-CREP, oferecendo elementos de reflexão para os sujeitos sobre si próprios enquanto importantes atores sociais. Espero que, dessa forma, possa contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento dessa organização, respeitando sua história e as pessoas que lá atuam e ressaltando a importância e impacto de suas atividades no âmbito socioambiental.

2 MARCO TEÓRICO

Nesta seção foram descritos os principais conceitos e definições que serviram de alicerce para o presente estudo. Os temas aqui discutidos tratam das teorias que embasam a discussão sobre as organizações da sociedade civil, a teoria da delimitação dos sistemas sociais de Alberto Guerreiro Ramos e a teoria das representações sociais de Serge Moscovici.

2.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: “QUEM?”

Antes de iniciar propriamente o presente subtópico, gostaria de tecer algumas considerações sobre o emprego do termo “organizações da sociedade civil”, para designar uma vasta gama de organizações que atuam no social. Com o crescimento e complexificação das iniciativas que compõem o vasto conjunto dessas organizações, as fronteiras entre os conceitos que buscavam defini-las, se tornaram mais tênues e de difícil delimitação. Apesar disso, como ressalta Boaventura de Sousa Santos, tais designações variam “de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos” (SANTOS, 2008, p.350).

Uma das denominações mais difundidas é a de *terceiro setor* (FERNANDES, 1997). Para França Filho (2002) essa definição é herdeira de uma tradição anglo-saxônica, diretamente ligada à lógica da filantropia e ao universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit sector*). Pode ser compreendido como um conjunto de iniciativas privadas, mas com sentido público, um setor autônomo, nem governamental, nem lucrativo, em contraposição ao primeiro e segundo setor (Estado e mercado). Uma forte crítica ao conceito alega que a concepção surge inspirada em uma visão liberal de economia, na qual o terceiro setor é visto como uma esfera a parte e sua existência é explicada “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias” (LAVILLE, 2000 *apud* FRANÇA FILHO, 2002, p.11). Chaniel e Laville (2009) ainda argumentam que se trata de uma maneira exclusivamente utilitária, e consequentemente restrita, de se pensar o agir desses atores, via imposição da não-lucratividade. Por esse motivo optei por não adotar neste trabalho a designação de terceiro setor.

Mais próximo ao contexto histórico brasileiro, o termo “organizações da sociedade civil” se encontra mais atual e alinhado à

perspectiva que se pretende adotar neste trabalho. Desta forma, para compreender melhor que organizações são essas, por que elas se configuram desta maneira atualmente e como atuam, é importante compreender, em linhas gerais, o desenvolvimento conceitual e histórico da sociedade civil⁴.

É fato que, ao longo da história, a definição de sociedade civil assumiu diversos sentidos, dependendo do contexto histórico em questão e da posição teórica adotada. Bresser-Pereira, em seu livro *Sociedade e Estado em transformação* (1999), mostra que essas diferentes concepções estão também ligadas aos processos de complexificação social. O autor situa historicamente esse processo:

Em uma sociedade primitiva não há sociedade civil nem Estado. No despotismo oriental ou no escravismo é possível falar em Estado, mas a sociedade é ainda uma abstração. Na pólis grega não há ainda distinção entre Estado e sociedade: a distinção relevante é entre a sociedade política e a sociedade doméstica. A fragmentação característica do feudalismo abre timidamente espaço para a sociedade, na medida em que a burguesia começa a emergir fora do Estado, mas estamos apenas diante de um embrião do que hoje chamamos sociedade civil (p.101)

Como apresentado a diante, o histórico do debate conceitual sobre sociedade civil consistiu em um ponto obrigatório na discussão das teorias orientadas a elaborar a relação entre Estado e sociedade⁵ (LAVALLE, 1999; BRESSER-PREREIRA, 1999; BOBBIO, 1987; AVRITZER, 1994). O recorte adotado aqui parte do contexto do surgimento do Estado moderno e perpassa o pensamento de importantes teóricos, desde a tradição jusnaturalista, passando por Hegel, Marx, Gramsci, até o debate contemporâneo sobre o conceito.

⁴ Não é meu intuito aqui fazer um levantamento bibliométrico ou discussão exaustiva sobre eles os estudos que contemplam organizações da sociedade civil, mas sim traçar um *continuum* histórico, revisitando as principais discussões a respeito.

⁵ Apesar do debate atual sobre sociedade civil questionar essa relação entre Estado/sociedade como sendo base para a definição do conceito, o histórico das formulações teóricas do termo desenvolvidas na filosofia política foi paralelo à problemática das teorias de legitimidade (LAVALLE, 1999; BOBBIO, 1987).

Em essência, é possível notar que até o século XVIII, teóricos como Hobbes, Locke e Rousseau tratam a sociedade civil como sinônimo de Estado, em oposição ao “estado de natureza”. Suas teorias – guardadas as especificidades de cada um desses teóricos – giravam em torno da questão de como os homens, que antes viviam em situação primitiva e regidos pelas leis naturais, firmam um pacto, abdicando de sua liberdade irrestrita a fim de evitar conflitos inerentes ao estado de natureza. Dessa forma, surge o Estado, equipado com um conjunto de instrumentos a fim de assegurar o livre exercício dos direitos de cada indivíduo. Aqui, o conceito de “sociedade civil” designa a “sociedade política”, ou seja, o Estado em contraposição à barbárie do estado de natureza.

Com Hegel a concepção de sociedade civil se modifica radicalmente ao estabelecer uma diferenciação entre Estado e sociedade civil. Esta última não mais se baseia no antagonismo natureza/civilização como entendido pelos jusnaturalistas, mas se refere a sociedade situada entre as esferas da família e do Estado. Assim, o desenvolvimento histórico das famílias em direção a uma unidade política, se consubstancia na forma de sociedade civil como um primeiro momento da formação do Estado. Bobbio (1987, p. 42) conceitua a sociedade civil hegeliana como:

[...] estado jurídico-administrativo, cuja tarefa é regular relações externas, resolver os conflitos de interesse que surgem da relação entre privados enquanto o Estado propriamente dito representa o momento ético-político, cuja tarefa é realizar a adesão íntima do cidadão à totalidade que faz parte.

O estado hegeliano emerge como superação das particularidades e representa o momento em que a racionalidade e a moralidade humana atingem seu auge (LÉVI-BRUHL, 2013).

Marx, todavia, se vale da elaboração de seu conceito de sociedade civil a partir de uma crítica a Hegel e seu idealismo. Para ele, são as condições materiais de existência que formam a matriz constitutiva do todo social, é baseado nessa concepção que a sociedade civil é compreendida. Marx toma como objeto de sua análise a sociedade civil na sua forma moderna, ou seja, a sociedade burguesa, cuja natureza estaria fundada no reino privado das relações econômicas e, por consequência, nos conflitos de classes advindos dessas relações. Bobbio (1987) diz que a burguesia – como sujeito histórico dessa sociedade – ao se emancipar politicamente, se liberta dos vínculos do Estado absoluto e passa a controlá-lo de acordo com seus interesses. O Estado não seria, portanto, a superação da sociedade civil, mas sim reflexo desta.

A análise do conceito em Gramsci introduz uma inovação em relação a tradição marxista. Enquanto Marx considera a sociedade civil como pertencente a infraestrutura – composta pelas relações de produção que constitui a base econômica da sociedade – e o Estado como construção institucional a serviço da classe dominante, Gramsci concebe a sociedade civil enquanto superestrutura. É com a análise das mudanças ocorridas na esfera social e estatal de sua época que Gramsci visualiza essa nova dimensão da vida social. Ele afirma que a sociedade civil burguesa não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas também, por intermédio de aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e obter consenso⁶. Entretanto, Gramsci mostrou que os dominados poderiam minar essa dominação, voltando contra ele suas próprias armas.

Sociedade civil, para Gramsci, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos, etc.), é a esfera da *elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias* que tornam ou não conscientes os conflitos e contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (DURIGUETTO, 2008, p.84, grifo da autora)

O pensamento desses e de outros teóricos contribuíram com o debate político sobre o vínculo Estado/sociedade, mas acabam perdendo o foco na recuperação contemporânea do conceito de sociedade civil a partir dos anos de 1970. Giddens (1996) descreve esse processo de substituição das instituições democráticas tradicionais pela emergência de uma democracia dialógica, respaldada no fortalecimento da sociedade civil ativa. A razão de tal mudança está diretamente ligada à conjuntura política no qual esse ressurgimento acontece. Fruto da emergência dos

⁶ A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico. Como exemplo histórico de sociedade civil Gramsci apresenta o caso da Igreja Católica na Idade Média, entendida como aprofundamento da hegemonia de classe, “aparelho de hegemonia do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica universal” (BOBBIO, 1982, p. 33)

"novos movimentos sociais"⁷ e suas demandas democratizantes, relacionadas diretamente a um contexto de final de Guerra Fria: às crises do autoritarismo dos regimes militares na América Latina, ao esgotamento político de tradição marxista nos países do Leste Europeu, assim como as críticas crescentes ao desempenho do estado de bem-estar social (AVRITZER, 1994; COSTA, 1997; DURIGUETTO, 2007). Esta *nova sociedade civil* surge como estratégia baseada na "[...] organização autônoma da sociedade, na reconstrução de laços sociais fora do Estado autoritário e na concepção de uma esfera pública independente" (ARATO, 1995, p. 32). Logo, os autores dessa nova abordagem irão defender a independência entre sociedade civil e Estado, definindo a primeira pelas suas particularidades e importância no debate político para aperfeiçoamento da democracia e dotando o conceito do que Bobbio (1987) define como uma conotação positiva de sociedade civil.

Nesse contexto se destaca e ganha centralidade o trabalho de Jean Cohen e Andrew Arato intitulado "*Civil society and political theory*" (1997). Os autores apresentam uma reconceitualização de sociedade civil baseada nos desenvolvimentos teóricos de uma "nova teoria social" sistematizada por Habermas. Segundo este último, o processo de diferenciação societal passou a conceber a sociedade moderna em dois níveis distintos: o nível *sistêmico* – no qual operam os subsistemas econômico e político, pautados por ações racionais-teleológicas – e o nível do *mundo da vida* – orientado ao entendimento e à compreensão mútua através do processo comunicativo (AVRITZER, 1994; SERVA, 1997; KRITSCH, 2014). Neste mundo da vida:

Os sujeitos falantes e agentes criam o contexto social da vida, direta ou indiretamente, produzindo objetos simbólicos que corporificam estruturas de conhecimento pré-teórico [...]. Esse conjunto de objetos forma uma realidade estruturada simbolicamente. (ARAGÃO, 1997, p. 44).

Ainda segundo Aragão (1997), Habermas defende que o processo de socialização internaliza nos indivíduos essa tradição cultural intersubjetivamente compartilhada. Este seria o pano de fundo para a

⁷ A particularidade dos novos movimentos sociais é que os mesmos consistem em um conjunto de posicionamentos variados, para além das questões de relações de produção. Segundo Laclau (1986, p.14) a característica central desses movimentos consiste em "um conjunto de posições de sujeito a nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual tornam-se pontos de conflito e mobilização política".

interação social, que, através da comunicação, transmite, altera e reproduz estes significados. Por conseguinte, para Cohen e Arato (1997), a sociedade civil seria o mundo da vida expresso institucionalmente, *locus* de sociabilidade e criação de compreensões compartilhadas que viabilizam a integração. São instituições e formas associativas “que se caracterizam pela sua variedade, pela sua autocriação, automobilização e institucionalidade definidas na interação com as demais esferas sociais” (ANDION; SERVA, 2004, p. 13).

Para eles, trata-se da superação da antiga dicotomia entre Estado e sociedade, a qual não era mais capaz de oferecer respostas às questões contemporâneas. Baseiam-se, então, em um sistema triático, no qual a sociedade civil – como uma esfera autônoma do Estado e mercado – cria formas de mediação entre esses dois subsistemas e o mundo da vida (COHEN; ARATO, 1997). Os autores diferenciam a sociedade civil da sociedade econômica e política, sendo as duas últimas regidas pela lógica do dinheiro e do poder, orientado por ações racionais-teleológicas⁸. Enquanto a primeira tem como meio específico a solidariedade, orientada pela ação comunicativa.

O meio do sistema político é o poder hierarquicamente exercido e sua lógica é a da reprodução desse poder por intermédio dos meios (políticos e administrativos) instituídos na sociedade política, ou seja, parlamentos, eleições, cargos, entre outros mecanismos e instituições desse sistema, inclusive o monopólio da força. Já o meio do sistema econômico é o dinheiro e sua lógica é a do lucro, ou seja, a da reprodução do dinheiro através do comércio, da indústria e de todo o aparato que constitui esse sistema (HABERMAS, 2012, p. 495-496)

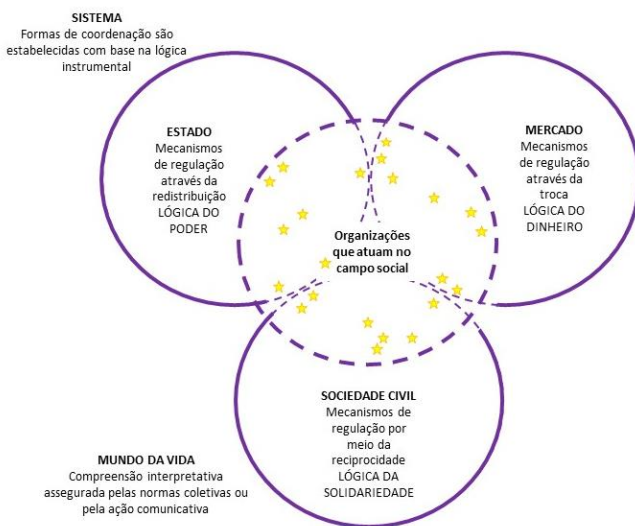
Entretanto, para problematizar melhor a lógica de funcionamento dessas organizações que atuam no campo social, é preciso ter ciência de que o grau de interface que cada uma delas tem com o Estado e com o mercado interfere diretamente nessa lógica (Figura 1). Haja vista que a existência dessa interação permite que os modos de operação dos sistemas

⁸ O conceito da nova sociedade civil também é alvo de duras críticas feitas por diversos autores. Críticas estas que vão desde imprecisões teórico-metodológicas até a concepção estritamente normativa e despolitizada do conceito (LAVALLE, 1999; SIMIONATTO, 2010; COSTA, 1997; DURIGUETTO, 2007). O próprio Andrew Arato, alguns anos depois da publicação do trabalho, não se furta a apontar algumas inconsistências no conceito recuperado por ele e J. Cohen.

e do mundo da vida se interpenetrem, se confrontem, se misturem, em um movimento tenso de negociação entre tais lógicas (COHEN; ARATO, 1997). Tal formulação permite explicar melhor as inter-relações entre a sociedade civil, Estado e economia, escapando à polarização do debate entre sociedade *versus* Estado.

É nesse cenário que a sociedade civil exerce diversos papéis e se organiza de incontáveis formas. Dentro do debate democrático contemporâneo brasileiro, por exemplo, ela pode atuar aproximando-se mais do Estado, captando demandas sociais das esferas privadas e transmitindo-os à esfera pública política, com presença nos espaços democráticos participativos institucionalizados, pode firmar parcerias com o poder público⁹, assim como trabalhar mais próximo à esfera do mercado na busca de democracia econômica associada à utilidade social (DEFOURNY, 2009).

Figura 1 - Interfaces das organizações que atuam no campo social



Fonte: Adaptado pela autora de Andion (2005).

⁹ Um exemplo atual é a Lei nº 13.019/2014, conhecida como novo marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil – que entrou em vigor em janeiro de 2016 – a qual estabelece um conjunto de princípios para as parcerias realizadas entre o Poder Público e as organizações não governamentais, reconhecendo a especificidade das mesmas. A abrangência da norma é nacional, vale para União, estados e municípios (BRASIL, 2014).

É neste *locus* que se situa também o campo das organizações da economia solidária¹⁰, herdeira de uma tradição histórica relacionada ao movimento associativista operário na Europa do século XIX (LECHAT, 2002; ANDION, 2005). Se trata, também, de um campo amplo de estudo, permeado por debates e sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão. Laville e Gaiger (2009, p.162) afirmam que a economia solidária está intimamente relacionada à “ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”. A compreensão de sua lógica busca desconstruir a visão de economia como sinônimo de mercado ou troca mercantil e fortalecer uma visão de *economias* – em um sentido plural – como desdobramento de uma visão substantiva da economia. Desenvolve-se uma visão mais larga da economia articulada pela economia mercantil (princípio do mercado auto-regulado, troca impessoal e utilitária), economia não-mercantil (princípio da redistribuição operada pelo Estado) e economia não-monetária (princípio da reciprocidade e fortalecimento dos laços sociais) (FRANÇA FILHO, 2007).

Assim, a economia solidária diz respeito a uma lógica distinta do Estado e do mercado, organizando suas atividades segundo princípios de *solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática*. A intenção da mesma é de, justamente, congrega o econômico, o social e o político em organizações que assumem tanto funções produtivas (gerando bens e serviços), como de ocupação dos espaços públicos, configurados enquanto *locus* de proximidade e socialização. De fato, por sua inserção social e comunitária, essas iniciativas atuam em diversos setores como saúde, educação, transporte, lazer, preservação ambiental, cultura, entre outros e pode assumir formas jurídicas diferenciadas (LECHAT, 2002; LAVILLE; GAIGER, 2009; ANDION, 2005).

Andion (2005) elenca algumas características comuns a este tipo de organização, como:

- a) *provêm de um projeto definido*: A criação de uma organização deste tipo está sempre ligada a alguma problemática precisa, consequência de demanda social;
- b) *espaços enraizados na esfera pública*: exprimem a capacidade dos cidadãos de agir para

¹⁰ Diversos autores trabalham a diferenciação entre os conceitos de economia solidária, economia social e economia popular, localizando-as historicamente (FRANÇA FILHO, 2005; LECHAT, 2002; HENRIQUES, 2014).

transformar a realidade em que vivem [...] operam a transição entre a esfera privada e a esfera pública, constituindo-se em *comunidades políticas locais*;

c) *participação na concepção da oferta e demanda dos bens e serviços*: [...] uma vez que a proximidade entre os indivíduos e a reciprocidade entre eles também redefinem as relações econômicas, presentes neste tipo de organização;

d) *hibridação de diferentes fontes de financiamento*: os recursos mercantis, provenientes da venda de bens e serviços, os recursos não mercantis, proveniente do financiamento do Estado e de outras agências financiadoras e os recursos não-monetários, provenientes do voluntariado e dos dons recebidos (ANDION, 2005, p. 85 – grifo no original).

Entretanto, o debate sobre o conceito é infundável, visto que seus limites são bastante perenes. Henriques (2014) faz uma reflexão sobre as apropriações feitas por distintos grupos com matrizes teóricas e ideológicas diferentes desse campo teórico que, por sua vez, assume também estrutura de movimento social. Enquanto alguns estudos tentam caracterizar as experiências tal como são, outros mobilizam, com o objetivo de criar um projeto político da Economia Solidária, outros ainda refutam essa proposta e negam a ideia de que esse projeto tenha força suficiente a ponto de se tornar uma alternativa ao sistema do capital.

2.2A SOCIEDADE MULTIDIMENSIONAL DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo baiano de importante nome no campo dos estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2008), desenvolveu sua teoria acreditando no potencial de emancipação humana através da sua realização nos mais diversos espaços sociais. Em seu último trabalho publicado, *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*, de 1981, Guerreiro Ramos apresentou um arcabouço conceitual para o desenvolvimento de uma nova ciência das organizações, voltada para a realização do ser humano. Esse trabalho parte do pressuposto que a vida humana associada não deve se limitar aos espaços dominados pelo mercado, lançando bases para a formulação de uma nova abordagem. Segundo França Filho (2010, p. 177) o autor trabalhou:

[...] na desconstrução dos três pilares ou pressupostos encontrados na base da atual teoria organizacional e que correspondem as três premissas fundantes de toda e qualquer teoria social. Tais pressupostos são relativos: ao conceito de razão; à concepção de natureza humana; e à concepção ou projeto de sociedade.

Em sua elaboração teórica, Guerreiro Ramos (1989) recorre às categorias de racionalidade instrumental e racionalidade substantiva de Max Weber. Para o autor, nas sociedades modernas reina a racionalidade instrumental, baseada na assertiva maquiaveliana “os fins justificam os meios”. Consiste na razão que dá respaldo as ações baseadas no desempenho, no cálculo utilitário das consequências e no êxito econômico. A este tipo de racionalidade contrapõe radicalmente a racionalidade substantiva. Para ele, esta última consiste em um atributo natural da psique humana, por meio da qual “os indivíduos poderiam conduzir a sua vida pessoal na direção da autorealização, contrabalançando essa busca de emancipação e auto realização com o alcance da satisfação social”. (SERVA, 1997, p. 19).

Já apontado pela última referência, os estudos no Brasil sobre a racionalidade nas organizações baseados no pensamento guerreiriano avançaram desde então. Dentre eles, destaquei o modelo de análise de racionalidades nas práticas de gestão proposto por Serva (1996) e os trabalhos decorrentes do mesmo. Os estudos mais recentes, que agora se alinham a uma “segunda geração” do estudo da racionalidade na gestão de organizações (SERVA et al, 2015), buscam ir mais além da identificação da predominância de um ou outro tipo de racionalidade, assumindo como foco a análise da interação complexa entre elas. Essa tensão entre racionalidades, que são encaradas como complementares, seria, então, sentida pelos próprios sujeitos envolvidos e se manifestaria nas organizações (SANTOS; SERVA, 2013). Nas palavras do próprio Guerreiro Ramos, o homem é “um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso crítico” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.52).

2.2.1 A crítica à sociedade mercadocêntrica

As considerações do autor a respeito da análise e planejamento de sistemas sociais se inspira nos estudos de Karl Polanyi, em especial na sua principal obra, *A grande transformação*, de 1944. Nela, Polanyi defende a concepção da economia como um processo social e rastreia a

construção histórica e o avanço da economia de mercado como um processo que não obedeceu às características da natureza humana (SANCHÉZ, 1999). Conforme suas ideias:

Nem nas condições de vida tribal, ou feudal, ou mercantil houve...um sistema econômico separado na sociedade. A sociedade do século XIX, na qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma razão econômica inconfundível, representou, de fato, um desvio singular...semelhante padrão institucional não podia funcionar, a menos que a sociedade ficasse, de alguma forma, submetida às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado (POLANYI, 1971 *apud* GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 124).

Assim, nas sociedades *pré-modernas* a economia existia no sentido substantivo, encontrava-se incrustada no tecido social, e ocupava um espaço limitado na vida dos sujeitos. Dessa forma, “a maior parte do espaço vital humano mantinha-se disponível sobretudo para a interação social, livre das repressões da organização formal” (GUERREIRO RAMOS, 1989). Tudo se altera quando falamos do período caracterizado pelo advento da sociedade de mercado, que desenvolve uma lógica própria de atuação, a fim de garantir sua autossustentação.

Fruto de uma sociedade centrada no mercado – ou mercadocêntrica, como denomina o autor – o critério econômico, de *ethos* instrumental e utilitarista invade os demais espaços sociais e se torna padrão da existência humana. Citando Marcel Mauss, Guerreiro Ramos (1989, p. 123) afirma que “somente as nossas sociedades ocidentais é que, bastante recentemente, transformaram o homem em um animal econômico”, uma vez que age a partir da racionalidade do sistema social hegemônico.

É dessa forma que, a teoria das organizações, por se prender quase unicamente a análise de organizações inseridas nesse sistema e se abster da análise acurada da variedade de sistemas sociais presentes no espaço macrossocial, corrobora uma abordagem reducionista dos sistemas sociais. (PAES DE PAULA, 2008)

A razão perde a perspectiva substantiva de sentido aristotélico, conectada aos valores e a ética e passa a atuar com uma conotação de cálculo e conhecimento absoluto das consequências. Em consonância com a versão do economista Herbert Simon:

O homem racional não se preocupa com a natureza ética dos fins per se. É um ser que calcula, decidido apenas a encontrar, com precisão, meios adequados para atingir metas, indiferente ao respectivo conteúdo de valor (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 122)

Fruto de um processo de “deformação” dos indivíduos por uma racionalidade que, ao eliminar a substantividade dos espaços sociais (e em consequência da vida humana), legitima o domínio exercido pelo mercado. Estes espaços são caracterizados pela presença de organizações no sentido formal ou burocracias – assim definidas por Max Weber – que, por conta de sua vinculação ao sistema social hegemônico, se tornaram padrão social fundamental, operando como perpetuadoras do mesmo. Elas são também responsáveis:

[...] pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição e pelo desperdício dos recursos naturais do planeta, além de produzir uma teoria organizacional incapaz de ensejar espaços sociais gratificantes aos indivíduos (SERVA, 1997, p. 111).

Logo, seguindo a lógica unicamente instrumental como padrão de existência, as atuações das organizações formais devem estar pautadas em normas funcionais e racionais de conduta e comunicação, afim de garantir a impessoalidade. Nessa “máquina” organização, os indivíduos que a operam são engrenagens, facilmente substituídas (MORGAN, 1996). Dessa forma, as ações simbólicas relacionadas a significação das experiências e laços entre os indivíduos são descredibilizadas. Conforme o autor explana, “pontos como amor, confiança, a honestidade a verdade e a auto realização não deveriam estar incluídos no campo de ação da organização econômica” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 129).

Ainda de acordo com a racionalidade hegemônica operante nessas organizações, o autor reflete sobre a relação destas com os indivíduos. Ele parte da conceituação das atividades humanas baseadas na classificação existencial – ou nível de realização do indivíduo – diferenciando os conceitos de trabalho e ocupação:

O trabalho é a pratica de um esforço subordinada às necessidades objetivas independentes ao processo de produção em si. A ocupação é a prática de esnforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.130)

O autor sustenta que, na consolidação do sistema de mercado, o trabalho – extremamente necessário ao mesmo – precisou ser resignificado na tentativa de se aliviar a tensão psicológica advindas do conflito entre as racionalidades. Uma reflexão mais detalhada se faz necessária para esclarecermos tal afirmação. No fim do século XVIII, durante a revolução industrial, a indústria surge como um novo componente do sistema de mercado. O ritmo de produção, antes artesanal, torna-se extremamente dinâmico e ditado pelo ritmo das máquinas. O artesão, passa agora a operário, sem o controle do processo de produção e refém de um trabalho mecânico e fragmentado.

[...] em tais circunstâncias espera-se do homem não que se ocupe adequadamente nem que se exprima livremente, em relação a tarefa que lhe foi designada; espera-se que ele trabalhe. O homem é, portanto, essencialmente considerado apenas como componente de uma força de trabalho (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 133)

Com o decorrer do tempo o processo se elaborou e complexificou, mas ainda continua a serviço de uma racionalidade puramente instrumental. Os indivíduos passam a ser conhecidos e avaliados “em função de seu status e da sua performance na esfera do trabalho burocraticamente valorizado” (SERVA, 1997, p. 109).

Assim, segundo a lógica do sistema de preços, ou seja, na “contabilidade da produção” o trabalhador é classificado como um custo: o custo de mão de obra. Guerreiro Ramos (1989) destaca a importância do processo de socialização como forma de suavizar a tensão existente pelo domínio da racionalidade instrumental sobre os indivíduos. A transmutação da concepção de trabalho, agora vinculada a valores e a dignidade humana, passou a ser legitimada por filósofos e reformadores religiosos, adquirindo assim status de atividade superior.

2.2.2 Por uma sociedade multidimensional

Segundo Guerreiro Ramos (1989) quando o mercado se torna a principal categoria para a ordenação da vida e negócios pessoais e sociais, vive-se um paradigma unidimensional. Neste paradigma se estabelece o que Chanlat (2000) intitula de sociedade *managerial*, na qual as empresas passam a ter um espaço central e as suas práticas e princípios expandem-se para outros espaços sociais não econômicos. O modelo de análise e planejamento dos sistemas sociais que predomina nas ciências sociais, economia e campos da administração, de maneira geral, pode ser

considerado legitimador dessa sociedade unidimensional (GUERREIRO RAMOS, 1989).

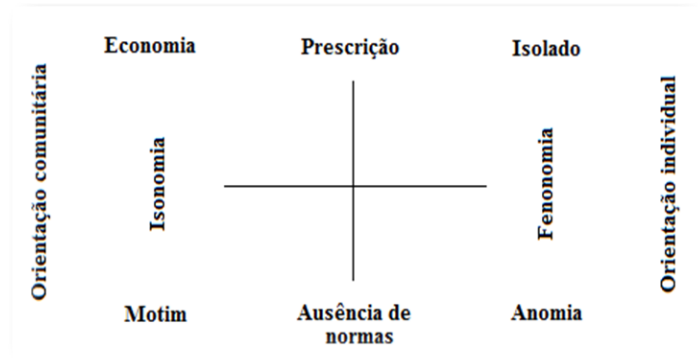
Essa crítica faz parte da elaboração da teoria da delimitação dos sistemas sociais elaborada pelo autor, a qual parte de um modelo multidimensional para análise e a formulação dos sistemas sociais, “no qual o mercado é considerado um enclave legítimo e necessário”, no entanto, “limitado e regulado”. O ponto central do modelo proposto por Ramos, é a percepção de uma delimitação organizacional que engloba:

a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas;

b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.140)

Tomando por base o paradigma paraeconômico, obtêm-se o reconhecimento, delimitação e associação de diferentes enclaves, existentes na sociedade. Nesta definição de espaços da vida humana associada, o autor transcende a unidimensionalização do mercado, concebendo que “há lugares para a atualização pessoal individual livre de prescrições impostas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.140-141). A Figura 2 a seguir ilustra o paradigma paraeconômico proposto por Guerreiro Ramos.

Figura 2- Paradigma Paraeconômico



Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 141)

No paradigma paraeconômico a delimitação ocorre por intermédio da combinação de duas dimensões: prescrição *versus* ausência de normas; orientação individual *versus* orientação comunitária. Além de abranger enclaves livres de prescrições o paradigma contempla tanto a existência de enclaves pequenos voltados à orientação individual, quanto de enclaves maiores voltados à orientação comunitária, nos quais possibilita-se o alcance das necessidades pessoais relativas a auto realização de seus membros.

Todavia, cumpre destacar que, para o autor, os sistemas sociais que vislumbram a maximização da atualização pessoal possuem prescrições, ainda que mínimas, sendo estas estabelecidas com o pleno consentimento dos interessados. A eliminação das prescrições é considerada incompatível com a atualização humana, o que torna, as categorias anomia e motim riscos para a viabilidade da estrutura social. Desse modo, a categoria anomia “é conceituada como uma situação de estanque, em que a vida pessoal desaparece” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 146). Seus membros vivem na orla do sistema social e sem compromisso com regras. Já o motim, faz alusão a coletividades com ausência de normas, cujos membros não possuem senso de ordem social.

O enclave da economia é considerado “um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 147). As organizações econômicas sofrem influência direta de seus clientes na execução e planejamento de suas atividades; são avaliadas objetivamente em termos de lucro e/ou custo benefício; o mercado tende a se transformar em uma categoria de abrangência total, em relação a ordenação da vida individual e social; os seus membros são conhecidos como detentores de emprego.

Quanto à isonomia, “De modo geral, isonomia pode ser definida como um contexto em que todos os seus membros são iguais” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 150). Em relação às suas características pode-se afirmar: seu principal objetivo é permitir a atualização de seus membros; é altamente gratificante, as pessoas vivem um tipo generoso de relacionamento social no qual dão e recebem; atividades promovidas como vocação; não há diferenciação entre liderança e subordinados; predomínio de relações interpessoais primárias. Podem ser considerados exemplos de organizações com características isonômicas: associações de moradores, de estudantes, organizações religiosas, coletivos urbanos, conselhos de saúde, entre tantos outros.

As fenomenias, por sua vez, são definidas como:

[...] um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152).

Segundo o autor, este enlave possui como características: ambiente essencial para a liberação da criatividade, composto por um pequeno grupo; seus membros empenham-se em obras auto motivadas e possuem consciência social; construção coletiva de regras operacionais; critérios econômicos tidos como incidentais. Podem ser considerados exemplos de fenômenos: oficinas de artistas e artesãos; inventores, escritores, e pintores que trabalham por conta própria.

Diferentemente do indivíduo anômico, os membros do motim que não possuem normas e o ator isolado vive excessivamente comprometido com uma única norma. O isolado considera o mundo social incontrolável e sem remédio, e tende a esconder dos outros as suas convicções pessoais

O Quadro 1 sintetiza as principais características dos diferentes enclaves compreendidos pelo modelo proposto por Guerreiro Ramos (1989). É importante ressaltar que todos os enclaves, recebem do autor, o caráter de tipos ideais weberianos, não sendo encontrados de forma “pura” na sociedade.

Quadro 1- Os diferentes enclaves sociais e suas características

ENCLAVES	CARACTERÍSTICAS
ANOMIA	Situação em que a vida pessoal e social desaparece. Indivíduos que vivem na orla do sistema social e que são desprovidos de normas orientadoras.
MOTIM	Coletividades desprovidas de normas, cujos membros não possuem senso de ordem social.
ECONOMIA	As organizações econômicas sofrem influência direta de seus clientes na execução e planejamento de suas atividades. Avaliada objetivamente em termos de lucro e/ou custo benefício. O mercado tende a se transformar em uma categoria de abrangência total, em relação a ordenação da vida individual e social. Os seus membros são conhecidos como detentores de emprego.
ISONOMIA	Contexto em que todos os membros são iguais. Seu principal objetivo é permitir a atualização de seus membros. É altamente gratificante, as pessoas vivem um tipo generoso de relacionamento social no qual dão e recebem. Atividades

	promovidas como vocação. Não há diferenciação entre liderança e subordinados. Predomínio de relações interpessoais primárias.
FENONOMIA	Ambiente essencial para a liberação da criatividade, composto por um pequeno grupo. Seus membros empenham-se em obras auto motivadas e possuem consciência social. Construção coletiva de regras operacionais. Critérios econômicos tidos como incidentais.
ISOLADO	Ator isolado excessivamente comprometido com uma única norma. O Isolado considera o mundo social incontrolável e sem remédio.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Guerreiro Ramos (1989).

O paradigma paraeconômico com todos os seus enclaves, presume que o mercado é um enclave existente dentro da sociedade multicêntrica, onde há diversos critérios substantivos de vida pessoal e uma multiplicidade de padrões de relações interpessoais. Nesse espaço, só incidentalmente, o indivíduo é um maximizador de recursos, sendo-lhe possibilitada a oportunidade de auto realização (GUERREIRO RAMOS, 1989).

O autor apresenta sua proposta de sociedade multicêntrica como uma construção intencional, onde a sociedade deve direcionar seus esforços para a expansão das práticas organizacionais, tendo por base a racionalidade substantiva e não a obtenção intencional dos resultados esperados pelo mercado. Para isso, é fundamental a implementação de um Estado que cumpra a função regulatória:

A sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional. Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e a seu próprio risco” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 155).

Todavia, para que se consiga tal feito, os sistemas sociais devem ser desenhados conforme a *lei dos requisitos adequados*, onde cada sistema social delinea seus requisitos, entre eles: tecnologia,

tamanho, espaço, cognição e tempo. Guerreiro Ramos (1989) advoga que uma sociedade multicêntrica, requer um modelo alocativo diferente daqueles que consideram recursos e produção tudo aquilo que se direciona e que provém das atividades econômicas. O autor afirma, ainda, que do ponto de vista paraeconômico, “as economias, as isonomias e fenomenias devem ser também consideradas agências legítimas, necessárias à viabilidade da sociedade em conjunto” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.178).

Ademais, o paradigma paraeconômico, “envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.180). Dessa maneira, são considerados como legítimas, desde as atividades realizadas em âmbito doméstico, até as atividades sociais, culturais e religiosas.

Ao tecer uma crítica aos modelos vigentes, Ramos (1989, p.182) refere que “o paradigma paraeconômico é, pelo menos, um amplo e incipiente arcabouço teórico dessa alternativa”, visto que “contrariamente aos modelos centrados no mercado, o paradigma paraeconômico fornece um arcabouço sistemático para desenvolvimento de um impulso multidimensional e delimitativo, em relação ao processo de formulação de política” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.184), e uma alternativa à sociedade centrada no mercado.

2.3 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Ceci n'est pas une pipe*¹¹
(RENÉ MAGRITTE, 1929)

No universo do cotidiano as representações se tornam essenciais para compreender e agir no mundo. Representar corresponde ao ato de se pensar a relação sujeito-objeto, compreendendo desde uma simples aliança dourada até um fenômeno social mais complexo, como uma guerra. Resultado e processo de significação, essas representações atuam

¹¹ “Isto não é um cachimbo”. Trata-se da frase contida na obra do pintor surrealista belga René Magritte (1898-1967). A obra, intitulada “A traição das imagens”, contém a imagem de um cachimbo e a referida frase junto a ela. O que vemos não é, em si, um cachimbo real, mas uma representação dele através de um símbolo. Segundo Magritte, a frase não contradiz o desenho, ela o afirma de outro modo. O próprio Moscovici (2009) se vale de uma das obras de Magritte ao discorrer sobre as representações sociais.

na definição do que é o “real”; uma vez que surge a necessidade de lidar e se posicionar no mundo. (JODELET, 2001). Assim:

Nós geralmente usamos nosso sistema perceptivo para interpretar representações de mundos que nós nunca podemos ver. No mundo feito por mãos humanas em que vivemos, a percepção das representações é tão importante quanto a percepção dos objetos reais. Por representação eu quero dizer um conjunto de estímulos feito pelos homens, que tem a finalidade de servir como um substituto a um sinal ou som que não pode ocorrer naturalmente. Algumas representações funcionam como substitutos de estímulos, elas produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria (BOWER, 1977 apud MOSCOVICI, 2009, p. 32)

Mas a maneira de se compreender o fenômeno representativo e suas implicações são variadas e mais complexas do que se parece à primeira vista. Inicialmente conceituada por Durkheim em sua produção teórica que visava consolidar a sociologia enquanto ciência, as representações surgem como forma de análise sociológica da realidade, denominada por ele *representações coletivas*, as quais são exteriores e independentes das consciências individuais. Farr (2008) afirma que, na tentativa de delimitação de um objeto de estudo para a sociologia, Durkheim foi o principal responsável pela diferenciação entre o domínio da Sociologia (no estudo do social e das representações coletivas) e o domínio da Psicologia (no estudo do indivíduo e das representações individuais). Tal separação era necessária, uma vez que, “as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível do indivíduo” (FARR, 2008, p. 42). Mas do que se tratam as representações coletivas? O próprio autor refere-se às mesmas como:

As crenças, sentimentos e ideias habituais, dadas e homogeneamente compartilhadas de uma comunidade. Elas são pré-estabelecidas em relação a indivíduos (pela tradição, costumes e história) e aceitas sem discussão; elas sobrepõem a consciência individual e sustentam o enquadre moral que guia a ação de todos os membros de uma comunidade. Elas têm influência em todos os tipos de cerimônias sociais, práticas e rituais institucionais de uma sociedade. (DURKHEIM, 1898 apud JOVCHELOVICH, 2008a, p. 97)

Dessa forma, as representações coletivas da teoria durkheimiana assumem relevância sociológica uma vez que, ao se analisar as formas pelas quais determinada sociedade expressa sua realidade, passam a considerar as mesmas como forças e estruturas estáveis que contribuem para a coesão dessa sociedade¹².

O pensamento de Durkheim foi um dos pontos de partida para o desenvolvimento da teoria das representações sociais pelo psicólogo social Serge Moscovici¹³. Entretanto, ele retoma o debate sobre representações em um contexto de sociedade contemporânea, mais complexa, plural e dinâmica do que aquela abordada por Durkheim. Assim, o propósito era enfatizar o caráter dinâmico e heterogêneo das representações sociais (RS).

Outra característica que demarca fronteiras entre os conceitos de representações coletivas e sociais está na crítica de Moscovici a polarização entre individual e social proposta por Durkheim. Na época, o campo da psicologia social era fortemente influenciado pela corrente estadunidense, guiada por pressupostos positivistas e funcionalistas – fruto da lógica cartesiana que tomou conta das ciências como um todo – e que compreendia os fenômenos psicológicos como estritamente individuais, desligados de qualquer circunstância social. Ao optar por uma visão sociológica dentro do campo da psicologia social e conceber o ato de representar como um processo simbólico e social, Moscovici se contrapõe à exclusão do indivíduo do conceito durkeimiano, assim como também critica o processo de individualização da psicologia social (FARR, 2008; JOVCHELOVITCH, 2008a).

Logo, ao defender sua tese intitulada *La Psicanalyse: Son image et son public* em 1961, sobre a apropriação do conceito de psicanálise pela sociedade francesa, Moscovici busca compreender e legitimar o saber “não-científico” produzido na vida cotidiana.

A teoria das representações sociais luta contra a ideia de que o conhecimento cotidiano é distorção e erro; pelo contrário, ela tenta recuperar o status

¹² Ainda segundo o autor, as mesmas são externas e autônomas em relação aos indivíduos, pois se perpetuam através da ação coletiva. “Isso lhes confere estabilidade ao longo do tempo e as insere em instituições como a Igreja, a família, o sistema legal [...] o que faz com que a mudança seja extremamente difícil e com elas se apresentem ao sujeito como coercitivas” (JOVCHELOVITCH, 2008a, p. 98).

¹³ Moscovici (2009) ainda elenca Lévy-Bruhl, Piaget e Vigotsky como outras fontes intelectuais fundamentais para a construção de sua teoria.

epistemológico dos saberes ligados a vida cotidiana e ao senso comum e ‘entender os entendimentos’ que eles expressam. Para isto ela se apoia [...] no reconhecimento de que todo conhecimento é ao mesmo tempo simbólico e social. Na leitura e saber de sujeitos sociais sobre o mundo estão contidos hábitos culturais, identidades, tradições culturais, emoções e práticas de vários tipos. Todas estas dimensões penetram os sistemas de conhecimento e lhes permitem representar de uma só vez mundos subjetivos e intersubjetivos. (JOVCHELOVITCH, 2008a, p. 88)

Moscovici contribuiu para o debate sobre a sociologia do conhecimento, mostrando como o mesmo pode ser compreendido como um fenômeno plural e heterogêneo (FARR, 2008). Os saberes podem coexistir, uma vez que os mesmos respondem a diferentes necessidades e funções sociais. Logo, o “saber do senso comum” ou “saber ingênuo” (JODELET, 2001) não deve ser invalidado, perder legitimidade ou ser julgado pelo rigor do conhecimento científico, mas compreendido como outra forma de conhecimento, adaptado à ação sobre o mundo (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 2008a).

Para Oliveira e Werba (1998) estudar as representações sociais é buscar compreender de que forma as pessoas, comunidades e instituições *constroem conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmas*. Compreender de que forma essas representações participam da ordenação do mundo para esses sujeitos e garantem a comunicação entre os mesmos “convertendo-se em código para nomear e classificar os atos e fatos do seu mundo, e ao mesmo tempo, expressar a identidade de quem fala”. (ARRUDA, 2005, p. 231). Logo, as RS emergem imbricadas ao tecido social e é através delas que grupos sociais “revelam quem são e o que consideram importante, as inter-relações que estão implicados e a natureza dos mundos sociais que habitam” (JOVCHELOVITCH, 2008a, p. 38).

Adentrando mais a fundo no surgimento das representações sociais, Moscovici (2009) afirma que a mesma busca tornar familiar aquilo que não é familiar, convencendo o que era até então desconhecido. Segundo o autor:

Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas [...]. Isso se deve ao fato de que a

ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua é uma ameaça insuportável. (MOSCOVICI, 2009, p.54)

Por conseguinte, para que algo se torne familiar funcionam alguns mecanismos que se baseiam na memória e experiências passadas, são eles: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem consiste no processo que se procura classificar o que nos é estranho, “transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde somos capazes de compará-lo e interpretá-lo” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Consiste na categorização daquilo que é novo a partir daquilo que já é familiar, mesmo que para isso, sejam necessárias algumas reduções e modificações. Para exemplificar Jodelet (2001) utiliza o exemplo do surgimento da AIDS no início dos anos 80. Diante da falta de referências médicas para a doença e frente a necessidade de compreender o desconhecido, uma das formas encontradas pelo saber comum para dar conta de sua ameaça foi ancorá-la como “peste gay”, classificação moral (preconceituosa), que trouxe o que era desconhecido para o domínio do familiar.

Já a objetivação se trata de tornar concreto e visível aquilo que ainda é abstrato e não-familiar, é reproduzir um conceito em uma imagem. Dessa forma, ideias são reproduzidas exteriormente, a partir do que já é conhecido. Oliveira e Werba (1998) citam um exemplo dado por Moscovici no qual, segundo a tradição cristã, Deus é chamado de “pai”. A objetivação do que é abstrato para uma imagem conhecida, facilita a compreensão da ideia de “Deus”.

No intuito de “construir uma ponte entre o estranho e o familiar” (MOSCOVICI, 2009, p.207), compreender o desconhecido a partir de uma realidade conhecida e institucionalizada pelo social, se constitui um “processo que desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas também forma a vida social de uma comunidade” (JOVCHELOVITCH, 2008b, p. 82). Para Moscovici (2009) tal tendência caracteriza um conservadorismo no contexto específico da sociedade da qual faz parte.

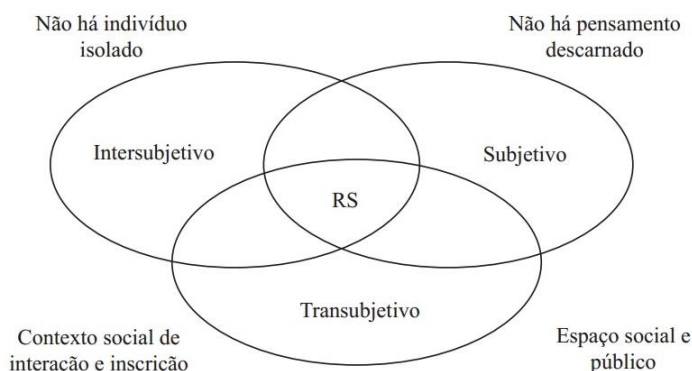
A teoria das representações sociais – por seu caráter psicológico e social – se fundamenta tanto nas teorias da sociedade quanto nas teorias do sujeito. Em outras palavras, este sujeito, em sua relação com o social constrói as representações sociais segundo as quais compreende o mundo. A representação surge também como fruto da atividade simbólica de dar sentido às coisas, que, por sua vez, é construída a partir de representações já constituídas, cabendo ao sujeito reinterpretar o que já está dado.

[...] o sujeito psíquico não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a

reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito” (JOVCHELOVITCH, 2008a, p. 79).

Pode-se então compreender as representações sociais a partir Figura 3, que ilustra a intersecção entre os universos subjetivos, intersubjetivos e transubjetivos tratados por Jodelet (2009, p. 695), que segundo a autora, constituem a gênese das RS produzidas pelos “indivíduos e grupos localizados em espaços concretos da vida”.

Figura 3 - As esferas de pertença das representações sociais



Fonte: JODELET (2009, p. 695)

Isto é, as RS podem ser compreendidas pela relação dos níveis de atuação ativa do sujeito (subjetivo), de interação com os outros sujeitos (intersubjetivo) e àquilo que é comum ao coletivo (transubjetivo). Essa atuação se concebe de forma dialógica, na “negociação entre condições transubjetivas e a liberação que autoriza um pensamento subjetivo comunicável e comunicado na intersubjetividade” (JODELET, 2009, p. 704). É necessário ressaltar aqui o papel fundamental da comunicação nesse processo, a qual forja e difunde as representações sociais entre esses níveis. A própria linguagem – vetor de transmissão comunicativa – pode ser compreendida como exemplo de representação social (MOSCOVICI, 2009). Retomarei essa discussão mais adiante.

Como já foi possível notar, conceitualmente, as representações sociais não se restringem a uma definição fechada em si mesma, sendo capaz de comportar ângulos e óticas variadas na abordagem dos fenômenos representativos. Jodelet (2001, p. 22) elabora um conceito abrangente no qual as RS podem ser compreendidas como “uma forma de

conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". A partir desse entendimento, a autora elabora um quadro contemplativo do espaço de estudo das representações sociais (quadro 2), no qual apresenta *problemáticas interdependentes* que estão ligadas ao processo representativo e que ajudam a elucidar os aspectos específicos abrangidos por esse processo.

Quadro 2 - Espaço de estudo das representações sociais

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	PROCESSOS E ESTADOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
<p>Cultura (coletiva / de grupo)</p> <ul style="list-style-type: none"> • valores • modelos • invariantes <p>Linguagem e Comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • interpessoal • institucional • midiática <p>Sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> • partilha e vínculo social • contexto ideológico, histórico • inscrição social <ul style="list-style-type: none"> – posição – lugar e função sociais – pertença grupal • organização social <ul style="list-style-type: none"> – instituições – vida dos grupos 	<p>suportes conteúdos estrutura processos lógica</p> <p>FORMA DE SABER</p> <p>modelização</p> <p>construção</p> <p>interpretação</p> <p>SUJEITO epistêmico psicológico social coletivo</p> <p>REPRESENTAÇÃO</p> <p>OBJETO humano social ideal material</p> <p>expressão</p> <p>simbolização</p> <p>compromisso psicossocial</p> <p>PRÁTICA</p> <p>Experiência Ação</p> <p>Função das representações sociais</p> <p>Eficácia das representações sociais</p>	<p>Valor de verdade</p> <ul style="list-style-type: none"> • relações entre pensamentos natural e científico • difusão dos conhecimentos • transformação de um saber em outro • epistemologia do senso comum <p>Representação e Ciência</p> <p>Representação e Real</p> <p>Defasagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • distorção • subtração • suplementação <p>Valor de realidade</p>

Fonte: JODELET, 2001, p.33

No centro do quadro a autora apresenta o esquema base de caracterização da estrutura representacional que segundo ela, “caracteriza a representação como uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto” (JODELET, 2001, p.27), mas que se torna um entendimento fragmentado se não levar em conta os processos que engendram e dinamizam as representações sociais apresentados a esquerda, assim como seu valor enquanto forma de conhecimento mostrado a direita.

Dessa forma, para Moscovici (2009) as RS podem ser pensadas tanto estática como dinamicamente. Podemos compreender melhor essa diferença ao levarmos em conta o fator tempo: podemos identificar e compreender representações sociais em um determinado momento e contexto, mas as representações, uma vez criadas, adquirem “vida própria” e passam a circular e se transformar ao longo do tempo.

Vistas *estaticamente* as representações se mostram semelhantes a teorias que ordenam ao redor de um tema uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos e seus sentimentos e ações sejam explicados [...] do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias. (MOSCOVICI, 2009, p.210 – grifo no original)

Analisando teoricamente, para Jovchelovitch (2008a) a representação emerge como uma estrutura mediadora entre sujeito-outro-objeto e que, através da ação comunicativa, se manifesta cotidianamente em determinado tempo e contexto. Esta discussão a autora ilustra na Figura 4, na qual apresenta a arquitetura da representação. Para ela, a interação proporcionada pela comunicação – que ocorre amarrada em um contexto, social, cultural e histórico – estrutura o terreno no qual vão emergir as representações. Logo, é no espaço em que as pessoas se reúnem para, falar, argumentar e interagir socialmente de forma a dar sentido a um objeto, que ocorre a interação entre o indivíduo e o social.

Figura 4 - A arquitetura da representação: constituintes e modo de produção



Fonte: JOVCHELOVITCH, 2008, p.72

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- *O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?*
- *Isso depende muito de para onde você quer ir - respondeu o Gato.*
- *Não me importo muito para onde... - retrucou Alice.*
- *Então não importa o caminho que você escolha - disse o Gato.*
- *...contanto que dê em algum lugar - Alice completou.*
- *Oh, você pode ter certeza que vai chegar - disse o Gato - se você caminhar bastante.*
(LEWIS CARROLL, 1865)

Eis, justamente, a importância da metodologia na elaboração de um trabalho. Método, que vem do grego, *methodos*, significa o caminho trilhado para se chegar a um fim. Tomada enquanto esforço do autor para tornar a pesquisa mais segura e coerente, nos permite muitos caminhos. Como se percebe no diálogo de Alice no país das maravilhas, tudo depende de *onde* e *como* se deseja chegar a este “lugar”. A presente seção tratou das opções metodológicas que foram adotadas – e dos porquês da adoção das mesmas – para que se pudesse trilhar o caminho.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Caracterizei essa pesquisa como um estudo qualitativo, ao buscar compreender e interpretar em profundidade os significados e características situacionais, através do contato direto com o campo em estudo. Vergara (2012, p. 242) destaca que “as pesquisas qualitativas contemplam a subjetividade, a descoberta, a valorização e a visão de mundo dos sujeitos”. A riqueza das informações obtidas por uma pesquisa qualitativa permite uma visão mais holística do fenômeno, uma vez que possibilita compreender o objeto em seu contexto, suas relações e outros elementos que surgirem no decorrer da pesquisa (RICHARDSON, 2010; VIEIRA, 2004). Deslauriers e Kerisit (2012) identificam nos tipos de pesquisa mais alinhados com a abordagem qualitativa, àquelas relacionadas à uma compreensão do universo do cotidiano e ao sentido da ação. Nesta empreitada o pesquisador tem uma proximidade direta com o campo e busca, na riqueza do fenômeno social em estudo, interpretá-los a partir de um referencial teórico-metodológico. Uma vez que, ainda

segundo esses autores, "pode-se dizer que o objeto por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa" (DESLAURIERS E KERISIT, 2012, p.130).

Partindo de tais concepções, estabeleci aqui a afinidade metodológica da pesquisa qualitativa com a perspectiva interpretativista das representações sociais apresentadas por Arruda (2005). A autora argumenta que a interpretação tem a função fundamental de "costura" que deve perpassar toda pesquisa. Na identificação das representações sociais não é diferente:

A coleção de *dados* que se obtém e se processam não são ainda a representação social - ela surge da costura que só o olhar do/a pesquisador/a pode fazer, numa perspectiva, como determinou Jodelet (2003) holística e integradora. Esta costura é a interpretação (ARRUDA, 2005, p.232).

Dessa forma – segundo a classificação de pesquisa apresentada por Lakatos e Marconi (1991) e Triviños (2006), assim como a abordagem interpretativista das representações sociais empregada – defini esse estudo como descritivo-interpretativo. A pesquisa descritiva se caracteriza exatamente pelo objetivo primordial de expor características contextuais de determinada população e fenômeno e permitir o estabelecimento de correlações (VERGARA, 2012). É por meio da sua precisão de detalhes, que ela coloca em evidência o “como” e o “o quê” dos fenômenos (DESLAURIERS E KERISIT, 2012, p.130). Entretanto Demo (1981, p. 111) faz a ressalva: “todo fato captado, pela própria captação já está não só acontecido, mas sobretudo interpretado”. Não há aqui a pretensão de se obter uma "fotografia" da realidade, desvinculada da subjetividade do pesquisador. Essa mesma subjetividade é encarada, então, como base do processo descritivo-interpretativo (CRESWELL, 2010).

Logo, o papel assumido pelo pesquisador é singular, uma vez que o mesmo deixa de buscar uma postura de neutralidade postulada pelo paradigma positivista e passa a assumir as implicações de sua interação com o campo, como parte do processo de pesquisa. Goldemberg (2009, p. 55) defende que “A melhor maneira de controlar esta 'interferência' é tendo consciência de como sua presença afeta o grupo e até que ponto este fato pode ser minimizado ou, inclusive, analisado como dado da pesquisa”. Busco, assim, considerar também em cena a mais importante “ferramenta” da pesquisa qualitativa (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

Nesse tipo de pesquisa, não faz sentido buscar critérios de viabilidade e confiabilidade estabelecidos para pesquisas de cunho quantitativo, assim como conceber uma metodologia que almeje produzir um saber neutro e objetivo, pois:

[...] a forma que tais critérios são estabelecidos reflete antes uma ‘crença’ ontológica, uma visão da natureza humana e de mundo que é refutável sob outros olhares epistemológicos (BULGACOV; VIZEU, 2006, p. 2)

As pesquisas qualitativas, ao partirem de epistemologias que buscam compreender a complexidade inerente aos fenômenos sociais, precisam de seus próprios padrões de rigor científico, no sentido de tentar resolver os problemas de cientificidade tais como ela os define.

Em outras palavras, os pesquisadores qualitativos pretendiam maximizar a validade de seus resultados, explorando os recursos da subjetividade, mais do que tentando excluí-la do processo de pesquisa; bem como incentivando uma análise dos fenômenos sociais no contexto natural, mais do que num contexto que se tentava neutralizar, de início, para chegar a nele estabelecer, rapidamente, generalizações (LAPERRIÈRE, 2012, p. 412).

Dessa forma, foram adotados neste trabalho alguns dos critérios abordados por Laperrière (2012), a fim de garantir o rigor de um estudo qualitativo, tais como: a triangulação metodológica, o ‘levantamento dos dados topológicos de campo’ (história, estrutura, subgrupos, entre outros), descrição em profundidade, imersão prolongada em campo, flexibilidade do plano de pesquisa para possíveis reformulações e adoção de um diário de campo.

3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

A pesquisa qualitativa pode se valer da “triangulação de dados” com intuito de reunir visões complementares sobre um mesmo fenômeno, utilizando diferentes técnicas para obter seus resultados (DENZIN; LINCOLN, 2006). Na tentativa de enriquecer a compreensão da multiplicidade de dimensões presentes no fenômeno, empreguei neste estudo três técnicas para o levantamento de informações: a observação participante, as entrevistas e a análise documental.

3.2.1 Observação participante

Para Silva, Camargo e Padilha (2011) a observação evita a fragmentação do fenômeno estudado e permite compreender a gênese e a estrutura das representações sociais. O estudo de Denise Jodelet sobre a loucura mostra a importância da utilização de diversas técnicas no estudo das representações sociais, uma vez que as mesmas se complementam no levantamento de informações de naturezas diversas (JODELET, 2005).

Ela fez pesquisa documental sobre a história da instituição psiquiátrica, entrevistou a equipe desta, as personalidades do lugar e a população. Apropriou-se paulatinamente dos antecedentes necessários e completou-os com a observação participante que lhe permitiu captar a dinâmica cultural por meio das práticas significantes (ARRUDA, 2005, p. 235).

Segundo Moscovici (2009) o estudo das representações sociais requer o retorno aos métodos de observação, podendo trazer para a psicologia social os mesmos benefícios que trouxe para a antropologia. A observação *in loco* permite o contato com o ambiente natural do grupo, com seu cotidiano e sua cultura, abordando, assim, as representações sociais em seu contexto (SPINK, 1993; SOUZA FILHO, 1993).

Para um bom trabalho de observação, o observador deve estar atento e registrar em um diário de campo todo esse contexto, desde os primeiros contatos de negociação para acesso ao campo até as atitudes, falas e comportamentos dos sujeitos da pesquisa (ALCADIPANI, 2013; GODOY, 2010). Entretanto, a relação sujeito-objeto é mais complexa do que aparenta no primeiro momento. Jaccoud e Mayer (2012) destacam três dessas formas de relação, advindas de epistemologias científicas distintas: o modelo da passividade, da impregnação e da interação.

No primeiro modelo de concepção mais positivista, há pretensão de distanciamento, neutralidade e separação entre observador e objeto pesquisado. O segundo modelo, mais próxima ao interacionismo simbólico, consiste na “fusão” dos mesmos, com participação e envolvimento do observador, que busca a máxima integração ao meio pesquisado. Já no terceiro modelo, mais alinhado à perspectiva construtivista, o observador toma consciência de sua interferência no campo e de sua subjetividade, tomando as mesmas como condição. O entendimento da observação passa a ser compreendida em um contexto de uma prática intersubjetiva entre o observador e seu campo de investigação (JACCOUD; MAYER, 2012).

A técnica da observação participante adotada nesse estudo foi introduzida na pesquisa social pelos antropólogos e consiste na participação ativa do observador na vida da comunidade ou grupo que pretende pesquisar.

Refere-se, portanto, a uma situação de pesquisa onde o observador e observados encontram-se em uma relação face a face e onde o processo de coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados que passam a serem vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos (SERVA, JAIME JR, 1995, p.69)

Derivado dos trabalhos etnográficos, tal técnica reconhece a necessidade de uma integração do observador no campo de observação para que seja possível uma interiorização do universo intersubjetivo do grupo estudado (ANDION; SERVA, 2010; CAVEDON, 1999). Silva e Fantinel (2014, p. 5) enfatizam que “não se espera que os membros do grupo considerem o pesquisador como um igual, mas que eles o aceitem como alguém diferente em quem confiam”.

Com inspiração em um “olhar antropológico” destacado por Arruda (2005), busquei especial atenção na relação com o campo, sendo condição para produção do material de análise. Todo esse processo aconteceu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016 e resultou em 17 diários de campo, mais um conjunto de fotografias. Em alguns desses dias de observação aconteceram algumas reuniões gerais. Foram, ao todo, três reuniões (fechadas e abertas à comunidade) às quais também pude acompanhar.

É válido também ressaltar que, conforme enfatizam Minayo (2015) e Jaccoud e Mayer (2012), a questão ética na pesquisa social é primordial e não pode ser subjugada em nome de nenhum critério de cientificidade. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa foram informados quanto a pesquisa realizada e a finalidade de minha presença na associação. Tal posicionamento, que em um primeiro momento pode parecer um empecilho, contribuiu para a conquista da confiança das pessoas, o que foi de extrema valia no segundo momento da pesquisa em que foram realizadas as entrevistas.

3.2.2 Entrevista semiestruturada

Por sua vez, a importância da prática da entrevista para o estudo das representações sociais é salientado por diversos autores

(MOSCOVICI, 2009; ARRUDA, 2005; BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002; SPINK, 1993). Tal importância se dá pelo fato de que a entrevista, como um instrumento, se valer principalmente do diálogo. Segundo Spink (1993, p.100) “As técnicas verbais são, sem sombra de dúvida, a forma mais comum de se acessar as representações”.

Poupart (2012) concebe a entrevista como um instrumento privilegiado para a compreensão da realidade dos sujeitos, uma vez que busca explorar em profundidade a perspectiva dos atores sociais. Assim, as entrevistas de cunho qualitativo favorecem a captação de ideias, opiniões e depoimentos que permitem uma melhor compreensão da dimensão simbólica dos indivíduos, expressa através da fala (TRIVIÑOS, 2006). Fazendo uma análise mais situacional da entrevista, Godoi e Mattos (2010, p. 319) a definem como “eventos discursivos complexos, regidos pelo intercambio dialógico”. Ou seja, afasta-se a visão formalista da entrevista como instrumento neutro de obtenção de dados¹⁴. Elas são produtos das interações ativas entre entrevistado e entrevistador. Logo, este último deve estar a par de tais implicações, no momento da análise dos dados (GODOI; MATOS, 2010).

Neste estudo, adotei a entrevista semiestruturada enquanto forma de aprofundar tópicos que se estruturaram durante o período da observação participante e que se foram sistematizados no quadro de análise (página 67). Andion e Serva (2006, p. 163) argumentam que as entrevistas semiestruturadas “podem auxiliar a eliminação de dúvidas que porventura surjam no desenrolar dos eventos observados, bem como contribuir para o aprofundamento de assuntos específicos”. Triviños (2006) define a mesma como uma entrevista que parte de alguns questionamentos centrais, apoiados em pontos que interessam a pesquisa, mas que também está aberta a um campo de interrogativas que podem surgir no decorrer da entrevista.

[...] são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social, que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas (TRIVIÑOS, 2006, p. 146)

¹⁴ Apesar de evitar o termo, defini “dados” conforme designado na pesquisa qualitativa, ou seja, como forma de referência a “todo tipo de informações que o pesquisador reúne e analisa para estudar determinado fenômeno social” (TRIVIÑOS, 2006, p. 141).

Procurei selecionar os sujeitos para a entrevista, assim como elaborar o roteiro de entrevista ao final da observação participante. A escolha dos entrevistados e entrevistadas se deu parte por conveniência – baseado na disponibilidade de cada um e cada uma em conceder a entrevista – em parte por critérios que elaborei durante o período de campo. Busquei englobar nas entrevistas pessoas que trabalhassem nas *diferentes frentes da associação* e também os *diferentes engajamentos* encontrados lá dentro (Quadro 3). Os nomes apresentados aqui são fictícios, uma vez que garanti anonimato a todos a fim de se sentirem mais à vontade para falar sobre qualquer assunto. As entrevistas foram todas gravadas com consentimento e posteriormente transcritas.

Quadro 3 - Seleção de entrevista

	Nome	Idade	Tempo de associação	Frente de trabalho	Engajamento	Tempo
1	Fátima	68	2 anos	Oficina de mosaico	Associada voluntária	38 min
2	Cecília	43	10 anos	Brechó e oficina de mosaico	Associada remunerada	45 min
3	Miguel	45	9 anos	Oficina de biodiesel	Associado remunerado	49 min
4	Roberta	43	24 anos	Diretoria e educação ambiental	Associada voluntária	90 min
5	José	44	4 meses	Galpão de triagem	Associado via casa de recuperação	33 min
6	Simone	48	4 anos	Galpão de triagem	Associada remunerada	34 min
7	Olívia	58	11 anos	Galpão de triagem	Associada remunerada	37 min

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao roteiro, este derivou do quadro de análise (apresentado no tópico 3.3). Durante as entrevistas este roteiro foi adaptado de modo a respeitar as particularidades de cada um dos respondentes, buscando não interferir na ordenação da narrativa, bem como nos aspectos relevantes pelos pesquisados em relação às suas histórias de vida.

3.2.3 Análise documental

Outra técnica de coleta de dados complementar adotada na pesquisa consiste na análise documental. Segundo Godoy (2010, p. 135), por documentos podem ser entendidos:

Materiais escritos (como recortes de jornais e Joutros textos publicados na mídia, cartas, memorandos e outros tipos de correspondências, relatórios internos e externos, documentos administrativos), as estatísticas e outros tipos de registro organizados em banco de dados (os quais produzem um formato de registro ordenado e regular de vários aspectos da vida social) e os elementos iconográficos (como sinais, grafismo, imagens, fotografias e filmes).

Trata-se do levantamento e da análise desse material a procura de informações relevantes para a pesquisa, seguindo os critérios definidos pelo pesquisador. É necessário que o mesmo se atente também a outras informações além do seu conteúdo em si, ou seja, se perguntar: “quem produziu esse material e em que contexto? Quais suas fontes? Qual seu propósito? ”. A intenção aqui é a de busca por registros que também guardam informações históricas sobre o fenômeno estudado. Nessa análise busquei informações no estatuto e arquivos da associação, legislação estadual, documentos oficiais da prefeitura (Plano municipal de saneamento básico), assim como fontes secundárias como jornais da região e alguns trabalhos acadêmicos.

3.3 QUADRO DE ANÁLISE

O quadro de analise apresentado a seguir foi criado em um esforço de construção teórico-empírica, com base nos objetivos da pesquisa, no referencial teórico e uma primeira análise dos diários de campo, anterior ao momento das entrevistas.

Quadro 4 – Quadro de análise

Objetivo geral		
Compreender as representações sociais sobre a associação Pró-CREP, segundo os sujeitos inseridos na mesma;		
Objetivos específicos	Questão central	Tópicos norteadores
Descrever aspectos históricos e contextuais da formação e atuação da associação Pró-CREP;	Em qual contexto está inserida a associação Pró-CREP?	Caracterização do espaço; Histórico da associação; Apresentação dos sujeitos; Os sujeitos no contexto da associação;
Identificar e interpretar como os sujeitos percebem o as relações sociais dentro da associação	Como as relações sociais são compreendidas pelos associados?	Dimensão Espaço-temporal Dimensão Econômica Dimensão Social Dimensão Valorativa
Identificar e interpretar como os sujeitos percebem relação da associação com os atores externos	Como a relação entre a Pró-CREP e os atores externos é compreendida pelos associados?	Relação com o Estado Relação com o mercado Relação com a comunidade

Fonte: Elaborado pela autora

Ao se considerar as especificidades desse tipo de organização, as relações no contexto de trabalho da associação foram englobadas em quatro dimensões principais:

- Dimensão espaço-temporal: Aborda a percepção das relações a partir da dinâmica interna do trabalho, considerando os fatores do tempo e espaço. Analisa a organização e divisão do trabalho, a especialização e a flexibilidade das atividades.
- Dimensão econômica: Considera a compreensão das relações na gestão dos recursos financeiros e não financeiros, administrados na coletividade: os rendimentos, a partilha, e o voluntariado.
- Dimensão social: Trata da significação de interação entre os membros no coletivo. Esta dimensão comporta a análise da comunicação e relação entre os sujeitos e da tomada de decisão.
- Dimensão valorativa: Aborda as relações a partir da compreensão dos valores e objetivos veiculados pela associação, sua origem e formas de difusão

Cabe a consideração que não se trata de um modelo predefinido de análise, mas construído junto ao campo, englobando aspectos econômicos, sociais, técnicos e valorativos a partir do qual essa organização opera.

3.4 UMA INTERPRETAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O estudo de uma representação social, segundo Arruda (2005), é um exercício de interpretação. Exercício este que acontece como um processo, no decorrer de todo o período de campo do pesquisador e não como um produto final dele. A autora lembra que interpretar consiste em uma leitura compreensiva que busca “entender o que aquelas etapas, aqueles dados significam, a partir do(s) contexto(s) em que são produzidos, do referencial teórico que os orienta e problema que se está a estudar” (ARRUDA, 2005, p.230).

Como salienta Arruda (2005) – referenciando o pensamento de Thomas Luckmann e Peter Berger – a sociedade é um produto social. Assim como Santos (1994, p. 135), ao discorrer sobre a relação indivíduo e sociedade na perspectiva da teoria das representações sociais, afirma: “a sociedade como um produto humano é, na verdade, uma reconstrução, uma reelaboração humana” (SANTOS, 1994, p.135). Logo, pela teoria das representações sociais, busca-se compreender o real segundo a visão de mundo de determinado grupo social e dos referenciais elaborados pelo mesmo. Essa visão particular, construída e compartilhada por meio da interação social, é produtora e produto do contexto em que se inserem os sujeitos (MOSCOVICI, 2009). Arruda (2005) ressalta que o estudo dessas representações não consiste em uma análise objetiva, fruto apenas de uma boa aplicação de instrumentos e processamento de dados; mas também por um processo, no qual o pesquisador – tomando ciência de sua subjetividade – interpreta as informações singulares de determinado grupo a partir de seu próprio olhar, na busca de uma visão holística e integradora.

Deste modo, análise contextual é uma forma de aproximação necessária à interpretação. Análise esta que vai desde o nível micro, do cenário local da pesquisa, ao nível mais macro (histórico, socioeconômico, político e cultural). Arruda (2005), ao apontar a relevância da contextualização no processo, ilustra a mesma com a espiral da contextualização, apresentada na Figura 5.

Figura 5- A espiral da contextualização



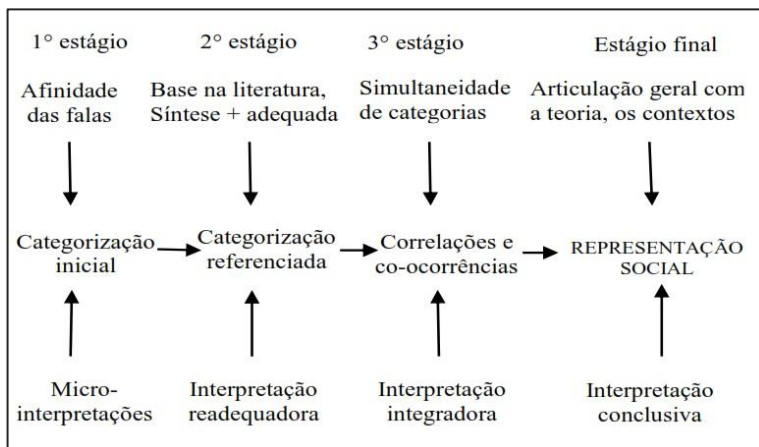
Fonte: Arruda (2005, p. 236)

Este processo, que não segue uma ordenação pré-estabelecida de interpretação, reafirma a fluidez entre sujeito e objeto e entre as fronteiras contextuais. Segundo a autora a contextualização deve ser encarada “[...] de maneira sensível e aberta, como uma espiral que se desenrola sob nossos olhos, acrescentando camadas de sentido que se misturam para desenhar o objeto em estudo” (ARRUDA, 2005, p.241).

A autora ao discutir sobre o processo interpretativo das representações sociais, mostra que o mesmo deve caminhar em um ir e vir entre a “criatividade e o rigor” (ARRUDA, 2005, p.249). Na primeira como forma do pesquisador estar aberto e sensível ao campo e às suas intuições, mas também no rigor, pois é necessário recorrer a recursos metodológicos, de forma a operacionalizar a pesquisa de forma clara. Ou seja, o pesquisador não é prisioneiro de um método, mas se utiliza dele para balizar seu percurso no processo interpretativo.

Quanto à análise dos dados, esta é desenvolvida a partir de estágios interpretativos sucessivos, com base em categorias de análise. No presente estudo, a definição de tais categorias – que podem ser tanto pré-estabelecidas, como construídas com base nos dados levantados (ARRUDA, 2005) – foram estabelecidas *a posteriori*, ou seja, com base no contato com o campo.

Quadro 5 - Estágios da interpretação dos dados



Fonte: Arruda (2005, p.252)

O Quadro 5 apresenta os estágios orientadores, buscando fundamentar a interpretação dos dados. A categorização inicial diz respeito aos primeiros agrupamentos de respostas, levando em conta suas semelhanças, pautados também no objetivo do trabalho. O segundo estágio corresponde ao refinamento e readequação das categorias, baseando-se na literatura. A autora enfatiza que nesses estágios a interpretação e a análise encontram-se vinculadas, dando densidade e “afastando o automatismo da arrumação dos dados em categorias que parecem ‘naturais’” (ARRUDA, 2005, p. 251). Em outras palavras: eis a diferença entre o trabalho de um pesquisador munido de sua subjetividade e um software de computador.

O terceiro estágio busca ampliar o foco de uma análise até então estreita e fragmentária dos dados e estabelecer uma visão integradora, mais contextualizada. É necessário “Mudar o foco da árvore para a floresta” (ARRUDA, 2005, p. 252) e começar a compreender melhor a lógica inerente ao processo. Nesse estágio ocorre o cruzamento das co-ocorrências na busca de articulação entre as categorias. Logo, as articulações e ordenações entre as mesmas, vai aos poucos construindo um campo bem estruturado.

No quarto e último estágio o pesquisador realiza a interpretação conclusiva, ao retornar à literatura na busca de compreender o princípio que organiza a representação, os processos de elaboração e sua dinâmica. Traça-se, assim, as “linhas gerais que articulam o pensamento” (ARRUDA, 2005, p. 253). Desta maneira, não se trata de um único processo de análise no qual a representação social se desvela, mas a

mesma é construída por estágios dinâmicos, em um ir e vir interpretativo, associando pesquisador ao pensamento integrado dos sujeitos.

O processo de interpretação aconteceu de diferentes formas e intensidades, mas esteve presente durante todo o período de contato com o campo e na análise posterior. Isso me permitiu constante reflexão e alinhamento do estudo ao próprio campo e de que forma a teoria seria base aliada para a análise, evitando a “demissão teórica”¹⁵ definida por Demo (1981). Longe de se tratar de um processo interpretativo-linear de “preenchimento de modelo”, a interpretação gerou incertezas e inquietudes na qual eu pude adjetivar o “árduo e pouco prescritivo ir e vir interpretativo”.

¹⁵ “[...] negar trabalho teórico na constatação empírica, como se o dado fosse evidente em si. Toda sensação de evidência não provém, porém, do dado, mas do quadro teórico em que é colhido”. (DEMO, 1981, p.141).

4 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

*O sentido não está no texto
(...) está na relação com o mundo dos sujeitos.
É preciso conhecer o mundo e interpretar os textos.
(LAHLOU, 1995)*

Na discussão abordada neste capítulo, optei pela construção de três seções: em um primeiro momento resgato o aspecto geográfico e histórico-contextual no qual a associação está inserida sem o qual este estudo em representações sociais ficaria deslocado de sentido. Nele, trago também uma narrativa sobre meu período em campo, em que busquei referências principalmente nos registros dos diários de campo, com o intuito de relatar todo o processo de aproximação do contexto da pesquisa e das subjetividades dos sujeitos. Em um segundo momento, aprofundo na interpretação das relações sociais do grupo e com os atores externos à associação, seguindo o percurso do processo interpretativo proposto na metodologia deste estudo. Por fim, desenvolvo uma análise conclusiva, articulando as referências trabalhadas anteriormente na busca por delinear as representações sociais da associação Pró-CREP.

4.1 A ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP E SEU CONTEXTO

[...] foi em uma tarde pós-trabalho na esteira de triagem, que senti o cansaço se refletir tensão e a angústia de meu deslocamento durante a atividade de campo. Sai para uma caminhada nas redondezas. Próximo à avenida mais movimentada do bairro observei materiais (latas, ferros e eletrodomésticos) descartados próximo a uma pequena cobertura de madeira. Percebi também um movimento maior no bairro devido à aproximação da temporada. Já fazia calor e estávamos próximos de dezembro. Mais restaurantes e lojas estavam abertos e havia mais pessoas na rua. Comecei a compreender a dinâmica contextual da região (DIÁRIO DE CAMPO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016).

Dentro da teoria das representações sociais, Jodelet (2001) apresenta que as mensagens veiculadas pela linguagem estão necessariamente ancoradas na situação real e concreta dos sujeitos que a expressam, refletindo, assim, as condições sociais dos sujeitos e a base

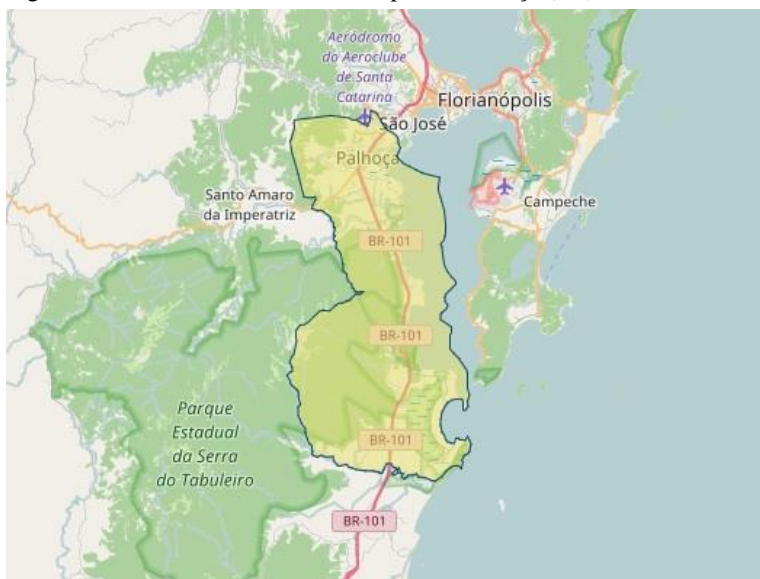
espacial na qual foi construída. Como um ator social inserido no tempo e no espaço, a mesma regra é válida para pesquisas nas organizações (ANDION; SERVA, 2010).

Portanto, de forma complementar a observação participante e as entrevistas (que já me traziam muitos elementos contextuais), procurei realizar uma pesquisa documental que me permitisse enriquecer a compreensão do espaço local no qual a associação estava inserida.

4.1.1 Descrição da região

O município de Palhoça faz parte da região metropolitana de Florianópolis, situada no litoral central do estado de Santa Catarina. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do município cresceu 17,5% nos últimos seis anos, superando o crescimento do próprio município de Florianópolis de 13,4% (IBGE, 2016). É um município com uma diversidade grande de belezas naturais, formado por planícies litorâneas com mangues e restingas, maciços rochosos da Serra do Mar (Serra do Tabuleiro) e alguns pontos mais elevados, como o Morro do Cambirela, (com 1.043 metros) e o Morro da Pedra Branca (com 500 metros). O município possui um bem recortado e extenso litoral, em um total de 13 praias e aproximadamente 70% de sua área é composta pela Mata Atlântica, pertencente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Figura 6).

Figura 6 - Limite territorial do município de Palhoça (SC)



Fonte: IBGE (2016)

O sul do município – onde se localiza a sede da associação Pró-CREP – fica a cerca de 30 km de distância do centro da Palhoça. Região denominada Baixada do Maciambú¹⁶, é uma planície costeira disposta entre o Rio Maciambú e o Rio da Madre, limitando-se a oeste pelas encostas das serras cristalinas do Cambirela e do Morretes e a leste pelo Oceano Atlântico. Compreende as praias da Guarda do Embaú, Sonho e Pinheira e as comunidades de Morretes, Passagem, Maciambú, Sertão do Campo, Três Barras e Albardão. A região já foi foco de debates com relação a sua separação do município de Palhoça. O argumento principal era a dificuldade de administração para o desenvolvimento da região, que carece de maior estrutura e saneamento básico. Em 2011 o prefeito da época Ronério Heiderscheidt (PMDB) e a deputada estadual Dirce Heiderscheidt (PMDB) encabeçaram a proposta de emancipação da região sul da Palhoça que, após alguns debates foi abandonada

¹⁶ Área desanexada do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro pela aprovação da Lei Estadual nº 14.661/2009, a qual a transformou em área de proteção ambiental denominada APA do Entorno Costeiro (categoria de unidade de conservação menos restritiva que permite a ocupação humana e atividades econômicas variadas), com o intuito de amenizar o problema fundiário já existente na região (SANTA CATARINA, 2009).

(NOTÍCIAS DO DIA, 2016). Essa região de colonização açoriana, cuja história foi marcada pela tradição na pesca e na agricultura de subsistência, atualmente se organiza em torno do setor de serviços e principalmente do turismo. “As atividades são extremamente sazonais, quase não há mais agricultura e até mesmo a pesca é sujeita a demanda turística” (SEVERO, 2008, p.108).

4.1.2 A associação Pró-CREP

Em seu livro “Ciências Sociais e Management”, Jean F. Chanlat já ressaltava a necessidade do resgate da história para se pensar as organizações modernas, segundo ele:

A história é igualmente constitutiva da identidade dos indivíduos e das sociedades, uma das maiores razões de sua importância. Bloquear sua história é esquecer quem se é e de onde se vem. (CHANLAT, 2000, p.74)

Reconstitui, então, o histórico da associação como mais um importante eixo de contextualização, a partir de relatos e documentos da mesma. Segue um pouco dela.

A história da Pró-CREP teve início em 1990, na Escola Estadual da Isolada da Guarda do Embaú. Na época a escola enfrentava problemas com a falta de estrutura física adequada e de material básico para o desenvolvimento pedagógico das crianças. A falta de suporte do poder público fez com que a professora Roberta¹⁷ – recém transferida para a escola – juntamente com alguns pais de alunos, buscassem alternativas afim de auxiliar na captação de recursos. Como não havia coleta de resíduos no município, uma das propostas que surgiram foi a da coleta, separação e venda dos materiais recicláveis. E assim se fez. Foram formados grupos de trabalho com os pais de alunos da escola que, após o horário escolar, se reuniam com a professora e saíam às ruas para a coleta de materiais. Também foram construídos pontos de coleta no bairro e baías em um terreno cedido à escola, para a separação dos materiais.

O trabalho e engajamento da comunidade escolar, além de arrecadar recursos para suprir as necessidades imediatas e difundir ações de educação ambiental na região, ajudou na criação de uma identidade e no fortalecimento da comunidade escolar. A escola passou a ter um nome – *Escola Reunida Professora Olga Cerino* – assim, como um lema, um

¹⁷ Todos os nomes dos sujeitos da pesquisa foram alterados para preservar o anonimato das falas.

hino e uma bandeira. A educação ambiental se inseriu no cotidiano e nas atividades culturais promovidas na escola e a temática do reaproveitamento de materiais era mais do que ensinada, era vivenciada pelas crianças.

Em 1997, a professora concorreu e foi contemplada com o Prêmio de Incentivo a Educação Fundamental, do Ministério da Educação com o projeto “Aprendendo Ecologia”. Após essa premiação, a prefeitura de Palhoça solicitou a ampliação da área de atuação para toda a região da baixada do Maciambú (sul do município da Palhoça), assim como conseguiu recurso federal para a construção de um galpão equipado para as atividades. Nascia, assim, o projeto Pró-CREP: *criar, reciclar, educar e preservar*.

Entretanto, por falta de espaço próprio na Guarda do Embaú, a prefeitura precisou recorrer a uma área verde no bairro vizinho da Pinheira para a construção deste galpão. Houve uma mobilização geral, tanto da comunidade da Guarda (contrários a transferência do projeto que nascera na comunidade) como dos moradores da Pinheira, resistentes a instalação do projeto no local. Entretanto, sem outra alternativa viável, a nova sede do projeto foi construída em uma área verde no bairro da Pinheira (Figura 7).

O galpão foi inaugurado em dezembro de 1999 e contava com 16 pessoas para o trabalho de coleta, triagem e venda dos materiais, um caminhão caçamba cedido pela prefeitura para a realização da coleta e o engajamento da professora Roberta, que se afastou das salas de aula e passou a se dedicar somente ao projeto. Com o aumento da área de abrangência da coleta realizada, o rendimento passou a ser rateado entre os integrantes do projeto, sendo, para muitos, a única fonte de renda. Dois anos depois, com a troca de gestão da prefeitura, o projeto acabou perdendo o apoio e precisou interromper suas atividades.

Em 2003 – após um ano com o galpão fechado – houve a mobilização da professora Roberta e de algumas mães de alunos da escola da Pinheira para que as atividades do projeto fossem retomadas. Eram pessoas de baixa renda e que, inicialmente, trabalharam com pouco retorno e em condições precárias. Em 2004, o antigo projeto Pró-CREP se formalizou como associação, a fim de facilitar o recebimento de alguns recursos e projetos.

Desde então a associação vem mantendo sua sede e captando recursos para manutenção de sua estrutura a partir de participação em editais como Banco do Brasil e BNDES ou por premiações. O valor levantado a partir da venda dos diversos materiais é distribuído entre os associados e é renda única de muitos dos que lá trabalham.

Figura 7 - Centro de triagem da associação Pró-CREP



Fonte: a autora (2016)

Além da atividade de coleta e triagem do material reciclável, surgiram outras iniciativas que enriqueceram as atividades da associação. Uma delas foi o projeto biodiesel, uma parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) iniciado em 2008, que consistia em utilizar o óleo de cozinha usado para a produção do biocombustível. Tal produto passou a ser repassado a alguns pescadores tradicionais da Pinheira para uso em suas embarcações, assim como utilizado no próprio veículo da associação. Outros produtos derivados deste processo – como a glicerina e o sabão em barra – eram comercializados. O projeto da Universidade se encerrou em 2015, mas as instalações e o conhecimento do processo produtivo permaneceram na associação, que ainda realiza a coleta e reciclagem do óleo.

Outra iniciativa consistiu na realização de oficinas de mosaico, a fim de reaproveitar restos de cerâmica recebidos na associação e profissionalizar pessoas. Tal iniciativa também foi uma forma de intervenção direta da associação na comunidade, com o trabalho de revitalização da praça do bairro e do muro da escola da Pinheira, ambos os espaços decorados com os mosaicos. Também foi organizado o brechó “Consumo Consciente”, montado a partir de roupas, calçados e acessórios, doados pelas pessoas da comunidade junto com os materiais separados para a coleta. Os espaços – tanto do biodiesel quanto do brechó

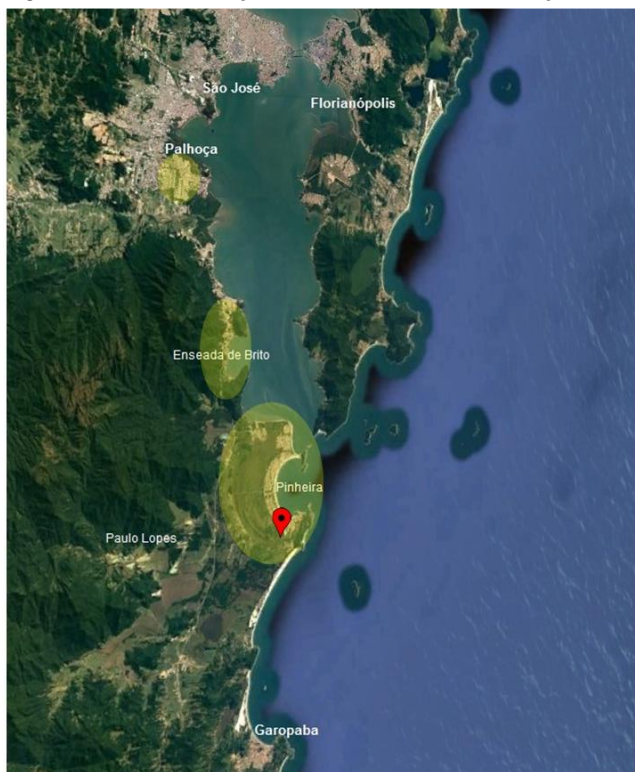
e do mosaico – foram construídos em 2008, com recursos arrecadados pela própria associação na venda de sacolas retornáveis na comunidade.

Teve início em 2012, uma parceria com a casa de recuperação Caminho do Peregrino. São encaminhados para a Pró-CREP ex-adictos em processo de recuperação na comunidade terapêutica, para trabalharem na triagem dos materiais como forma de laborterapia¹⁸ e também como forma de custearem a estadia na casa. Também acontece, ao menos uma reunião mensal para conversa e resolução de conflitos entre os membros, assim como um momento aberto para a participação da comunidade.

Assim, a associação, com uma licença municipal concedida pela prefeitura, realiza a coleta dos materiais em toda baixada do Maciambú – região do município onde se localizam o bairro da Pinheira, Praia do Sonho, Ponta do Papagaio e Guarda do Embaú – também na Enseada de Brito e alguns locais específicos no centro do município (Figura 8). Pelos registros contábeis da associação o material triado no mês gira em torno de 20,5 toneladas, o que representa uma economia de 5 a 7 mil reais mensais para o município, valor que o mesmo deixa de pagar a Proactiva na coleta convencional.

¹⁸ Segundo resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) aprovada em 2015, as comunidades terapêuticas (CTs) são entidades, que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa. Não se tratam de estabelecimentos de saúde, mas instituições de interesse e apoio das políticas públicas de cuidados, atenção, tratamento, proteção, promoção e reinserção social de usuários de drogas. A resolução prevê que todos os acolhidos passem por avaliação prévia na rede de saúde, por meio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-Ad). A regulamentação foi suspensa recentemente pela Justiça Federal, alegando que a regulação, pelo Estado, das CTs se constitui, em flagrante violação à concepção do SUS (Sistema Único de Saúde), que tem como pressupostos, dentre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e que, a "falta de fiscalização nestas entidades, propicia a ocorrência de violações de direitos humanos, com casos já registrados de desrespeito à liberdade religiosa, trabalho forçado, bem como tortura e cárcere privado" (MPF, 2017).

Figura 8 - Área de atuação da Pró-CREP (com marcação da sede)



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Google maps (2016)

No momento da realização da pesquisa, em torno de 30 pessoas trabalhavam na associação¹⁹, divididas nas seguintes frentes de atuação: coleta, triagem e venda de materiais recicláveis; beneficiamento do óleo de cozinha saturado para a produção do biodiesel e afins; brechó; oficinas de mosaico; educação ambiental e diretoria.

¹⁹ Há uma rotatividade constante de pessoas que entram e saem da associação, majoritariamente no trabalho do galpão da triagem (tanto associados assalariados como os associados via casa de recuperação).

4.2 NARRATIVAS DO CAMPO

A partir da proposta metodológica adotada aqui, o *levantamento de informações* já faz parte do processo interpretativo. Logo, a intenção do relato narrativo feito em primeira pessoa considera a dimensão histórica, o caráter dialógico do período de campo (fruto da relação estabelecida entre o “eu” pesquisadora e o “outro”), a própria subjetividade da pesquisadora e dos sujeitos pesquisados e o exercício reflexivo engendrado nesse processo.

Desta forma, relato nesse tópico a minha relação com o campo como importante fator na compreensão do universo simbólico daqueles sujeitos. Aqui busquei superar a dificuldade existente da passagem do que foi observado no campo para a escrita acadêmica, que, de acordo com Silva (2000), representa uma considerável redução da riqueza e complexidade das situações vividas e que precisa ser compreendida também como uma representação da realidade pelos olhos do pesquisador (DOMINGOS, 2016).

Nesse período de campo (que abrangeu os meses de outubro, novembro e dezembro de 2016), precisei fazer alguns ajustes no cronograma de pesquisa e permanecer na Pinheira de dois a três dias (seguidos) por semana, uma vez que o tempo de deslocamento e o cansaço de um dia de campo eram intensos. Me estabeleci, então, em uma pousada bem próxima da associação e, aos poucos, fui me dando conta de como esses períodos de estadia também me auxiliavam a situar a associação no cotidiano daquela comunidade.

As camadas contextuais se desvelavam na medida em que minha imersão em campo se aprofundava, tanto com relação à maior aceitação por parte dos sujeitos à minha presença na associação, quanto o dissipar de meu próprio estranhamento daquela realidade. A proximidade que criei com as pessoas me proporcionou uma vivência e maior compreensão daquele contexto, assim como trouxe à tona falas, histórias e simbolismos de dimensão subjetiva, elemento importante nos estudos em representações sociais.

Em nenhum momento durante o estudo alguém me solicitou alguma confirmação formal minha enquanto mestranda. Porém isso não impediu que – assim como eu fazia – eles me observassem e construíssem uma imagem minha enquanto pesquisadora em campo. As reações iniciais eram de curiosidade e estranhamento. Em meu segundo dia de campo, José, um dos rapazes da casa de recuperação, chegou a me questionar sobre minha real intenção ali dentro afirmou “Eu sei o que você está fazendo aqui, você veio atrás de algum *rolo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 13

DE OUTUBRO DE 2016). Com o passar do tempo essa imagem foi se alterando e se transmutou em aceitação de meu trabalho como voluntária. Assim como relatou o Miguel:

Você para mim é um exemplo, porque eu no meu passado não confiava em ninguém, não acreditava em ninguém, achava que todos eram falsos e Deus tá me mostrando que tem pessoas ruins e falsas nesse mundo...ai vem pessoas que nem você que poderia dizer assim “não, eu vou trabalhar, mas eu quero ganhar”, mas muito pelo contrário. Isso é Deus me mostrando, olha como tem pessoas boas nesse mundo, pessoas que valem a pena (MIGUEL, 45 anos).

Eu, enquanto estudante, pesquisadora, voluntária, mulher, jovem (entre outras tantas características) fui observada e tive minhas ações interpretadas pelos membros do grupo durante todo período de campo, o que retrata o caráter relacional da observação participante e evidencia a relação pesquisador-pesquisados.

Me concentrei também em códigos e etiquetas importantes para a relação com o grupo. Assim, no período em que foquei na observação, para evitar constrangimentos, não utilizei câmera fotográfica (esses registros foram feitos posteriormente) e busquei não fazer perguntas em demasia ou anotações em campo, mas escutar e observar sempre. Foi necessário trabalhar e confiar na memória, pois era claro que, se me prendesse a qualquer formalismo ou procedimento padrão de pesquisa, seria deveras traumático; pouco diferente da ideia de um cientista de jaleco branco levá-los ao laboratório (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DE OUTUBRO DE 2016). Os registros das observações e minhas reflexões eram realizados logo que chegava na pousada, ao final de cada dia de campo. Nesses diários de campo²⁰ já constam uma primeira interpretação, uma vez que advêm da percepção do pesquisador, concebida por uma representação ativa do mundo (ARRUDA, 2005).

O contato inicial com a associação começou no período exploratório da pesquisa, antes mesmo da escrita o projeto de dissertação. Godoy e Balsini (2009), assim como Mazzoti e Gewandsznejder (1999, p. 161) atentam para a importância da etapa exploratória da pesquisa

²⁰ Durante a análise utilizo sínteses e excertos do diário de campo, seguidos da data de cada registro. Nesses diários busquei reconstituir o mais fielmente possível algumas falas às quais identifiquei como centrais. Apesar de não se tratarem de transcrições literais, elas são frutos de momentos de conversas informais carregadas de significado e contexto que foram presenciados.

como forma de se “obter informações suficientes para orientar as decisões iniciais sobre as questões relevantes e o design do estudo”. Nesse período realizei quatro visitas exploratórias nos meses de maio e junho, com o intuito de já me inserir no contexto da associação e conversar com as pessoas que lá trabalhavam. Minha intenção inicial era conhecer e explorar um pouco mais a problemática dos resíduos na região da grande Florianópolis. De início já percebi que se tratava de uma forma diferenciada de se trabalhar com esses resíduos. Não consistia apenas na separação do material reciclável, ali havia arte e tecnologia, assim como uma história de mais de vinte anos de projeto e muitas pessoas envolvidas nele.

Iniciei de fato o período de campo da pesquisa, após o processo de qualificação do projeto, no dia 05 de outubro. Peguei o ônibus na rodoviária por volta de 7:30, percorrendo os 51 km que separam Florianópolis do sul da Palhoça. Ao chegar novamente a Pinheira, desci na avenida principal e caminhei até a associação. A sensação era de chegar a uma pequena cidade do interior. Fazia frio, notei que havia poucos carros na rua e muitos dos estabelecimentos estavam fechados. No caminho me deparei com vários postes enfeitados com mosaicos coloridos que sustentavam palavras como “amor, esperança, harmonia, reciclar, preservar” (*Figura 9*). Na associação encontrei a Cecília, responsável pelo brechó e pela oficina de mosaico, cuidando de uma pequena horta que tinha plantado. Disse a que tinha vindo e ela me convidou para tomar um café. Ao entrar no brechó me surpreendi com o agradável cheiro de incenso de sândalo que queimava no local e a música ambiente muito tranquila que tocava ao fundo. O lugar era realmente mais organizado do que os brechós que já havia frequentado. Nos fundos do brechó havia uma grande mesa central, com os materiais para mosaico dispostos ao redor do cômodo (*Figura 10**Figura 9*). Enquanto tomávamos café e ela me contava da faculdade de turismo que havia começado, chegaram duas senhoras voluntárias que trabalham na oficina de mosaico, a Bete e a Carmen. Elas começaram a trabalhar em seus mosaicos e conversar sobre trivialidades enquanto compartilhavam uma cuia de chimarrão. Me perguntaram o que eu fazia por ali e eu contei a elas sobre a minha pesquisa e o período em que ficaria trabalhando na associação.

Figura 9 - Caminho para a associação Pró-CREP



Fonte: a autora (2016)

Figura 10 - Planta baixa do centro de triagem da associação Pró-CREP



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Após ter o consentimento formal da presidente da associação para a realização da pesquisa, minha intenção era negociar com os sujeitos das diferentes frentes meu acesso ao campo. No brechó não tive problemas quanto a isso, mas antes de seguir para o galpão de triagem, preferi aguardar o encontro com a então presidente Bárbara. Nossa conversa aconteceu na parte da tarde na oficina de mosaico. Expliquei melhor a ela minha pesquisa e o período que ficaria ali na associação participando de todas as atividades e ela disse não haver problemas. Por ter falado que sou da área da Administração, percebi uma demanda dela com relação a auxílio nas atividades “mais burocráticas”, segundo ela. Mesmo percebendo que as demandas dela não correspondiam ao meu posicionamento enquanto pesquisadora lá dentro, respondi que ajudaria no que fosse possível. Fomos, então, até os fundos do galpão para que ela me apresentasse à Simone, responsável por coordenar o trabalho da triagem. Trabalhavam umas sete pessoas no galpão naquela tarde, quatro delas na esteira de triagem e a Simone, junto com mais duas, separando papelão no pátio. Feita a apresentação ela perguntou à, “mas ela vai ganhar alguma coisa?”, respondi que não, que seria um trabalho voluntário. Mesmo concordando com a minha participação, percebi certa desconfiança no olhar dela.

Próximo ao fim do expediente também falei com o Miguel, responsável pelo biodiesel. Já nos conhecíamos das minhas primeiras visitas exploratórias à associação e ele já sabia de minha pesquisa. Chamou e me apresentou à esposa dele, a Leni, que trabalhava ajudando ele nas tarefas e fazendo sabão para venda no brechó. Contei a ele que estava começando minha pesquisa por ali e ele me convidou a voltar para trabalhar com eles. Então, depois de conseguir negociar o aval de acesso aos espaços da associação, voltei para casa me perguntando sobre as diferentes aberturas que tinha encontrado (DIÁRIO DE CAMPO, 05 DE OUTUBRO DE 2016).

Logo de início procurei estabelecer uma rotina de trabalho regular e efetiva, para que a minha entrada e presença se tornasse o menos estranha possível. O primeiro dia de minha chegada à Pinheira era dedicado todo ao trabalho no galpão da associação. Laborei com eles na esteira de triagem, na prensa e na separação de papelão, onde quase todos se mostraram bastante solícitos ao me ensinarem seus ofícios. Durante esse tempo presenciei alguns relatos de histórias de vida, conversas, confissões que me permitiram compreender melhor a realidade vivenciada por aqueles sujeitos.

O galpão iniciava as atividades às 7 horas da manhã. Lá trabalhavam – algumas vezes em turnos diferentes – 06 mulheres e 10

homens. As mulheres eram quase todas senhoras mais velhas, já com mais tempo de trabalho na associação, moradoras da Pinheira. O trabalho delas se concentrava mais ao redor da esteira de triagem. Esteira essa, de aproximadamente seis metros, que era sempre acionada, corria trazendo mais material para sua extensão e logo depois era desligada para a catação²¹. Muitas vezes o trabalho acontecia com a rádio comunitária tocando ao fundo, ou com os hinos religiosos que a Olivia cantava, ou ainda com comentários delas sobre a “vida no bairro”. Algumas delas trabalhavam apenas meio período e outras entravam e/ou saíam mais cedo, para conseguirem se dedicar também aos serviços domésticos. Procurei sempre permanecer durante o turno completo de trabalho para entender de maneira mais completa essa dinâmica.

Os homens, em sua maioria eram rapazes (mais novos) vinculados à associação via casa de recuperação e que davam conta do trabalho braçal mais pesado do galpão, carregando e empilhando fardos e *bags*, descarregando, prensando e desmanchando materiais. Também eram eles que saíam em grupos de três ou quatro no caminhão, para a coleta nas casas. Durante minha presença na associação, notei a alta rotatividade desses homens no trabalho no galpão. Segundo o José, muitos deles abandonam o tratamento e saem da casa “Desde que eu entrei na casa, já entrou uns 30 e já saiu uns 30” (JOSÉ, 44 anos). Eles eram um grupo a parte, sempre estavam entre eles nos horários de intervalo e almoçavam juntos no refeitório. Algumas vezes em que passava próximo ao refeitório no horário de almoço, podia ouvir uma prece seguida da oração de todos.

O espaço do galpão de triagem era amplo e nele os materiais tinham seus espaços demarcados, mas sua formação era dinâmica. Entre o pré e o pós-venda o espaço sofria transformações diárias. As negociações de venda eram feitas com os “atravessadores”²², uma vez que a associação não dispunha de espaço de armazenamento dos materiais para a venda direta às fábricas, como me esclareceu a Simone. Nas paredes do galpão figuravam alguns dizeres em grandes cartazes e bandeiras (Figura 11, Figura 12, Figura 13) (DIÁRIO DE CAMPO, 13 DE OUTUBRO DE 2016).

²¹ Processo no qual ocorre a separação manual do resíduo por tipos de material e descarte do rejeito.

²² Intermediários que compram e acumulam os materiais para venda na indústria

Figura 11 - Mesa de vendas do galpão



Fonte: a autora (2016)

Figura 12 - Vista da entrada do galpão de triagem



Fonte: a autora (2016)

Figura 13 - Disposição dos materiais



Fonte: a autora (2016)

Frente à minha primeira impressão de desorganização, o que posteriormente me chamou a atenção foi justamente a limpeza e organização do galpão. Cada uma cuidava de descarregar os materiais da sua área de trabalho e, em vários momentos, paravam a catação para varrer ao redor da esteira. Em uma tarde de trabalho em que me confundi e acabei descarregando o saco de embalagens *tetra pak* no lugar errado, o erro foi logo percebido pela Simone: “Quem colocou isso aqui?”, levantei a mão e pedi desculpas (DIÁRIO DE CAMPO, DIA 27 DE OUTUBRO DE 2016). Constatei que, um elemento simbólico, mobilizador da dinâmica de trabalho do galpão, era o próprio resíduo, que veiculava uma ressignificação dos objetos e interagia com os sujeitos de diversas formas, seja a partir de uma fantasia que trazia um momento lúdico para o trabalho ou pela quantidade material orgânico em decomposição misturado ao material reciclável, que mobilizava pelo seu simples odor fétido (DIÁRIO DE CAMPO, DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2016).

Todo trabalho era feito sob coordenação da Simone, vi que ela andava de um lado para o outro, ligando para compradores, pesando e controlando a quantidade de fardos, atendendo algumas pessoas da comunidade e chamando a atenção de algumas pessoas para o que deveria

ser feito, dando o tom na dinâmica de trabalho do galpão como um todo (DIÁRIO DE CAMPO, 13 DE OUTUBRO DE 2016).

Os dias de trabalho no galpão foram, de longe, os dias de “trabalho mais pesado”. Em determinados momentos o trabalho me afetava fisicamente e finalizava o dia cansada e com fortes dores na lombar. Em uma de nossas conversas de fim de tarde, o José e a Lígia me contaram terem muitas dores no ombro e a Simone comentou “eu sinto dor na coluna toda, principalmente nessa região da cervical”. (DIÁRIO DE CAMPO, 27 DE OUTUBRO DE 2016). Eu tirava as luvas de borracha sujas do trabalho e caminhava até a pousada em que pernoitava. Muitas vezes adentrei algumas madrugadas recheando os diários de campo com informações e reflexões dessa experiência, que me faziam questionar muitas de minhas próprias convicções.

No segundo dia de estadia eu me dividia entre as atividades da oficina de mosaico, do brechó e da oficina de biodiesel. Por compartilharem um mesmo espaço e serem coordenados pela Cecília os horários e as atividades do brechó e da oficina de mosaico se mesclavam (Figura 14). Ambos iniciavam suas atividades às 9 horas. A oficina de mosaico era aberta à comunidade e funcionava com a Cecília, voluntárias regulares – três senhoras aposentadas – e algumas poucas pessoas da comunidade que a frequentam por alguns períodos, como a Erika, que me disse “Eu agora não estou trabalhando, aí venho e faço um pouco de mosaico por aqui” (DIÁRIO DE CAMPO, 02 DE DEZEMBRO DE 2016). A Cecília – uma mulher calma dos seus 43 anos – trabalhava orientando as voluntárias e fazendo as encomendas de mosaicos que recebia – vasos, espelhos, números de casas e painéis (figura 15). Ela me contou que tinha uma parceria com um senhor, dono de um restaurante do bairro, que levava algumas peças de mosaico em consignação para expor em suas paredes (DIÁRIO DE CAMPO, 27 DE OUTUBRO DE 2016)

O trabalho das voluntárias da oficina, na maior parte do tempo, consistia em fazer pequenas peças, tanto para venda quanto para elas próprias. Os dias e horários de trabalho eram flexíveis e não remunerados. Elas, muitas vezes, auxiliavam nas atividades do brechó, separando roupas, ajudando em vendas e até tomando conta do espaço. Durante os dias em que fiquei na oficina e no brechó, sentava ao redor da mesa com elas e auxiliava em algumas colagens enquanto conversávamos e compartilhávamos uma cuia de chimarrão (Figura 15). A Cecília, muitas vezes, aproveitava o pouco movimento para fazer alguns trabalhos da faculdade, os quais muitas vezes ela me solicitava ajuda. Ela também perguntou se não gostaria de montar um mosaico, no qual trabalhei o

restante do período em que permaneci na oficina. Pude sentir os “efeitos terapêuticos” daquela prática do qual várias voluntárias me relataram. “Para mim ele (o mosaico) funciona como uma terapia. Porque sabe, eu estou aqui esqueço até do horário” (FÁTIMA, 68 anos).

Muitas vezes o silêncio se fazia presente, revelando a concentração de cada uma em suas atividades artesanais. No meio da tarde a Cecília passava um café e compartilhávamos um bolo ou um biscoito que alguma delas havia trazido (DIÁRIO DE CAMPO, 28 DE OUTUBRO DE 2016).

A Cecília, junto com a Elisa (uma associada remunerada) trabalhavam no brechó. Lá se recebiam doações diárias de roupas, calçados e outros objetos como livros, utensílios de casa e brinquedos. Doações estas, geralmente feitas por pessoas da comunidade, que eram triadas pela Cecília. O que ela julgava não se aproveitar para a venda era separado para uma segunda doação. Doação esta, feita a um senhor – que tinha casa de praia na Pinheira – e levava as roupas para os sítios e albergues de algumas cidades da serra catarinense:

Ele fala que ele leva para lá e a gente acredita né. Como eu te falei, eu acredito nas pessoas. Ele diz que leva para lá e dá para as pessoas, mas eu acho que é isso mesmo. Porque é um senhor assim que não tem o jeito de querer passar a perna na gente ou jogar fora essa roupa (CECILIA, 43 anos).

Roupas e objetos em melhor estado de conservação, ou aquelas que a Cecília percebia que poderiam ser “reformadas”, eram organizadas nos cabides e dispostos no espaço do brechó. Lá existia ainda um grande cabideiro cheio de peças *Tie-dye*²³ produzidos pela Cecília. Ela me contou que utiliza essa técnica artística para “dar vida para a roupa”, além de ser uma forma de aproveitar algumas das peças claras que chegam manchadas ou amareladas (DIÁRIO DE CAMPO, 09 DE DEZEMBRO DE 2016). Em sua maioria, as pessoas que frequentavam o brechó eram moradores da comunidade, todos conhecidos da Cecília e da Elisa. As vendas eram sempre muito negociáveis e existia também um caderno de promissórias (muito utilizado) no qual a Cecília anotava o valor das vendas pendentes.

Às vezes as pessoas vêm aqui e estão com dificuldade. Às vezes não tem o dinheiro inteiro e as vezes nem tem o dinheiro para pagar, eu digo “ah, leva”. Depois eu sei que vai vir mais, depois chega mais. Porque tem que ser assim aqui

²³ Técnica de tingimento artístico de tecidos.

também. “Ai, mas tu vendes muito barato”, mas eu tenho que vender, tem que sair. Eu não quero ficar com coisa parada aqui [...] as vezes a gente vê “ah, mas ele me enganou, não era bem assim...”. Ele está fazendo para ele mesmo, não está fazendo para mim. Enganou a si mesmo, não está fazendo para mim. Enganou a si mesmo. Não me enganou, né (CECÍLIA, 43 anos).

Figura 14 - Brechó e oficina de mosaico



Fonte: a autora (2016)

Figura 15 - Atividades na oficina de mosaico



Fonte: a autora (2016)

Desde o início me aproximei muito das mulheres que trabalhavam no brechó e da oficina de mosaico. Era realmente um lugar bastante acolhedor. Durante o trabalho, a Cecília – como uma das associadas mais antigas – me contava várias histórias da associação e da comunidade da Pinheira e região, o que explicava muito o presente da associação.

Participei também na oficina de biodiesel. Lá trabalhavam o Miguel, sua mulher, Leni, e o Fabiano, associado e ex-presidente da associação. Como o horário de trabalho deles é flexível, durante meus dias de estadia na associação não consegui encontrar com o Fabiano, que trabalhava mais na coleta semanal do óleo. Nesse período, tive contato apenas com o Miguel e com a Leni. Os três filhos do casal passavam boa parte do contra turno escolar brincando nas dependências da associação. “Eles gostam de ficar aqui com a gente, preferem ficar aqui do que ficar em casa”, me contou a Leni. Os três brincavam e corriam pelo pátio, faziam o dever de casa e assistiam desenho animado enquanto os pais se dividiam entre o trabalho e a assistência às crianças (DIÁRIO DE CAMPO 13 DE OUTUBRO DE 2016).

O Miguel me explicou que, na época de instalação do projeto biodiesel da Unisul, o local foi preparado para que não viesse a poluir o solo nem o pequeno córrego que corre ao lado da associação e assim eles mantêm vários procedimentos. No primeiro dia em que cheguei lá o

Miguel me falou que estava produzindo o “pote” – um preparado que ainda não é o próprio biodiesel em si e que é utilizado na construção civil. Ele me explicou que eles vendem bastante o óleo apenas coado para fábricas, que a produção deles (do pote, biodiesel e afins) é por demanda e que tinha uma encomenda de 1.000 litros do “pote” para a semana seguinte. O valor de venda era estabelecido por eles (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DE OUTUBRO DE 2016).

Como o processo de produção é semi-mecanizado, auxiliei a Leni a coar o óleo que chegava da coleta e lavar as bombonas. Enquanto isso o Miguel cuidava do maquinário e controlava o processo (Figura 16). Enquanto trabalhávamos ele me “deu uma aula” sobre tudo o que ele fazia. Explicou a diferença entre os óleos coletados, como funcionava todo aquele maquinário, como acontecia a separação dos subprodutos, as matérias-primas utilizadas e qual a melhor forma de armazenar o óleo para a coleta. O ritmo de trabalho por ali era tranquilo, não era todo dia que havia produção por encomenda, então depois do trabalho de coar o óleo, o Miguel se ocupava de alguns reparos e algumas instalações que precisavam ser arrumadas.

Figura 16 - Processo de decantação do óleo na oficina de biodiesel



Fonte: a autora (2016)

Entre as atividades de educação socioambiental promovidas pela associação – elaboradas e desenvolvidas pela professora Roberta – estavam as visitas dos escolares ao centro de triagem, visitas nas casas

dos moradores da comunidade e o programa “Sustentabilidade Agora”, apresentado pela professora Roberta na rádio comunitária da Pinheira. Como estávamos no fim do ano, nenhuma atividade de visitação das escolas estava programada para meu período de campo. Entretanto, tive a oportunidade de participar do programa da rádio a convite da própria Roberta. A rádio comunitária – com sinal para toda Baixada do Maciambú e também via internet – não tem fins lucrativos e conta com o apoio do comércio local para manter suas atividades (RÁDIO PINHEIRA, 2017). Quem me recebeu naquela manhã de segunda-feira na rádio foi o Dimitri, voluntário da rádio e também da associação Pró-CREP, onde atua no conselho fiscal. A Roberta e o Eduardo, coordenador casa de recuperação “Caminho do Peregrino”, também chegou para participar do programa. A Roberta iniciou o programa. A fala dela trouxe a atualização dos acontecimentos recentes na associação depois da tempestade que atingiu a região no dia anterior na qual uma parede do galpão havia desmoronado. Ela fazia um apelo de ajuda à comunidade para que ajudassem na reconstrução, reforçando os benefícios do trabalho feito pela Pro-CREP e reflexões para conscientização da importância de se cuidar e preservar o meio ambiente. Abaixei a cabeça e ouvi claramente uma professora falando a seus alunos, em um discurso que balanceava sensibilização e engajamento.

Nós não desistimos porque acreditamos na mudança e é preciso mudar. Do contrário onde vamos parar? Onde vamos viver se nós não mudarmos? Nós todos, enquanto seres humanos, se nós não mudarmos nossa maneira de pensar e de agir frente as questões sociais e ambientais (trecho extraído do programa “Sustentabilidade agora”)

Contei um pouco sobre a minha pesquisa e como se dá o estudo de uma associação dentro do campo da Administração. Quando cheguei na associação na parte da tarde alguns deles me disseram “Eu ouvi você na rádio hoje. Falou bonito”. Essa experiência, além de se tratar de uma superação pessoal, possibilitou compreender a associação por um outro ângulo de análise, na busca por impactar aquela comunidade através da conscientização (DIÁRIO DE CAMPO, 12 DE DEZEMBRO DE 2016)

Também pude acompanhar três das reuniões gerais que aconteceram na associação em momentos em que já percebia que minha presença não causava mais tanto estranhamento. Essas reuniões instituídas eram mensais e fruto de um acordo comum. Coordenadas pela Roberta, a dinâmica das mesmas era bastante contingencial, variando desde a presença ou não de pessoas da comunidade (que eram convidadas

a participar) até a necessidade da resolução de algum conflito interno. Busquei autorização com a presidente e a Roberta para participar das reuniões, nas quais eu permanecia apenas observando. A professora Roberta, em muitos momentos, realizava um trabalho de educação socioambiental com os próprios membros do grupo. Falava sempre do “lapidar do ser humano”, do senso de autonomia necessário a cada um e da importância de um grupo unido para que o trabalho fosse realizado da melhor forma. Foi ela que conduziu essas reuniões, porém com espaço de fala aberto aos demais membros. Participação esta que acontecia efetivamente quando se tratava da deliberação de assuntos cotidianos, econômicos e resolução de conflitos. Destas reuniões participavam quase todos os membros, incluindo as pessoas da diretoria que sempre se revezavam para escrever a ata, que todos assinavam no final. Nestas observações acompanhei de perto os membros reunidos enquanto grupo. As pautas, os espaços de fala, o conteúdo delas, as movimentações, os conflitos, os acordos e seus desdobramentos, tudo imerso em um contexto de deliberação coletiva. (DIÁRIO DE CAMPO, 02 DE DEZEMBRO DE 2016).

Como alertaram Serva e Jaime Junior (1995) o processo de observação participante foi construtivo e também angustiante. Durante esse período busquei desenvolver uma compreensão ampliada do meio, o que significou, em muitos momentos, sair de minha realidade e me deixar “ser afetada”. Incontáveis foram as ocasiões que precisei parar para refletir longos momentos e balancear meu papel enquanto pesquisadora e também participante. Era uma reflexão diária de uma prática que exigia sempre sensibilidade e humildade para ouvir e aprender. Tais reflexões, que foram sempre transcritas nos diários de campo, se tornaram balizadores de minha postura em campo no período de observação.

Outra dificuldade que precisei superar diz respeito à constante angústia e insegurança com relação ao prazo que deveria realizar o levantamento de informações. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, na qual o período de imersão em campo deve respeitar o ritmo de ação do grupo, assim como meu processo de aprendizado –advindo do primeiro contato com uma observação participante – tais fatores limitadores precisam ser relatados e levados em consideração neste relato.

Esse valioso período em campo também possibilitou uma maior abertura para as entrevistas que se sucederam. (Quase) todos na associação já me conheciam e sabiam de meu trabalho. Um vínculo tinha se estabelecido o que tornou a abordagem para as entrevistas bem menos constrangedoras. Todavia, parafraseando Saadi Lahlou (1995), para que

as palavras tivessem sentido, foi preciso conhecer o mundo o qual se referiam os sujeitos.

A maioria das entrevistas aconteceram nas dependências da associação, apenas eu e o entrevistado ou a entrevistada. Por compreender o momento da entrevista enquanto um evento dialógico, também me envolvi nas narrativas e com algumas lágrimas que surgiram durante o relato de experiências e algumas histórias de vida. Me atentei aos detalhes do momento, desde um desconforto à presença do gravador (que foi desligado), até a compreensão pela deistancia de entrevista de uma das mulheres que trabalhavam na triagem.

4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS NA ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP

Nos subtópico 4.1 e 4.2 apresentei uma síntese de contextualização – a partir de todo material de pesquisa coletado – referente ao primeiro de meus objetivos específicos. O que me permitiu revisitar todas as informações e perceber, como salienta Arruda (2005) o processo não linear de reflexão e interpretação que ocorrera durante esse período. Entretanto, era necessário sistematizar dados e primeiras reflexões, concatenar ideias a partir disso aprofundar o processo interpretativo.

Nos estudos em representações sociais, são muitos os prismas e os elementos para a análise. Assim, foi necessário fazer escolhas. Ciente de que a estruturação e escrita deste subtópico são reflexos disso, optei por seguir com a interpretação organizada de acordo com os objetivos específicos e com o quadro de análise, já derivado desse processo (vide item 3.3), assim como contemplar as etapas do processo interpretativo descrito na metrologia (ARRUDA, 2005).

Logo, o próximo passo consistiu em interpretar de que forma os associados percebem as relações sociais dentro da associação Pró-CREP. Vale salientar novamente que as quatro dimensões que abordei são derivadas de um esforço de construção teórico- empírica, a fim de facilitar o entendimento e exposição da interpretação, lembrando que as representações não se estancam nessas categorias, pois muitas vezes se aproximam e se interconectam. Vamos a elas.

4.3.1 Dimensão espaço-temporal

Essa dimensão abordou as referências das relações desenvolvidas dentro da associação a partir de suas diferentes frentes de atuação. Desde o início do período de campo, constatei que a formação da mesma era

bastante heterogênea, congregando espaços de trabalho com diferentes dimensões e lógicas de trabalho próprias. Essa diferenciação em três espaços e atividades correspondiam às próprias atividades, que possuíam seus espaços físicos definidos e que estavam presentes diretamente no dia-a-dia da associação. Tal fato era visto por eles como algo natural, espaços ligados a certos coordenadores e manejo de diferentes materiais, como explicitado na fala da Cecília:

Bom, vou começar lá pelo biodiesel né [...] eles fazem a coleta. Eles vão ali, coam o óleo, né, tem todo esse processo de coar, colocar nas caixas, de fazer o biodiesel, e também pra vender o óleo coado [...] Aí lá os dois são os coordenadores né, os cabeças do negócio, digamos assim, que são só os dois. Ali no galpão tem a Simone, que ela é a responsável e daí tem os meninos da casa de recuperação que vem trabalhar e tem as meninas né, que são daqui da Pinheira [...] É a Simone que faz a coordenação ali né. Aí tem o trabalho da esteira [...] Eles carregam o vidro para trazer pra cá [...] tem o trabalho da prensa, que tem que fazer a prensagem do material e deixar pronto para a venda [...] Ai tem a parte da venda de eletrônicos do desmanche também. E os meninos trabalham, eles trabalham bastante, assim. Tem bastante trabalho, todo dia tem trabalho, sabe. Todo dia. [...] Então, aqui tem o brechó, que a gente chega, a gente arruma as roupas [...] Sempre tem coisa pra fazer, coisa pra dobrar e varrer. Pra deixar limpo, deixar organizado, pras pessoas não virem também, né, que a gente trabalha com o rejeito digamos...não é rejeito né. Trabalhamos com coisas usadas, vamos dizer assim. Que a gente vai deixar arrumadinho, ajeitadinho pras pessoas chegarem e verem que o ambiente está limpo, está organizado. As vezes chega perfume e eu boto perfume nas roupas pra deixar cheirosinha. Ascendo um incenso pra deixar legal. [...] E na oficina aqui também o trabalho é esse, de fazer as encomendas, de ensinar, as meninas fazem também pra elas. Essa é a integração assim que a gente vê né, que tem todo dia aqui. (CECÍLIA, 43 anos).

Entretanto, quando se tratava dos desdobramentos do dia-a-dia e das referências ao trabalho de cada um desses espaços, essa diferenciação

se tornava mais clara. Como o espaço do galpão de triagem, que pelo tipo de “*trabalho braçal*” que realiza, era visto como um lugar de *trabalho constante*, “*pesado*” e *diversificado*:

A gente fica só no galpão e na coleta também. [...] porque aqui no galpão é assim, ó, cada um tem a sua tarefa, como tu vê ali, mas de vez em quando a tarefa nossa acaba e a gente tem que começar outra [...] a gente não tem descanso, às vezes a gente dá uma matadinha pra ir no banheiro, vai tomar uma água, pra descansar, porque é difícil (JOSÉ, 44 anos).

Eu faço tudo. Eu tiro o bag do rejeito, levo o vidro e o ferro pra rua quando não tem os rapazes pra fazer [...] Quando tem muito serviço na rua a gente vai pra rua e deixa a esteira. O que precisa fazer a gente é obrigada a fazer (OLÍVIA, 58 anos).

Esta condição de trabalho relatada a partir da fala deles, aparecia também diretamente ligada à qualidade e ao volume de material que chegava, da quantidade de pessoas trabalhando no período –considerando a alta rotatividade²⁴ de pessoas, tanto da casa de recuperação quanto da comunidade – mas, principalmente, de como se dava a comercialização dos materiais. A oscilação do valor pago pelos “atravessadores” é o que aparentemente imprimia a lógica e o ritmo de trabalho do galpão:

Perguntei ao José se uma prensa só não era pouco para a quantidade de material já separado [...] ele disse que não fazia diferença, já que para se prensar um fardo, muitas vezes eram necessários vários bags de material. “O que faz diferença mesmo é o preço do papelão, ele varia muito” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 DE NOVEMBRO DE 2016)

[...] tem meses que o material está lá em cima, tem meses que o material vai lá em baixo. Quando o material está lá em baixo, que nem agora começou a abaixar o papelão...quando tá lá em baixo o que a gente faz, aí tem que fazer dois por um (SIMONE, 48 anos).

²⁴ Essa rotatividade era percebida de duas formas, pela própria rotatividade dos rapazes na casa de recuperação, mas também devido à sazonalidade do trabalho na região, uma vez que na alta temporada a quantidade de empregos na região aumenta.

Já no espaço de trabalho do brechó e da oficina de mosaico era diferente. As paredes do brechó contavam com mais de vinte mosaicos de diferentes formas, cores e tamanhos expostos para venda, o que não impedia que as voluntárias trabalhassem constantemente em novas peças, tanto para venda quanto para si próprias. Essa maior autonomia advinha da motivação não relacionada estritamente ao ganho econômico, mas que se encontrava vinculada também às questões subjetivas como atividade terapêutica e de auto realização:

Para mim ele (o trabalho com mosaico) funciona como uma terapia. Porque sabe, eu tô aqui esqueço até do horário [...] Eu fiz esses tempos uns daqueles porta painéis para mim. Eu faço muito para dar. Uma amiga gostou eu faço um e já dou para ela. Dou para todo mundo. Eu venho mais para me distrair mesmo, porque aqui a gente encontra amigo, a gente faz amigo (FÁTIMA, 68 anos).

Porque eu já trabalhava com mosaico e eu faço o que eu gosto. [...] E tem essa coisa de transformar também né. Eu gosto disso. É por isso que eu trabalho aqui. Porque eu faço com amor (CECILIA, 43 anos).

O tempo do trabalho não se vinculava ao *kronos*, o tempo sequencial do relógio, mas a um tempo mais subjetivo, convivial e não linear. A concepção e o valor do trabalho eram vinculados ao *processo artesanal de transformação* do material, substantivado enquanto *terapia*, com toda a sua carga simbólica e entraves mercadológicos:

A Cecília, montando um grande painel colorido encomendado por uma pousada na Guarda do Embaú (com a ajuda de uma voluntária), me disse que a peça saia R\$X. Esse era um valor inferior ao preço do metro quadrado de mosaicos “Mas se a gente cobra esse valor todo mundo acha caro e não compra, eles não percebem que um trabalho artesanal é caro” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 DE OUTUBRO DE 2016)

No brechó a demanda de trabalho era inconstante e se misturava com as atividades da oficina de mosaico. Ele variava de acordo com a quantidade de doações que chegavam no dia e da movimentação de “clientes”, em sua maioria conhecidos, moradores da comunidade. A assistência às vendas quase não existia, a atenção da Cecília e da Elisa se fixava em deixar o ambiente limpo, organizado e acolhedor, atuando

apenas no fim de cada venda. O trabalho, ligado ao *processo artesanal de transformação*, era feito no sentido de recuperar roupas e objetos e atrair visitantes e pessoas da comunidade, a fim de permitir um real reaproveitamento daqueles objetos e também dar abertura a uma percepção diferente da própria associação.

Olha, a gente faz de tudo um pouquinho né, como tu vê. A gente arruma as roupas no brechó, a gente faz essa parte de triagem [...] O que é de manchadinho, branco a gente faz o *tie-dye*. Onde a gente ting e recupera um pouco das roupas que iam fora também. Aí ela vai ser utilizada [...] ai tem a parte da costura [...] pra fazer uma customização pra dar mais...pra recuperar né, o tecido, pra recuperar uma saia que tá rasgada lá em baixo que a gente pode recuperar e botar uma barra (CECÍLIA, 43 anos)

Segundo a Elisa, as pessoas se aproximam da associação primeiro pelo brechó. É ele que atrai a comunidade: “O brechó é o ‘brilho’ da Pro-CREP. É com esse contato que as pessoas percebem que aqui não é um ‘lixão’, como muitos dizem. Alguns entram aqui e dá pra ver na cara deles como eles ficam assustados, surpresos” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016).

No espaço da oficina de biodiesel, observei muito uma dinâmica familiar de trabalho do casal, com as crianças brincando e interagindo com os pais nos intervalos de trabalho. O fluxo desse trabalho era também inconstante, associando o trabalho mais braçal de manejo do óleo saturado, até ao o que Miguel chamava de “vigiar a máquina”²⁵ (DIÁRIO DE CAMPO, 08 DE NOVEMBRO DE 2016). Ao falarem do trabalho percebi estar vinculado a um *processo de aprendizado* de um trabalho *mais especializado* e um trabalho de *transformação* pelo qual passaram, muito vinculado também à história de vida do casal. O Miguel falava sempre desse aprendizado com muito orgulho, assim como de sua história de vida e sua transformação enquanto ser humano:

Eu comecei a trabalhar no galpão. Ai já fazia uns cinco anos que eu trabalhava ali que veio outras pessoas, que nem a Unisul, que foi o professor ... e

²⁵ Processo semi-mecanizado, focado no acompanhamento e assistência da produção do biodiesel e afins.

a professora ... “Ah Miguel, quer aprender a fazer biodiesel? ”. Eu disse “Ah, não quero saber de nada” [...] Aí eu comecei a me interessar, para você ver que Deus começou a botar pessoas com paciência, calma [...] (MIGUEL, 45 anos).

Falando aqui nesse serviço. Hoje tem pessoas, eu trabalho tranquilo aqui, com o óleo eu transformo em biodiesel, eu e meu parceiro, eu faço sabão, que é a minha esposa que tá fazendo, pra lavar as bombonas e pra vender ali no brechó [...] O que eu gosto de falar do meu serviço, eu tô aqui em primeiro lugar porque eu preciso, porque tem que comprar comida, pagar aluguel, luz, água, mas eu gosto de trabalhar aqui, porque aqui me ensinou (MIGUEL, 45 anos).

Quanto à diretoria, apesar de estar formalizada no estatuto da associação, esta não era percebida enquanto uma frente ou uma divisão hierárquica, mas sim vinculada a um engajamento, no *trabalho de apoio, assistência*, paralelo, *ligado à figura das voluntárias* e compreendida através das ações do trabalho voluntário que acontecia ali, como a assistência na parte financeira, intercâmbio com o poder público, resolução de conflitos e coordenação das reuniões.

Pra mim elas são boas pessoas, são legais. A Roberta inclusive ela torce assim que isso fosse bem melhor entende. Ela quer fazer. Por ela a gente estava ganhando mil reais por mês, ela se esforça mesmo para nós ganharmos mais ainda. A Paula também, só que não sai disso (OLIVIA, 58 anos).

[...] a diretoria tinha que ser voluntário. As pessoas que trabalham na triagem na coleta, elas trabalham, elas têm a função durante todos os dias o dia todo. Elas não têm tempo de correr atrás de outros benefícios para associação [...] e é sempre importante ter um voluntário para apaziguar. Pra conversar, para fazer uma dinâmica de grupo, essas pessoas precisam muito do nosso apoio, muito (ROBERTA, 43 anos).

Já com a educação ambiental acontecia algo semelhante, esse trabalho era personificado e atrelado diretamente à figura e atuação da Roberta, muitas vezes referenciada como a “professora Roberta”, pela sua condição de educadora e pela história de Pró-CREP que ela mesma vinculava

É como se fosse um aluno. Pra ele aprender tem que ter um professor. Porque quando eu fui fazer essas visitas com a Dona Roberta que eu vi que por mais que as pessoas separavam, eles não sabiam muito bem como tinha que ser feito (MIGUEL, 45 anos).

Meu trabalho é na educação ambiental, sempre, sempre, com o próprio grupo lá na Pró-CREP, com a comunidade, em palestras, na rádio comunitária... (ROBERTA, 43 anos)

A Roberta começou a reunião resgatando a dinâmica dos retalhos feita na reunião anterior e explicou de novo a importância do trabalho coletivo. Logo já adentrou na história da Pro CREP [...] mostrou trechos de algumas reportagens feitas na escola da guarda e foi contando toda trajetória até a reabertura do galpão em 2001. Todos pareciam atentos (DIÁRIO DE CAMPO, 09 DE NOVEMBRO DE 2016).

Junto a essas frentes de trabalho eram relatadas, nas falas dos associados, uma diversidade de engajamentos, que enriqueciam a compreensão desses diferentes espaços, mas esse é um assunto abordado no próximo tópico.

4.3.2 Dimensão econômica

Esses engajamentos diversos que mencionei no tópico anterior, dizem respeito à dedicação de cada um dos grupos de atores que compunham a associação. Em prol do que essas pessoas trabalhavam? Isso afetava diretamente o tipo de vínculo estabelecido (social ou econômico) e os diferentes tipos de recursos empenhados. Os engajamentos eram de três tipos: os voluntários, os remunerados e os via casa de recuperação. O engajamento voluntário acontecia no espaço da oficina de mosaico, nas práticas da diretoria e da educação ambiental. Dizia respeito ao vínculo social estabelecido através de *laços e relações de reciprocidade*.

A Roberta completou, “Nós, voluntários, acreditamos que estamos lá porque podemos fazer a diferença para a sociedade e para o meio

ambiente”. Ela contou a “fábula do beija-flor²⁶”, que reforçava a importância de cada um ser solidário, contribuir e fazer a sua parte. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 DE DEZEMBRO DE 2016).

A Bárbara, atual presidente da associação, se levantou e fez a sua fala [...] “Eu estou na Pró-CREP sempre como voluntária e o que eu mais faço aqui é me reciclar todos os dias [...] porque, mesmo com os ‘nãos’ que nós recebemos na vida, tudo o que acontece é para nos melhorar. Só melhorando assim que a gente consegue dar a nossa contribuição para o mundo e isso nos faz crescer” (DIÁRIO DE CAMPO, 9 DE NOVEMBRO DE 2016).

E de tarde eu venho aqui. E aí, todo mundo procura ajudar no que pode, né. [...] eu acho que a gente tem que procurar todo mundo ser amigo, né. A gente convive o dia a dia então já pensou se a gente não fosse amigo, que coisa ruim [...] eu sou uma pessoa assim ó, tudo que eu posso...eu vou, faço compra, trago leite, trago, café, tudo pra cá (FÁTIMA, 68 anos).

O valor do trabalho voluntário não era monetizado, mas entregue na própria relação social. Na compreensão delas, os beneficiários que “ganhavam” com o trabalho eram elas próprias – que recebiam o benefício de significação subjetiva do engajamento social do voluntariado – a sociedade, o meio ambiente e os outros membros da associação.

O vínculo econômico correspondia a um trabalho financeiramente remunerado e se dava a partir de dois engajamentos distintos. O primeiro deles era o engajamento via casa de recuperação.

Os rapazes moravam todos juntos na casa de recuperação e trabalhavam todos no galpão de triagem, o valor recebido pelo trabalho era pago aos coordenadores da instituição.

Nós não mexemos com o dinheiro. Ai o X vem aqui e recebe tudo junto. Aí fica com eles. Isso aí a gente tem 30% em cima, porque a gente ajuda o sitio a

²⁶ Essa fábula contava a história de um incêndio na floresta e, enquanto todos os animais fugiam, um pequeno beija-flor apanhava gotas de água de um rio e atirava-as para o fogo. A águia vendo aquilo perguntou a ele: “Ô bichinho, achas que vais apagar o incêndio sozinho com estas gotas?” e o beija-flor respondeu “Sozinho, sei que não vou”, respondeu o Beija-Flor, “mas estou a fazer a minha parte”.

pagar o aluguel, a água, a luz [...] aí cada mês é descontado (JOSÉ, 44 anos)

Novamente a motivação econômica não era colocada como prioridade, mas indicava certo vínculo *ao processo de tratamento e reabilitação* compartilhado por aqueles homens. O foco parecia ser a laborterapia, com as dificuldades desse processo compartilhado por todos, mas também muito individual e subjetivo. O valor do ato de trabalhar sugeria associação com a necessidade de “ocupar a mente”. O rendimento total do trabalho deles era mobilizado em prol de garantir, materialmente, a continuidade desse processo de recuperação:

A dona X pega o dinheiro e coloca na conta de cada um. Às vezes tem vaquinha pra um churrasco, aí tira 50 reais de cada um. Pra ti ver, lá é legal, vamos a praia, é churrasco, é refri [...] esse dinheiro fica pra nós, mas a gente precisa cumprir os nove meses de casa, aí a gente pega o dinheiro. Meu dinheiro eu já estouro tudo “É carne, vamos fazer! Dou cem conto”. Eu já tô ganhando, a minha recuperação é o mais importante [...] eu não posso reclamar, mas tem muita pessoa que reclama. Igual assim, nós lá na casa no quarto mês tem direito a visita, poder sair três dias, mas tem muita gente que quer sair na hora (JOSÉ, 44 anos).

O segundo engajamento tratava dos associados remunerados. Todos moradores da Pinheira e com tempo maior de associação. Como estavam espalhados nas quatro frentes de trabalho da associação (galpão de triagem, brechó, oficinas de mosaico e biodiesel), a representação desse vínculo econômico se delineava muito a partir de dois principais direcionamentos.

O primeiro deles se vinculava ao econômico pensado dentro do espaço do galpão de triagem. Local este, no qual a percepção dos rendimentos era atrelada à *dinâmica externa de preços do mercado*, ou seja, ao valor (e as consequentes quedas e oscilações) pago pelos atravessadores, que praticavam suas políticas de preços de acordo com as variações do mercado. Os associados, ao terem consciência da dependência financeira que tinham dessa renda e da “instabilidade financeira instalada”, reforçavam sempre a necessidade de se buscar no mercado, uma outra opção economicamente mais vantajosa para eles. Dessa forma, essa instabilidade e os baixos valores pagos eram vistos por eles como requisito que acabava por interferir no próprio ritmo de trabalho:

A Olívia disse “mas tem que melhorar mesmo, [...] Eu não tenho outra renda, é só isso. Eu não tenho mais dinheiro. Então eu acho assim que tá pouco, tem que melhorar muito”. A Roberta rebateu “e o que nós podemos fazer para melhorar?” e ela sugeriu “Precisamos procurar comprador que pague mais, a Simone disse que são duas coisas que baixaram de preço. Não adianta a gente trabalhar, trabalhar, trabalhar e depois eles não pagarem. É o preço que é ruim” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016)

Nós trabalhamos por horas, não sabemos se dá 5, se dá 10 mil, se dá 15 mil, porque varia muito de comprador, tem meses que o material está lá em cima, tem meses que o material vai lá em baixo. Quando o material está lá em baixo, agora começou a abaixar o papelão...quando tá lá em baixo o que a gente faz, aí tem que fazer dois por um (SIMONE, 48 anos).

Devido a isso, eles pareciam não ter um controle sobre o valor do trabalho. A partilha do rendimento era realizada a partir do valor total que conseguiam arrecadar com as vendas e era dividido pelas *horas trabalhadas por cada um*. Segundo eles, esta era uma forma de controlar e se distribuir os rendimentos, visto que se tratavam de muitas pessoas trabalhando juntas, cada uma com um horário específico. Esta *flexibilidade no horário* de trabalho era atrelada diretamente ao *resultado financeiro*:

Conversei com ela sobre a história da Paula [...] a Olívia me contou que ela só trabalhava de tarde por conta do irmão que era cadeirante. Na parte da manhã ela cuidava dele e dos serviços da casa. “Tarde dessas ela trouxe ele aqui. Ele ficou a tarde toda na cadeira olhando a gente trabalhar, até dormir ele dormiu” (DIÁRIO DE CAMPO, 03 DE NOVEMBRO DE 2016).

A divisão é por hora né. Ai assim, se eu vou para o médico eu não ganho. Se eu ficar doente dois ou três dias eu vou perder porque eu não venho trabalhar. Aí o material é vendido e a Simone pega o dinheiro todo de todas as vendas e vai somar as horas e vai ver quanto é que dá pra pagar as horas e daí ali ela vê (OLÍVIA, 58 anos).

As consequências da busca por uma *comercialização em maior escala* e de um material com *baixo valor agregado* também era percebida como entraves econômicos, que atrasava e diminuía os valores da partilha:

A Paula se manifestou dizendo que já fazia mais de um mês que o pessoal do galpão não recebia e que as contas estavam vencendo “Hoje à tarde eu não tomei café, porque eu não tenho um real na minha casa pra comprar um pão”. A Simone justificou que a conta fechada no fim do mês anterior seria recebida somente agora, depois de mais de um mês e justificou que a quantidade de material tinha diminuído (DIÁRIO DE CAMPO 02 DE DEZEMBRO DE 2016).

O Eduardo, um rapaz que entrara a pouco tempo na associação se manifestou “o bom mesmo seria se a gente conseguisse transformar o plástico aqui. Eu ouvi falar de um lugar que eles fazem bicicleta de plástico reciclado” (DIÁRIO DE CAMPO 04 DE NOVEMBRO DE 2016).

No espaço da oficina de biodiesel, da oficina de mosaico e do brechó a percepção dessa dimensão econômica se configurava de forma bastante diferente. Apesar de também não possuírem uma renda fixa mensal, a dinâmica de trabalho nesses espaços era vista como *mais flexível*, o que *não afetava diretamente o resultado econômico*, por estarem mais embasados nos *laços de solidariedade*. Em virtude disso – e pela divisão do rendimento ser feita entre poucas pessoas – se permitia certa *informalidade no controle dos horários*.

Aqui pra mim é tudo igual. O galpão da reciclagem [...] eles ali eles marcam ponto porque são em mais pessoas. Que nem aqui é só eu e o Fabiano. Lá é só a Cecília e a Elisa (no brechó) e ali é mais de 12 pessoas [...] aqui a divisão é igual que nem eu e o Fabiano, se der mil, é 500 dele, 500 meu (MIGUEL, 45 anos).

Aqui eu e a Elisa, como é só nós duas, a gente faz o rateio semanal. Na sexta feira a gente divide o dinheiro (CECÍLIA, 43 anos).

No início da tarde fiquei no brechó auxiliando a Cecília em um mosaico. Perguntei da Elisa, “Ela me avisou que não vem hoje porque tem prova de recuperação da faculdade”, perguntei se tinha

algum problema ela faltar e a Cecília disse que não “As vezes sou eu que preciso ir no médico também. A gente se ajuda” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DEZEMBRO DE 2016).

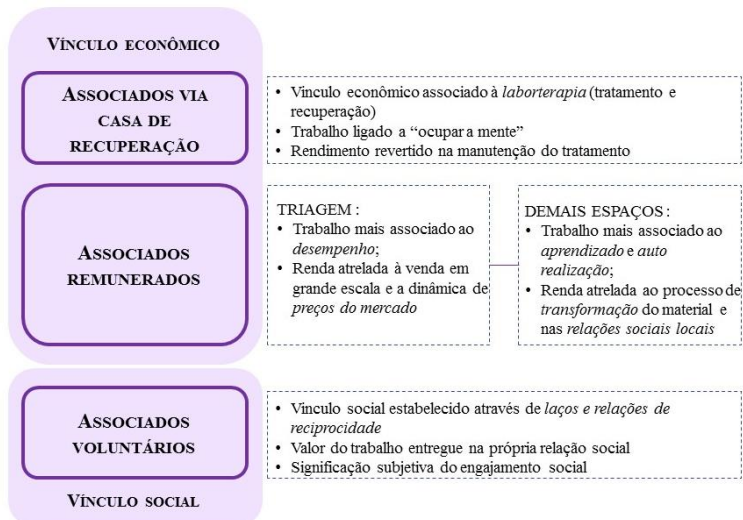
O econômico era atrelado à uma maior liberdade na *definição e negociação do preço de venda* e à comercialização em *escala menor e local*. Isso, muitas vezes, abria espaço para associação relações comerciais ligadas a vínculos de confiança e solidariedade, por exemplo:

Porque tem que ser assim aqui também, “ai, mas tu vende muito barato”, mas eu tenho que vender, tem que sair. Eu não quero ficar com coisa parada aqui. Por menos que seja, 4, 5 ou 3 reais, tem que sair. Se pelo menos viesse umas dez pessoas pra comprar aqui por esse preço...então as vezes eu doo alguma coisa pra pessoa, ajudo a pessoa, eu digo “tá gente, ele tá precisando, deixa levar” (CECÍLIA, 43 anos).

O caderno de promissórias a Cecília me disse que tinha, pois, muitas vezes as pessoas não tinham dinheiro na hora e pediam para pagar depois e ela sempre fazia. “Acontece de eu levar calote às vezes, mas eu ainda prefiro fazer, porque a maioria paga. Eu confio” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DE OUTUBRO DE 2016).

O Quadro 7 apresenta uma síntese dessas interpretações iniciais do aspecto econômico vinculado ao trabalho na associação.

Quadro 6 - Dimensão econômica



Fonte Elaborado pela autora

Essas diferentes referências se congregavam na coletividade, a partir da interação entre todos os membros do grupo, sigamos para a próxima dimensão.

4.3.3 Dimensão social

A hierarquia era percebida de formas distintas, também como reflexo das diferentes percepções das relações econômicas discutidas anteriormente. Ela se encontrava, assim, mais instituída dentro do galpão de triagem, se corporificava na figura de coordenação da Simone, responsável pelo trabalho mais “administrativo” de organização e venda, assim como de reger o ritmo de trabalho dentro do galpão, o que muitas vezes acabava tencionando as relações:

Eu faço as vendas, a administração ali dentro do trabalho, pedindo pra um fazer uma coisa e outro fazer outra, porque eu tenho a visão do serviço e a pessoa que está aqui dentro tem que focar na visão, de um lado e do outro, para fazer as coisas acontecerem [...] Tem hora que eu acho que eu sou até espinhosa demais, mas eu não posso dar rédea curta, porque tem que fazer acontecer as coisas aqui dentro (SIMONE, 48 anos).

[...] a gente sabe o serviço que tem pra fazer. Ela não precisa chegar e dar esporro como ela faz. A gente só olha pra ela e diz: “tá bom” (JOSÉ, 44 anos).

Essa tensão era percebida e, muitas vezes, associada à dimensão econômica, assim como às dificuldades de relação entre os associados remunerados e os rapazes da casa de recuperação, estes sempre referenciados enquanto grupo. Essa foi uma referência complexa de compreender, uma vez que esta relação tensionada se encontrava de forma distinta nos discursos dos sujeitos.

Tem esses meninos da casa de recuperação que não é fácil... Até mesmo a gente não sendo da casa de recuperação tem dia que tu não tá bem, chega estressada, então é muito difícil sabe. Eles mais ainda porque são dependentes químicos. Que aí a dependência deixa eles irritados (SIMONE, 48 anos).

Eles não dão valor pra nós. O pessoal da esteira lá ó, eles podem conversar um com o outro e a gente, se fizer muito barulho, se procurar o outro pra desabafar já não pode. Fica dizendo “Ou vai trabalhar, lugar de conversar é em casa” (JOSÉ, 44 anos).

Já a coordenação fora do espaço do galpão de triagem se configurava de forma menos hierárquica. Eram compreendidos como “*espaços com menos pessoas*” e *mais horizontalizados*. As figuras de coordenação da Cecília e do Miguel eram ligadas a espaços com *menor nível de hierarquia*.

Tem que chegar e meter a cara e trabalhar. Não chegar aqui na oficina e ficar sentado, esperando alguém falar pra mim que eu tenho que fazer alguma coisa. Não tem isso [...] Chega aqui eu não quero ficar falando pras pessoas “ai, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo” [...] Porque é uma associação né... não somos uma empresa onde tem um chefe. Ninguém tem chefe aqui. Eu não sou chefe, não quero ser chefe. Eu tô aqui mais pra coordenar, né? (CECÍLIA, 43 anos).

A tomada de decisão referente às atividades de rotina da associação era então vinculada aos próprios coordenadores. Entretanto, algumas dessas decisões eram repassadas às voluntárias da diretoria, que também se encarregavam de abordar e discutir esses assuntos nas reuniões:

Às vezes quando tem que mudar (de comprador) eu tenho que falar com a associação, pedir a opinião deles, porque eu não mando sozinha. Eu não mando nada aqui, a gente não manda, porque isso é uma associação. A gente passa “ó esse tá pagando um preço melhor, essa paga assim o outro paga assado” e assim a gente vai informando (SIMONE, 48 anos).

A Roberta interveio “nós não estamos aqui pra culpar ninguém, mas para resolver juntos, para ficar bom. Juntos vamos pensar”. [...] A Bárbara (presidenta) intermediou a discussão sobre o recebimento ser antes do natal e eles voltaram a discutir sobre ter um dia específico para receberem. Quanto a isso ela ressaltou “eu quero que todos vocês pensem sobre isso. Não adianta reclamar, pensem. Então tem que trabalhar bastante para poder ter carregamento de material nesse período” (DIÁRIO DE CAMPO, 02 DE DEZEMBRO DE 2016)

Como já citado acima, outro elemento compreendido pelos sujeitos como enriquecedor do social eram as reuniões gerais. Esse espaço de discussão era ancorado como alternativa para resolução dos conflitos, *espaço de conversa e compartilhamento* e forma de “*terapia de grupo*”. Na maior parte das vezes, a pessoa responsável por articular essas reuniões era a professora Roberta, a quem eles associavam a função conciliatória dentro da associação. Eram nessas reuniões que as práticas cotidianas – com seus problemas, conflitos e desafios – se viam mais claramente representadas, em uma articulação dentro do coletivo.

Tanto pra resolver problemas pessoais, alguma desavença, ou um negócio de material no trabalho, ferramenta. Em tudo, pra mim é essencial em tudo [...] porque as vezes acontece as coisas assim, até em casa acontece isso, se não sentar e conversar, ficar calado, o negócio vai crescendo um negócio dentro da gente e quando vê tá de cara virada com todos [...] Se não fossem aquelas reuniões, hoje eu acho que nem aqui eu estaria. Por causa das reuniões, de estar todo mundo ali, compartilhando. Teve reuniões que eu deixei de fazer briga aqui dentro, que eu andava louco, explodindo pra avançar em pessoas (MIGUEL, 45 anos)

Os encontros é pra essa lapidação mesmo, assim. Não é só pra passar recado. E veja que todos nós crescemos com isso. Eu enquanto professora, pra mim, todo esse envolvimento me proporcionou muitas coisas boas na vida [...] E quando percebe-se que o ambiente está ficando pesado, tem alguém reclamando muito de fulano ou de beltrano, então paramos e conversamos, fazemos encontros extras (ROBERTA, 43 anos)

A gente faz as reuniões e são boas, sabe, mas tem pessoas que escutam por aqui e sai por aqui e no outro dia faz a mesma coisa. Eles não captam certas coisas. Ela é boa pra abrir a memória das pessoas, né. Serve também as vezes como uma terapia de grupo (SIMONE, 48 anos).

A relação e a comunicação interpessoal eram informais e permeadas por conflitos, percebidos e apontados por eles, como eventos normais dentro do coletivo. Essas situações nas quais as relações eram tensionadas, tinham respaldo na significação da importância do vínculo afetivo e de união, criado entre essas pessoas, que se referiam constantemente à uma *relação “de família”*. Interpretei esta referência como estreitamente associada à busca de um vínculo social culturalmente mais sólido: um vínculo de reciprocidade de base familiar.

Eu gosto de ser realista, eu não vou dizer que é cem por cento (a relação entre as pessoas). [...] não adianta eu falar assim pra ti, que vou sair daqui porque tem um monte de problema, tem um monte de fofoca, de não sei o que, e nada dá certo. Mas pra onde eu for vai ser a mesma coisa, não adianta. Principalmente onde tem mais de três pessoas trabalhando, por mais que seja certinho, sempre vai ter desavença, mas eu gosto de trabalhar aqui. Pra mim é mais excelente do que não excelente. Eu me sinto bem aqui, principalmente quando tem reunião (MIGUEL, 45 anos).

Olha, eu vou dizer pra ti, existe problema, mas só que eu gosto de todos eles. As vezes sai né, as vezes dá uma desavença um com o outro, mas eu gosto de todos que trabalham aqui, eu amo eles. Pra mim é como se fosse um irmão, uma coisa, a gente se acostuma com a pessoa né. Pra mim somos todos uma família aqui, eu considero como minha família (OLIVIA, 58 anos).

Então aqui eu me sinto bem, é como se fosse uma família. Apesar de que, aos trancos e barrancos e o estresse, mas eu sou como se fosse uma defensora da Pró-CREP. O que tiver ao meu alcance que eu puder fazer eu faço (SIMONE, 48 ANOS).

A Roberta, logo em seguida corrigiu “É ‘nós’ fazemos bem baratinho, é a Pró-CREP que faz...nós. Nós, nós fazemos. Cada integrante da família cuida de alguma coisa, mas é tudo nosso...é a mãe Pró-CREP” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016).

A vivência no coletivo era referenciada por eles enquanto *aprendizado e crescimento pessoal*. O que conclui ser um indicativo da forma com que a dimensão subjetiva participava e se construía também a partir da troca intersubjetiva.

Eu aprendo com o dia a dia né, com as pessoas. É vivendo e aprendendo. Cada um tem uma opinião, cada um dá sua opinião. Eu vou dizer que não? A gente vai, tenta e assim nós tocamos (SILVANA, 48 anos).

Mas os encontros é pra essa conversa, essa lapidação mesmo, assim. Não é só pra passar recado. E veja que todos nós crescemos com isso. Eu enquanto professora, pra mim, todo esse envolvimento me proporcionou muitas coisas boas na vida (ROBERTA, 43 anos).

Era também a partir da dimensão social que eram difundidos em âmbito interno os valores estreitamente ligados à educação ambiental. A última dimensão foi a responsável por tratar disso.

4.3.4 Dimensão valorativa

A educação ambiental não era percebida enquanto um campo de atuação “concreto” como os demais, mas se fazia presente nos discursos dos sujeitos, ancorada nos próprios valores da associação.

Era corporificada na figura da fundadora e na própria história da associação, atuava tanto de maneira interna (dentro da associação) quanto externa (para a comunidade):

E, lembrando a presença da educação ambiental dentro da associação a Roberta destacou “o que a Pró-CREP faz? Faz biodiesel, sabão, o mosaico, o

brechó, coleta...por que nós não falamos na educação socioambiental? Por que não se toca. A educação ambiental a gente faz, mas não tem uma sala para educação ambiental” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016).

Hoje o meu trabalho é na educação ambiental né, sempre, sempre. Com próprio grupo, lá na Pró-CREP, como com a comunidade, em palestras, na rádio comunitária (ROBERTA, 43 anos).

Em âmbito interno, acontecia nas reuniões gerais do grupo. Nelas a Roberta assumia o papel de transmissora dos valores de *cuidado, preservação e respeito ao meio ambiente* e da *valorização do trabalho* feito pelas pessoas da associação – veiculados na busca de uma ressignificação, a partir de uma “nova visão” sobre aquele trabalho – associado à discussão sobre trabalho coletivo, aspecto muito trabalhado dentro do grupo.

A Roberta começou a reunião reafirmando a importância do trabalho realizado na associação para a preservação da natureza “nós podemos dizer que praticamos o bem para vida, porque estamos cuidando dos resíduos, das embalagens que vieram da natureza, e que, se não fossem recicladas, mais matéria prima da natureza teria que ser retirada”. Também falou do bem social, na garantia de renda para todas aquelas pessoas que trabalhavam ali. Eram palavras de valorização daquele trabalho (principalmente das pessoas da triagem). Contou uma parábola que fazia refletir sobre a convivência em grupo e a necessidade de lidar com as diferenças para conviver na coletividade. “É com a ajuda de cada um que vai ter o salário de todos, que vamos separar todos os materiais, porque um sozinho não faz nada” (DIÁRIO DE CAMPO, 02 DE DEZEMBRO DE 2016)

As pessoas precisam de se lapidar. Precisam de informação. Para poder se reciclar também, pensar diferente, valorizar o que eles fazem. Porque imagina, você fica todos os dias, separando o material todos os dias e ninguém falar nada para você que isso é importante, faz bem para a saúde dele, para a saúde da população, do meio ambiente, ninguém fala nada. Chega um momento que aquilo fica sem sentido, né. As pessoas

perdem a autoestima, perdem o prazer de estar ali, porque vão cansar de ver lixo, porque para eles vai ser lixo, não tem outro olhar (ROBERTA, 43 anos).

Nas falas dos associados, a busca de valorização do trabalho por meio desses valores se mostrou compartilhada. Eram citados o “cuidado com a natureza” e a “preocupação com a poluição” e surgiram questionamentos com relação ao próprio sistema de consumo linear, assim como uma “oportunidade de emprego e renda” e “ajuda às famílias”. Para os eles, o objetivo do trabalho da associação conjugava uma *relevância ambiental e social*.

A Pró-CREP existe porque se não, já pensou como estaria natureza com esse monte de reciclado que eles trazem para cá? Que vai ser tudo bem aproveitado né. Se não, não precisava ter. E tem por isso, que é pra gente poder limpar mais a cidade não viver as coisas jogadas por aí, porque tu sabe que a humanidade é um bicho triste né. e para oferecer um emprego para essas pessoas e para esses que tão em tratamento também né (FÁTIMA, 68 anos).

Pra mim, em primeiro lugar, é por causa do meio ambiente. Pra ajudar a natureza. No começo, que nem a professora Roberta falou, no começo era por causa de necessidade [...] e hoje em dia, graças a Deus, é pra ajudar famílias, que eu sou uma, né. E principalmente por causa da natureza também (MIGUEL, 45 anos).

É importante o trabalho sim, porque tem em vários lugares né, não é só essa, tem em tudo quanto é lugar quase, tem um galpão pra reciclagem. Porque já pensou, eu fico pensando assim, se não houvesse quem reciclasse, o que ia acontecer com o planeta? O ambiente até das nossas casas, ia isso tudo pra onde? Já tem tanta gente que pega papelão na rua, tanta gente que trabalha nisso, imagina se não tivesse. É uma ajuda, como se nós tivéssemos ajudando o planeta e a natureza, desafogando a natureza (OLÍVIA, 58 anos).

O reflexo dessa significação compartilhada se mostrava também em âmbito externo, no qual os próprios sujeitos se tornavam agentes propagadores desses valores para fora do espaço da associação, na própria

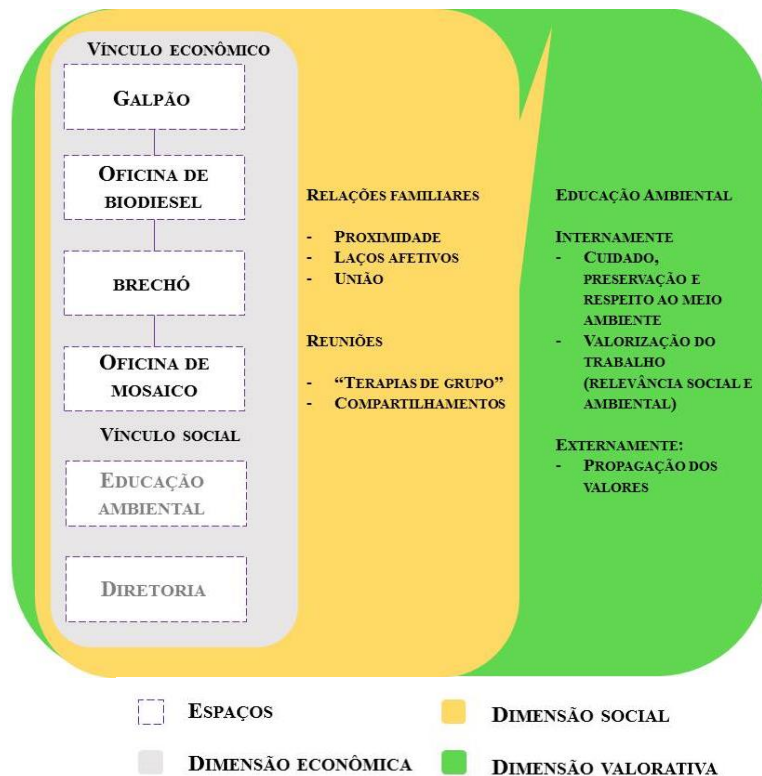
“explicação” do seu trabalho, a partir de conversas com a comunidade, nas visitas nas residências, ou mesmo via rádio comunitária.

Todo dia que vem gente aqui a gente explica né aí a gente já tá fazendo a educação ambiental né. A gente explica como faz. Eles perguntam o que tem que trazer, o que pode e o que não pode trazer. [...] eu sempre falo, obrigada por trazer a sua roupa, tá ajudando o meio ambiente, pra pessoa não pensar que é só pra ajudar a gente. Pra pensar também que a gente tá fazendo alguma coisa também pelo lugar que a gente vive né. (CECILIA, 43 anos)

Ai quando você fala do Miguel, pra mim eu vejo que só a transformação da vida do Miguel valeu a construção daquele galpão [...] E hoje você vê a pessoa que ele é. Ele é meu parceiro de educação ambiental, vai na rádio comunitária, dá depoimentos lindos, sai comigo nos eventos, nas escolas, fizemos um trabalho nas residências, por rua e ele acompanhou (ROBERTA, 43 anos).

É como se fosse um aluno. Pra ele aprender tem que ter um professor. Porque quando eu fui fazer essas visitas nas casas com a Dona Roberta que eu vi que por mais que as pessoas separavam, eles não sabiam muito bem como tinha que ser feito (MIGUEL, 45 anos)

Figura 17 - As dimensões espaço-temporal, econômica, social e valorativa



Fonte: elaborado pela autora (2017)

Assim, nessa primeira interpretação em busca de diversas percepções dos sujeitos sobre processos que envolvem as relações sociais de trabalho do coletivo, fui além de relatar tais práticas e como ocorrem ao buscar interpretar os elementos simbólicos e culturais pelos quais os sujeitos representam sua realidade. Como salientam Almeida, Santos e Trindade (2000), busquei articular essas práticas como elementos constitutivos das próprias representações sociais, congregadas também no discurso dos sujeitos.

Desta forma, os diferentes tipos de trabalho realizados, a heterogeneidade dos membros e os diversos espaços que compunham a associação congregavam uma grande diversidade de referências. Todavia, como salienta Arruda (2005), a interpretação fragmentária não basta. É

necessário que aconteça a referência à literatura, assim como um esforço de interpretação integradora, na articulação entre as “categorias” para que se possa começar a compreender a “lógica informal da vida cotidiana” define a autora, referenciando o pensamento de Geertz.

Os desdobramentos de diferentes lógicas de trabalho traziam referenciais importantes, que demarcavam uma cisão espacial-temporal-econômica. Duas referências centrais se constituíam na percepção do trabalho no galpão de triagem, que se significava enquanto “necessidade”. Tanto a necessidade material, no trabalho vinculado ao desempenho e a preponderância do resultado econômico, ligado diretamente à necessidade de renda dos sujeitos que lá trabalhavam, quanto à necessidade no aspecto psicossocial, congregando um processo subjetivo de ressocialização e reabilitação compartilhado pelo grupo dos rapazes da casa de recuperação. Logo, neste espaço eles percebiam a tensão das relações a fim de maximizar aquele resultado econômico, com uma hierarquia que se instituíra mais claramente para esse fim.

Os espaços das oficinas de mosaico e biodiesel e no brechó, apesar de também compartilharem do aspecto econômico (que não era geral, pois se misturava com o trabalho voluntário), traziam o trabalho significado enquanto “realização”. As relações eram percebidas como mais horizontalizadas e proporcionavam uma maior autonomia por parte dos sujeitos. Esses relatavam o trabalho como uma atividade gratificante e auto realizadora, em um espaço onde o vínculo econômico se misturava com laços e relações de reciprocidade – entre os próprios sujeitos e com membros da comunidade – em atos de dar e receber.

Essas referências centrais apresentam o congregar dos diversos espaços sociais dentro de uma mesma organização, como apresentava Guerreiro Ramos (1989) em seu paradigma paraeconômico. Como relatado anteriormente, características predominantes dos enclaves da economia e da isonomia apareceram no espaço do galpão de triagem e nos demais espaços da associação respectivamente. Uma tensão era referenciada quanto à fixação do *éthos* do mercado dentro do espaço do galpão, afetando, assim, as relações sociais.

Tais relações, e todas as tensões que as envolviam, encontravam respaldo na vinculação às relações familiares estabelecidas: relações de proximidade, de bases mais sólidas e fixadas em laços afetivos e de união que intentavam englobar o coletivo. Tal fato, segundo o paradigma elaborado por Guerreiro Ramos (1989), também se faria presente na multiplicidade de padrões de relações interpessoais possíveis dentro de uma sociedade multicêntrica. Esta simbolização familiar parecia permitir

ao grupo compreender melhor esta união e lidar com os conflitos conjuntamente.

Neste sentido ocorriam as reuniões gerais: espaço de negociação do social nas significações do trabalho, compartilhadas pelo coletivo a partir da interação das esferas sub e inter e trans subjetivas (JODELET, 2009). Nelas, vinham à tona as referências citadas acima, fortemente vinculadas a questões do cotidiano de trabalho do grupo. Principalmente aquelas referentes às tensões, que, por serem latentes, atuavam na definição das reuniões gerais como “terapias de grupo”. Era através dessa comunicação que – segundo a teoria habermasiana de sociedade civil apresentada por Cohen e Arato (1997) – os conflitos eram compartilhados e trabalhados no coletivo, orientando o entendimento e a integração. Essa dinâmica de comunicação para o entendimento era também significada enquanto troca, aprendizado e crescimento dos próprios sujeitos. Isso porque, uma vez que a comunicação atuava transmitindo e renovando o saber cultural e desenvolvendo a integração social, criava espaço para a própria formação da personalidade individual: atividades próprias da ação comunicativa operada no mundo da vida.

Também eram sempre pautas das reuniões os valores de respeito e cuidado com o meio ambiente, colocados como forma de valorização da vida e do trabalho dos associados. Como sinalizam Cohen e Arato (1997), a sociedade civil seria a expressão institucional do mundo da vida, *locus* de sociabilidade e criação de compreensões compartilhadas que viabilizam a integração. Logo, esse ambiente de socialização proporcionado pelas reuniões permitia o compartilhamento, espaço para uma ressignificação das relações sociais e do próprio trabalho pelo coletivo, que por se ampararem em laços familiares e em valores propagados pela educação ambiental, poderia ser compreendido enquanto ressignificação do conflitos e tensões presentes, como explicitados na fala da Roberta:

Quando se percebe que o ambiente está ficando pesado, que tem alguém reclamando muito de fulano ou de beltrano, então paramos e conversamos, fazemos encontros extras [...] pra eles que estão ali no dia a dia se torna muito pesado, eles convivem todos os dias com aqueles problemas, aí eles também se tornam pessoas amargas, pessoas difíceis, né (ROBERTA, 43 anos).

Logo, as relações interpessoais percebidas pelos sujeitos dentro da associação congregavam aspectos econômicos, sociais e valorativos. O

econômico, compreendido a partir de uma visão de diferentes espaços de atuação e lógicas econômicas distintas eram percebidas enquanto demarcações e definições das diferenças em cada subgrupo. No social essas diferenças eram então trabalhadas enquanto parte da dinâmica de trabalho no coletivo, que buscava amenizar diferenças e conflitos – ao significar as relações em uma base familiar mais sólida – e compartilhar sua finalidade maior, que na sua atuação na coleta seletiva de materiais atuava na propagação dos valores da educação ambiental.

4.4 ATORES EXTERNOS

Como apontado na literatura, as organizações da sociedade civil estão em interface com outras esferas sociais e travam relações com as mesmas (COHEN, ARATO, 1997). Relações estas, que correspondem à interação entre lógicas de operação distintas, na qual essas organizações podem se posicionar de diversas formas e assumir diversos papéis mais próximos ao mercado ou ao Estado.

Andion (2005), estudando as organizações da economia solidária, apontava que a reinterpretação dessas influências externas era essencial para a manutenção da autonomia e identidade dessas organizações. Sigo aqui analisando de que forma os associados da Pró-CREP percebem a relação com o estado e com o mercado, ou seja, como a própria organização da sociedade civil significa essa interação com o mundo do sistema.

4.4.1 Poder público

A relação com o poder público local, representado pela prefeitura, foi associada pelos sujeitos como um “apoio” ou “ajuda”, via algumas *ações concretas* realizadas pela mesma. Poucas referências surgiram quando os questioneei sobre essa relação, sendo que a professora Roberta era citada como referência enquanto quem articulava essa relação, vista como “burocrática”.

A prefeitura cedeu o espaço para gente, né. Eles pagam a luz e algumas coisas que a gente precisa resolver eles nos apoiam né. E o mais que eu sei é bem isso aí (SIMONE, 48 anos).

Que eu veja não. Olha lá o telhado. Todo mundo diz “o Olivia, a prefeitura não dá pra vocês?”, eu disse “Ah não vai, não vai nada. Da outra vez foi a gente que pagou”. Dinheiro pra pagar o homem aí

e a telha, não sei se a Roberta conseguiu, eu não sei. A prefeitura só ajuda com a luz, a água né e o galpão foi eles que fizeram também. Mas mais nada (OLIVIA, 58 anos).

Eu não sei muito porque quem cuida mais disso é a dona Roberta né, essa parte assim...de ir lá, essa parte mais burocrática assim é mais com ela (CECÍLIA, 43 anos).

A Roberta, que desenvolvia a comunicação com a prefeitura, também relatava *dificuldades com a burocracia na comunicação com o poder público*. E, assim como os demais membros, comentava sobre certa *ausência de respaldo ou contrapartida por parte da prefeitura* com relação aos serviços também prestados pela associação.

Nós entramos uma vez com a solicitação de um convênio e ficou engavetado, parece que já sumiu, evaporou dessa gaveta. Mas já existe conversa, contato com o prefeito para, a partir do ano que vem, firmar esse convênio com a Pró-CREP, onde mensalmente será repassado um recurso financeiro pra manutenção de algumas questões [...] *mas assim, por enquanto verbalmente né* [...] É até um pouco injusto porque, há quantos anos a Pró-CREP vem fazendo coleta e um trabalho de formiguinha, um trabalho árduo...dentro das limitações e nunca foi ressarcida né, nunca foi remunerada pra esse fim. Tendo em vista que hoje, em média, a prefeitura deixa de pagar, pra colocar no aterro sanitário [...] E nós temos colocado muito isso com o prefeito, por isso existe esse interesse em fazer o convênio. Esperamos que esse próximo ano dê certo (ROBERTA, 43 anos).

Os recursos públicos realmente percebidos e referenciados pelos membros vinham provenientes de editais, para os quais os voluntários atuantes na diretoria escreviam projetos (nas linhas de educação ambiental e do projeto biodiesel) e, conseqüentemente, relacionados às reformas e ampliações da estrutura da associação.

Em 2012, nós conseguimos a concessão de uso do galpão por 20 anos. Depois dessa concessão nós conseguimos participar de um edital, que nós conseguimos dar um *up* legal lá na associação. Aí veio a questão do caminhão, a construção das baias, do refeitório que era uma necessidade, os banheiros, ampliação do espaço da oficina...E aí

assim, as pessoas nos comunicam, se alguém sabe de um de tal dá um toque [...] Então hoje Associação está bem estruturada. ela tem um galpão, ela tem um espaço legal, ela tem os veículos, mas ela está sempre no vermelho, não tem grana porque todo recurso que entra é proveniente dos materiais vendidos e essa é a renda das pessoas que trabalham lá (ROBERTA, 43 anos).

Sá (1998, p.50) alerta sobre o estudo de “representações virtuais” e discorre que “para a definição do par sujeito-objeto de uma pesquisa, devemos ter em mente que a representação que os liga é um saber efetivamente praticado”. A própria falta de mais referências dos sujeitos a respeito dessa relação indicava uma possível relação fraca com o poder público, representado pela prefeitura em âmbito local. A partir da conversa com a Roberta, foi possível compreender que essa relação existia, mas que tal dificuldade de acesso poderia se justificar pelas diferentes lógicas de atuação, operando de diferentes formas de comunicação: “verbalmente” pelo lado da associação e mais “burocraticamente” pelo lado do poder público.

Refleti também sobre a questão da “*política de interesse*” percebida por parte da prefeitura, no que era referenciado como o “engavetamento” do pedido de convênio e sobre a problematização com relação à falta de respaldo do poder público, uma vez que a atividade da associação consistia em uma finalidade pública. Nesse contexto, conclui que questões ligadas aos aspectos histórico- contextual se agregavam a estas referências, relacionados os histórico dessa mesma relação:

[...] eu queria melhorar as condições da escola e o governo não estava nem aí com a questão. Era mais fácil arregaçar as mangas e fazer alguma coisa com a comunidade do que pegar os ônibus e andar atrás dos governantes, sabendo da dificuldade que é, né, sempre com portas muito fechadas (ROBERTA, 43 anos).

Assim, se delineava uma referência de afastamento e difícil comunicação com o poder público, pelas lógicas distintas de operação. Dessa forma, o Estado, ao operar através dos imperativos do sistema (poder, interesses, burocracia) se descola do contato com o mundo da vida, compartilhado pelo grupo a partir da comunicação intersubjetiva e solidária (COHEN; ARATO, 1997).

4.4.2 Mercado

A percepção quanto a esta relação não se mostrou de forma clara nas entrevistas, aparecendo mais nas reuniões e conversas durante a observação participante. Eram três os grupos de atores com quem a associação negociava diretamente: os “atravessadores”, os comerciantes e a própria comunidade local. A relação com os primeiros acontece via galpão de triagem e era percebida como uma relação de pouca confiança e de certa dependência econômica frente às oscilações de preços dos materiais:

A Olivia disse “Precisamos procurar comprador que pague mais, a Simone disse que são duas coisas que baixaram de preço. Não adianta a gente trabalhar, trabalhar, trabalhar e depois eles não pagarem. É o preço que é ruim” (DIÁRIO DE CAMPO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016)

Tem que ficar muito atenta com os atravessadores é óbvio, às vezes oferecem um valor alto para pegar a freguesia, para pegar esse vínculo com a associação e aí depois vão baixando, baixando, tem que ficar sempre muito atenta (ROBERTA, 43 anos).

Eles percebiam esse vínculo como meramente econômico e o poder de negociação reduzido frente a esses atores e buscavam no próprio mercado, melhores alternativas. Na interpretação, tal referência pode ser compreendida como uma maneira dos sujeitos se referirem a sua própria atuação frente uma pressão implícita – advinda de um cenário econômico mais macro de cadeia produtiva de logística reversa – nos quais diversos fatores externos atuavam na oscilação do preço.

Fora do espaço do galpão de triagem o vínculo econômico mantido localmente, com atores da comunidade, os compradores eram conhecidos e se negociava o preço de venda. Eles percebiam que o vínculo ia além do econômico, se baseando também em relações de confiança e respeito ao meio ambiente:

Tomamos café nos fundos do brechó enquanto entravam e saíam algumas pessoas da comunidade, comprando algumas coisas e explorando o brechó. “Aqui quase todos são conhecidos nossos, gente aqui da Pinheira” [...] O caderno de promissórias a Cecília disse que faz porque muitas vezes as pessoas não tinham dinheiro na hora e pediam para

pagar depois e ela sempre fazia. “Acontece de eu levar calote às vezes, mas eu ainda prefiro fazer, porque a maioria paga. Eu confio” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DE OUTUBRO DE 2016).

O Miguel me falou que estava produzindo o que eles chamam de “pote” (um preparado que ainda não é o próprio biodiesel em si, utilizado na construção civil). Ele tinha uma encomenda de mil litros desse material para entregar na quinta-feira. “Aqui quem negocia o preço é eu e o meu parceiro, mas aí depende da encomenda também [...] eu sempre falo pra eles: obrigada, porque além de tá ajudando a gente você tá ajudando também a natureza” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 DE OUTUBRO DE 2016).

Logo, essa relação de proximidade representava, para eles, uma relação de vínculo social de reciprocidade que extrapolava a lógica mercantil e contratual. Traços de uma racionalidade substantiva se faziam presentes nessa referência a uma troca mercantil percebida através da criação de um vínculo social (GUERREIRO RAMOS, 1989). Novamente, diferentes referências assumidas na relação com o mercado encontravam justificativa nas diferentes formas com que o mesmo se fazia presente na associação.

4.4.3 Comunidade

A compreensão sobre a relação entre a comunidade e a associação se mostrou bastante dúbia. Ao mesmo tempo em que era relatada uma “*parceria*” de uma parte da comunidade local e a associação – com a separação e transporte dos materiais e participação em ações promovidas pela Pró-CREP – era referenciado também por eles certo *preconceito* com relação às pessoas, ao local e ao trabalho com resíduos, devido à associação do material reciclável ao lixo.

A comunidade participa bastante. Porque são eles que guardam o reciclado direitinho, que lavam, que trazem pra cá. Tem muita gente que traz, quando a gente não consegue ir buscar tem muita gente que traz, que não precisa o caminhão passar lá (CECÍLIA, 43 anos).

A comunidade diretamente não está presente, mas indiretamente ela sempre está presente. Então se nós fizermos por exemplo, um bingo, a

comunidade participa, ela está junto, ela vai, ela compra as cartelas. Uma ação entre amigos, a comunidade participa [...] infelizmente existe muito preconceito com quem trabalha com resíduos. Aham que são pobres coitados né e miseráveis. É isso que a maioria do povo pensa [...] tem pessoas, meu Deus eu trabalhei numa escola que a diretora dizia "Ah, vai lá no lixão vê se tu consegue uma garrafa" [...] e era um Centro de Triagem, entende. É lamentável, muito triste ouvir uma coisa dessas. Quantas vezes eu corrigi e falei assim " Olha, lá é um Centro de Triagem não é um lixão". Porque as pessoas pensam que quando se trata de resíduo, é lixo, é imprestável (ROBERTA, 43 anos).

Este poderia ser um dos motivos dessa pouca proximidade entre associação e comunidade. Entretanto, não abordarei aqui os pormenores sobre a representação da comunidade com relação à associação Pró-CREP, pois tal abordagem fugiria dos objetivos do presente trabalho, mas coube aprofundar em como a percepção daquilo, que parecia se tratar de um estigma veiculado pela comunidade, afetava aqueles sujeitos. Como é possível notar a partir da fala anterior da professora Roberta, a postura dos sujeitos era de *resistência e enfrentamento*, buscando quebrar estereótipos e os preconceitos, reafirmando a importância do trabalho feito pela associação:

Aqui na Pinheira tem algumas pessoas que vem e trazem o material, Que acham bonito o trabalho da gente. Mas tem alguns que ainda chamam de lixão. Um dia veio uma mulher, "O Olívia, tu trabalha lá no lixão?", eu disse assim, "Não, eu não trabalho no lixão, eu trabalho lá na Pró-CREP. Lá não é lixão. Lixão é onde tu chega e os urubus estão todos avançados. Lá tu chega e entra lá dentro pra visitar. É limpinho. Até se admira de um galpão de reciclagem ser limpinho. Vocês têm mania de chamar de lixão, lá é um galpão de reciclagem, não é lixão. Lá não tem urubu, pode ir lá ver" e ela "Ai, desculpa Olívia" (OLÍVIA, 58 anos).

Notei o que poderia ser identificado como o reflexo dos valores da educação ambiental trabalhada internamente, subvertendo uma representação sobre a associação vinda "de fora", repleta de estigmas e destoante da representação elaborada por eles. De forma semelhante, Jovchelovitch (2013, p.21), em sua pesquisa sobre as sociabilidades

subterrâneas, analisou os padrões de sociabilidade e regeneração social desenvolvidas nas favelas do Rio de Janeiro e de como – apesar das condições de vida, pobreza e segregação (construída por representações dominantes) – essas comunidades vêm sendo “capazes de mobilizar recursos para resistir à exclusão, lutar contra a marginalização e reescrever as relações entre as favelas e a cidade”.

Logo, no contexto da associação os valores compartilhados criam um novo entender acerca da significação do próprio trabalho com resíduos, que passa a ser reconhecido e sustentado pelos sujeitos frente aos estigmas sociais impostos a eles.

Portanto, a maneira com que os sujeitos percebiam a relação da associação com estes atores retratou o aspecto híbrido que caracteriza as próprias organizações da sociedade civil. Uma organização privada, de fim público, porém com pouco intercâmbio com o poder público e maior relação com o mercado. Com uma base de troca mercantil – extremamente vinculada à condição social dos sujeitos que lá trabalhavam – mas também com formas de regulação baseadas nas relações pessoais desenvolvidas na esfera comunitária local.

4.5 A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-CREP

No percurso do processo interpretativo das representações sociais, Arruda (2005) discorre sobre o desenrolar final da interpretação, no qual se busca traçar linhas gerais que articulam o pensamento, o princípio organizador da representação, seus processos de elaboração e a sua dinâmica. Os estágios interpretativos anteriores – de microinterpretação, interpretação readequadora e integradora – combinaram reflexão e retorno a teoria, em um “ir e vir” interpretativo que foram essenciais para dar maior consistência à interpretação desenvolvida nesse tópico.

Uma das questões trabalhadas pela teoria das representações sociais diz respeito a forma como as mesmas vão além da capacidade simbólica representacional de um sujeito psicológico, e emergem como fenômeno incrustado ao social, analisado enquanto totalidade (FAAR, 2008; JOVCHELOVITCH, 2008b). Como demarcado por Jodelet (2009), o estudo das representações sociais congrega a relação das esferas subjetivas, intersubjetivas e transubjetivas na configuração das representações compartilhadas por determinado grupo, buscando agregar

o individual e o coletivo. Desta forma, busquei delinear a interpretação deste estudo nesses três eixos.

Logo, as referências de associação que se constituíam dentro de uma dimensão mais individual e subjetiva, pareciam se configurar pautadas no cotidiano de trabalho de cada sujeito, dentro das frentes de atuação da associação, vinculadas aos engajamentos, às trajetórias de vida, às necessidades individuais e à própria circunstância social de cada membro. Era disso que se constituíam as motivações e as necessidades psicológicas básicas de cada sujeito e o que os distinguia uns dos outros, cada um com suas representações cognitivas individuais construídas, criando suas próprias referências sobre a associação. Fosse a partir da necessidade de um vínculo mais econômico ou social, os sujeitos se apoiavam na estrutura intersubjetiva construída pelo coletivo, referenciando o *aprendizado*. Ou seja, o aprender a lidar e superar essas diferenças na comunicação no coletivo constituía, para os sujeitos, uma referência na formação do “Eu”, que permitia a construção da conexão com a dimensão social e intersubjetiva.

As reuniões gerais eram então trazidas enquanto este espaço *terapêutico* de discussão coletivo no qual os conflitos se resolviam por meio do diálogo. Logo, esse aprendizado poderia ser caracterizado como uma movimentação ativa de socialização de cada sujeito dentro do coletivo. Jovchelovitch (2008a, p.128) a apresenta enquanto um laborioso processo de “estar junto”, na formação do “nós” – espaço de alteridade que impõe a necessidade do desenvolvimento da comunicação e da interação na construção da intersubjetividade – produzindo fenômenos como o diálogo, as identidades e os saberes sociais. Nesse espaço com características isonômicas (GUERREIRO RAMOS, 1989), as pulsões e necessidades individuais passariam a ser domadas por laços de identificação e afeto. Longe de se tratar de um processo harmônico, isso significava que as questões implicadas na interação entre o “Mesmo” e o “Outro” tendia a ser permeada pela dialética entre a semelhança e a diferença, identificação e dissensão, reconhecimento e exclusão (JOVCHELOVITCH, 2008a).

Os conflitos referenciados pelos sujeitos, em especial aqueles que se ligavam a tensão referenciada quanto à fixação do *éthos* do mercado dentro do espaço do galpão, eram trabalhados coletivamente, principalmente a partir das reuniões gerais. A busca pela resolução dos conflitos cotidianos e orientação ao entendimento a partir de processos de comunicação intersubjetivos, pareciam ter base na reafirmação dos laços de solidariedade e cooperação, de uma experiência de pertença ancorada pelos sujeitos em *laços familiares associativos*, na indicação de um

vínculo, não ligado a consanguinidade, mas sim reforçando o próprio vínculo social, a partir de uma representação culturalmente mais sólida, ou como bem definiu Jovchelovitch (2013), atuando como andaime psicossocial de apoio ao desenvolvimento individual e social.

Essa referência familiar auxiliou também na compreensão da própria percepção dos sujeitos do caráter privado que assumiam e sobre a transubjetividade na relação com os demais atores externos, no resgate do debate sobre esfera pública. A referência feita a família pode estar vinculada a uma marca do individualismo dentro do espaço público em um contexto de sociedade moderna, em detrimento do espaço transubjetivo de debate, participação política e cidadania (JOVCHELOVITCH, 2000). Dessa forma, a própria falta de engajamento social da comunidade, refletia a ausência de referências de atores sociais com os quais a associação pudesse travar um diálogo, assim como a falta de referências da relação com o poder público, criavam evidências do pouco de fluxo comunicativo no espaço público local para resolução das demandas sociais. Domingos (2016) levanta a discussão sobre um “senso comum ecológico” individualizado ao analisar as representações sociais dos resíduos sólidos no conselho municipal de meio ambiente em Florianópolis. Uma reflexão feita a partir do espaço público local, no qual o foco do papel individual, o “fazer a sua parte”, passava a assumir centralidade na resolução dos problemas sociais e ambientais, uma vez que o espaço público transubjetivo de comunicação se encontrava esvaziado. No caso da associação o “fazer a sua parte” em prol da sociedade e do meio ambiente compartilhava espaço com a ideia de “ajuda” e “apoio” concedidos pelo poder público, ou justificado pelo individualismo da comunidade local. Isso parecia descolar a própria lógica de ação da associação de seu contexto local e passava a eximir os demais agentes de suas responsabilidades. Ou seja, não se pensava em uma esfera política articulada, mas sim em direitos e deveres individuais.

Já a interação, que acontecia com a esfera do privado dentro das relações de mercado, se elaborava de duas formas distintas para os sujeitos: a partir de uma relação formal puramente econômica travada com atores de mercado, os “atravessadores” no espaço do galpão de triagem, na qual a racionalidade instrumental era base no cálculo utilitário e busca por uma rentabilidade financeira maior. Frente a esta referência, a noção individualizada e privada de “família” representava a união, que por meio da comunicação atuava na elaboração de cálculos e “estratégias” para que o rendimento coletivo (e consequentemente a partilha) pudesse ser maximizado. A tensão era constante em um processo no qual a racionalidade instrumental – lógica de atuação característica da esfera do

mercado com o qual interagiam – entrava em contato com a racionalidade substantiva compartilhado pelo grupo, e seu fim de lucratividade era referenciado enquanto busca por um benefício social.

Interação que também acontecia com comerciantes e comunidade local. Todavia, estes representavam tanto papéis de atores de mercado quanto de “*parceiros*”, beneficiários do trabalho realizado pela associação. Traços de uma racionalidade substantiva, em relações de proximidade, fluíam além da troca mercantil, refletindo referências a relações de reciprocidade, confiança, preocupação social e respeito ao meio ambiente. Essas percepções, assim como às relações sociais em âmbito interno, dentro de cada espaço da associação refletiam o próprio caráter híbrido dessa organização que congregava traços de isonomia e economia definidos no paradigma paraeconômico (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Com efeito, era dentro de um contexto de convívio cotidiano próximo a comunidade que se estabelecia de melhor forma o fluxo comunicativo da Pró-CREP. Formavam-se, assim, encruzilhadas em que diferentes representações advindas tanto de fora quanto de dentro da associação se encontravam e interagiam. No âmbito do imaginário coletivo, o trabalho com resíduos transcendia o trabalho cotidiano de coleta, transformação e venda de materiais e se consolidava nas referências simbólicas advindas dos valores propagados pelo engajamento social e pela educação ambiental: valorização e respeito ao ser humano, respeito à natureza, limpeza da cidade, preocupação com meio ambiente e com o planeta. Ora, dentro do próprio contexto geográfico marcado pelo contato direto com a natureza – da qual dependiam, inclusive, as principais atividades econômicas da região – esta era a forma com que os sujeitos passavam a significar a “razão de ser” da própria associação e que se propagava em âmbito local, pelos discursos e pela atuação na coleta dos materiais.

Dessas referências que vinculavam a problemática dos resíduos à educação ambiental e também ao engajamento social, emergiram elementos que pareciam enraizados no imaginário do grupo como traço contíguo, ligando passado e presente. Desta forma, parecia vir à tona uma base de conhecimento fortemente vinculada a história da Pró-CREP, na qual o trabalho com resíduos esteve ligado ao próprio ambiente escolar. Logo, o que Moscovici (2009) definiu enquanto situações na qual analisamos representações de representações, se trata da ancoragem (e objetificação) em conhecimentos passados, preexistentes, que são reapropriados pelo presente. Talvez o fato de muitos membros com tempo de associação ainda comporem o grupo, permitisse que a memória social,

(re) construída ao longo da própria história da Pró-CREP, atribuiu um sentido de continuidade e permanência no processo de desenvolvimento e mudança pela qual passou a associação ao longo de sua trajetória.

A proximidade com a natureza poderia ser considerada como uma característica do território no qual a associação estava inserida, tornando os sujeitos mais sensíveis aos próprios valores associados à educação ambiental. Assim como também o afastamento geográfico da região central do município poderia justificar uma atuação mais autônoma desse coletivo, que trabalhava mais próximo à própria comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Escrevemos nossas vidas
na liberdade das linhas
traçadas pela história.*

Ao caminhar para as considerações finais deste estudo busquei retornar brevemente à problemática que culminou na questão de pesquisa, uma reflexão crítica a respeito dos objetivos decorrentes da mesma, importantes também são as reflexões advindas das próprias limitações deste trabalho (e que necessitam serem pontuadas), assim como sugestões para novas pesquisas.

A heterogeneidade própria do campo das organizações da sociedade civil abre margem para estudos em diversas áreas abordando diversas perspectivas. Logo, é importante levar em conta o conhecimento macro-histórico sobre a sociedade civil, a evolução das teorias e os desafios e contradições até a chegada ao debate contemporâneo do que se convencionou denominar “nova sociedade civil”. A partir de uma escala mais reduzida de análise, me ative no estudo de uma organização enquanto *locus* instituído dessa sociedade civil. Assim, o presente trabalho buscou um enfoque compreensivo a respeito da capacidade que os sujeitos vinculados a uma associação que trabalha com resíduos sólidos tinham de darem sentido a sua realidade. Sujeitos estes que, muitas vezes, eram alvos de estigmas sociais veiculados pela própria comunidade e atuavam em um contexto social marcado pela falta de respaldo do poder público no que diz respeito ao apoio à implementação de políticas de gestão de resíduos.

Em vista disso, o referencial teórico foi base para uma problematização do entendimento das organizações da sociedade civil, a partir do qual os próprios sujeitos inseridos no grupo foram tomados enquanto referências para interpretação da construção simbólica da associação, construída coletivamente através do processo comunicativo e dentro de seu contexto. Como convergência dos pressupostos trabalhados dentro da teoria das representações sociais e por Guerreiro Ramos (1989), se tratou da recuperação do sujeito, compreendido como singular e, também, como múltiplo; como individual, mas também como coletivo (MATARAZZO; BOEIRA, 2016). Aquele sujeito psíquico, que atuava elaborando tensões permanentes, em um mundo que, ainda que o preceda, está sempre aberto para seus esforços de constituir-se enquanto sujeito (JOVCHELOVITCH, 2000).

Em outras palavras, demarquei neste trabalho a adoção de uma perspectiva de sujeitos ativos, que apesar de toda estrutura que os precede, pensam e também constroem a sua realidade, através do processo de comunicação e socialização, pelo qual estes passam a compartilhar representações sobre o mundo e sobre si próprios. Tendo em vista esses pontos, o objetivo geral deste estudo foi compreender as representações sociais sobre a associação Pró-CREP, segundo os sujeitos inseridos na mesma. Não se tratou da busca pelo acesso a uma representação social definitiva pronta e acabada, mas sim um esboço de um processo de compreensão, que partiu da complexidade na qual se formam diversas representações, um “universo representacional” do grupo sobre ele próprio. Esse universo se conjugava com a própria atuação a partir daquela realidade, o que refletia aspectos da identidade do grupo e também da própria identidade individual dos sujeitos.

Desta forma, para atender este objetivo estabeleci os seguintes mediadores como objetivos específicos: a) descrever aspectos históricos e contextuais da formação e atuação da associação Pró-CREP; b) identificar e interpretar como os sujeitos percebem as relações sociais dentro da associação; c) identificar e interpretar como os sujeitos percebem relação dos atores externos com a associação.

Entretanto, como pontuavam Denzin e Lincoln (2006, p.33), “Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis da experiência humana”. Foi o período de campo que me permitiu compreender o quanto o fenômeno extrapolava qualquer abordagem de estudo que eu pudesse delimitar. A riqueza de informações encontradas em campo e toda carga subjetiva com que precisei lidar, me permitiram uma compreensão mais ampliada do mundo que aqueles sujeitos partilhavam, não sendo possível seguir a análise a partir de respostas pontuais, mas sim buscando atender os objetivos de pesquisa a partir de uma elaboração interpretativa/reflexiva ampla, levando também em conta minha interação com o campo enquanto evento dialógico, elemento constituinte dessas conclusões que aqui apresento. Domingos (2016), a partir das reflexões sobre a metodologia interpretativa das representações sociais, apresenta enquanto elementos constitutivos das representações a interação pesquisador/pesquisado e a subjetividade do próprio pesquisador. Sendo assim, fatores decorrentes da pesquisa precisam ser levados em conta, tais como o tempo de observação, a abertura dos sujeitos, a sensibilidade do próprio pesquisador, entre outros.

Tanto o delineamento da pesquisa quanto o referencial teórico utilizado, buscaram trazer à cena a associação enquanto organização, os sujeitos que dela fazem parte e a interação com os atores externos locais.

Ou seja, partir da intersecção das esferas sub, inter e transsubjettivas representadas por Jodelet (2009) na qual se formavam as representações sociais desse coletivo sobre o mundo e também sobre si próprios. Logo, os sujeitos pesquisados, dotados de suas identidades individuais, com necessidades psicológicas e materiais, desejos, vivências e carregando consigo uma bagagem subjetiva, se ligavam ao coletivo através de diversos engajamentos pelos quais se estabeleciam vínculos econômicos ou sociais.

A dinâmica do social, como uma moeda de dois lados, era produto da interação dos próprios sujeitos que aprendiam e se descobriam enquanto social e também componente das identidades, tendo impacto diferente na história de vida de cada um deles. A comunicação de fato se constituía enquanto canal para a resolução de conflitos diversos que tencionavam a todo momento as relações e que, na busca da resolução dos mesmos, se reafirmavam os laços familiares associativos estabelecidos entre eles. Era exatamente neste espaço que se compartilhava um projeto social que transcendia os interesses individuais baseados em princípios e valores. Projeto este ligado diretamente ao trabalho de coleta de resíduos sólidos, mas que incorporava referências dos valores propagados pelo engajamento social e pela educação ambiental. Esta representação simbólica atuava tanto internamente, na valorização do trabalho realizado pelos sujeitos como ia além do espaço interno da associação, tornando essa um agente de educação ambiental local.

Esse nuance histórico da representação mostra que, apesar das representações sociais estarem relacionadas a um tempo e a um espaço e em constante modificação, também guardam referências de uma memória coletiva que passa a ser reconstruída pelo grupo (MOSCOVICI, 2009). Assim também se mostrou fundamental a construção de um contexto local, no qual atuava essa associação para que tivesse uma melhor compreensão do processo de elaboração e dinâmica dessas representações que passavam a transitar dentro da organização e no espaço público local. A própria percepção de falta de articulação desse espaço público local não dava base para que se concretizasse o espaço político de discussão e para que se demandasse do poder público local um maior respaldo com relação ao próprio plano municipal de resíduos sólidos, inexistente no município. Frente a isso, se incorporava à representação do papel de atuação da associação o “fazer a sua parte” enquanto estratégia individualizada de veiculação de seu projeto social.

Por se tratar de uma associação que congregava um caráter econômico e que estava em constante contato com o mercado, esta não

tinha como fim o lucro, mas a distribuição dos rendimentos na geração de renda. Outros pontos como relações mais horizontalizadas, a própria ausência da figura de um patrão ou de uma instância superior de decisão; o desenvolvimento coletivo das atividades; o compartilhamento dos rendimentos; alguns valores ligados a democracia, participação e solidariedade se mostraram características presentes nas próprias falas dos sujeitos. Características estas, próprias de iniciativas da economia solidária, apesar do grupo não se definir enquanto participante do movimento. Isso reflete novamente a própria hibridação constitutiva das organizações da sociedade civil, que apesar das tentativas teóricas de enquadramento, a realidade vivida por elas extrapola as caracterizações.

Antes de abordar a discussão sobre as limitações do estudo, pontuo aqui o que poderia ser enxergado como tal, mas que, no entanto, se constitui como parte do processo de aprendizado vivenciado durante o mestrado, do qual este trabalho é fruto. Apresento essas considerações aqui por elas terem tomado forma apenas nesse momento final da pesquisa, e talvez tivessem sido melhor compreendidas se – como pontua Alcadipani (2013) – as pesquisas brasileiras também buscassem discutir mais os “fracassos” e aprender a partir deles. A finalização desse estudo se mostrou um exercício pessoal de consciência e humildade na compreensão deste aprendizado, frente ao que muitas vezes se idealiza enquanto um trabalho final de mestrado. Feita esta consideração, as limitações passaram a adquirir um novo sentido, na esperança que também se tratem de pontos relevantes das “considerações para novos trabalhos”.

A primeira limitação diz respeito ao tempo, uma vez que se tratou de uma pesquisa qualitativa com uma experiência de observação participante, a qual se mostrou densa e rica no levantamento de informações e na análise. A própria execução dessas etapas, assim como a transição entre elas demandaram tempo, mas que por vezes precisaram ser negociadas a partir do cronograma de pesquisa estabelecido. Outra limitação diz respeito à utilização de uma técnica de pesquisa advinda da antropologia, fundamental para que a aproximação e real contato com o grupo acontecesse, mas na qual precisei lidar com restrições, visto às limitações de minha própria formação. Uma limitação quanto ao conteúdo, que percebi apenas ao final do trabalho, diz respeito a falta de um delineamento mais sistematizado a respeito da problemática dos resíduos sólidos e de um levantamento mais apurado dos trabalhos já realizados na área.

Indo mais a fundo nos comentários sobre as limitações, talvez uma análise mais refinada e profunda a respeito da relação entre a associação e os atores na constituição de uma esfera pública local (em especial a relação da associação com a casa de recuperação) tenha sido sacrificada por um processo reflexivo “incompleto” feito durante o período de campo. Para esse e alguns outros pontos seria necessária uma volta ao campo, esbarrando na primeira limitação que pontuei sobre o cronograma de pesquisa.

Uma crítica também poderia ser elaborada a partir de outra perspectiva, no sentido deste trabalho não partir de uma análise estrutural ao não focalizar em uma radiografia da precariedade do trabalho com resíduos, na vulnerabilidade social vivida pelos sujeitos, reféns de uma cadeia produtiva que os marginaliza, ou algo nesse sentido. Esses consistem em alguns dos vários pré-julgamentos que tive a oportunidade de começar a desconstruir durante o período de campo. A transição de uma base epistemológica mais estruturalista para uma base mais fenomenológica em minha própria formação durante o período de mestrado e, conseqüentemente, na construção da proposta deste estudo, me permitiu mudar o foco para ouvir aquele sujeito que até então julgava já conhecer. Pude perceber a lucidez nas falas deles quanto à condição social de cada um e de como, a partir daquele cotidiano eles construíam suas identidades e se conectavam enquanto coletivo. Quebrei preconceitos que nem sabia que os tinha e pude compreender um pouco da riqueza desse saber cotidiano, simbólico, representacional a partir do qual aqueles sujeitos reinventavam e atuavam na sua realidade. Conclui então, que a adoção dessa outra epistemologia não me impediu de exercitar o pensamento crítico, apenas me deu outra base, uma perspectiva diferente.

Por fim, como sugestões para novos trabalhos, elenco algumas questões que tangenciaram o tema aqui abordado, mas que, por motivos diversos, não puderam ser aprofundadas: explorar a fundo a relação das diversas representações sociais de um território sobre a questão dos resíduos, sob a perspectiva de esfera pública e o aprofundamento nas histórias de vida no desenvolvimento de engajamentos sociais dentro de organizações da sociedade civil.

Ao concluir essa pesquisa, levando em conta tudo o que foi discutido até aqui, concluo que o processo interpretativo das representações sociais que me propus a analisar significou também o contar uma história entre outras tantas possíveis. Processo esse que contemplou a construção realizada pelos sujeitos, mas que também

incluiu a figura da pesquisadora enquanto participante ativa no processo de imersão nesta realidade e na co-construção dessas representações.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. Confissões Etnográficas: fracassos no acesso a organizações no Brasil. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 2013.

ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS Maria de F.S.; TRINDADE, Zeidi A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e metodológicas. **Temas em psicologia**, v.8, n.3, jul. 2000.

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**. v.9, n.1, jan 2005.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Revista Venezuelana de Economia Social**. v.4, n. 7, dez. 2004.

_____. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, Chistiane. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson. B. da. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARAGÃO, Lucia M. C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ARATO, Andrew. Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil: Orientações para Novas Pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 10, n.27, fev. 1995.

ARRUDA, Ângela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, Brígido V.; JESUÍNO, Jorge C.; NÓBREGA, S. M. (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

AVITZER, Leonardo. Sociedade civil: Além da dicotomia Estado-mercado. In: AVITZER, Leonardo (org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BANCO MUNDIAL. *What a waste: a global review of solid waste management*. USA: World Bank, 2012.

BAUER, Martin. W; JOVCHELOVITCH, Sandra. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin. W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL, **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636> >. Acesso em: 02 jan. 2017.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. **Pesquisa sobre organizações da sociedade civil e suas parcerias com o governo federal**. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm >. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRESSER PEREIRA, Luís C. Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luís C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp/Enap, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHIPE, E. **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

CAVEDON, Neusa. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

CEMPRE. Compromisso Empresarial Para Reciclagem. **CEMPRE review**. São Paulo, 2013.

CHANLAT, Jean F. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 2000.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. NewBaskerville: MIT Press, 1997.

CONCEIÇÃO, Márcio. M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Átomo, 2003.

COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou passe-partout político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. n. 43, jun.1997.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DENZIN, Norma, K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa**

qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DOMINGOS, Diego de C. **Teoria das representações sociais e participação social:** estudo no COMDEMA de Florianópolis. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DURIGUETTO, Maria L. **Sociedade civil e democracia.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. **Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.2, jul. 2008.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 31-59.

FERNANDES, Rubem C. O que é o terceiro setor? In: IOSCHIPE, E. **Terceiro setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

FLÔR, Bárbara C. **O dinheiro na encruzilhada de um terreiro de umbanda:** um estudo de representações sociais. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FRANÇA FILHO, Gerauto C. de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, Reginaldo S. (org.). **A administração política como campo do conhecimento.** São Paulo/Salvador: Mandacaru, 2004.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n. 1, jun, 2002.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, p. 155–174, 2007.

_____. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua produção. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, jan. 2010.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GODOI, Christiane K.; MATTOS, Pedro L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, Chistiane. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson. B. da. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, Arilda S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Chistiane. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson. B. da. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HENRIQUES, Flávio. C. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores. **Latitude**, v. 8, n. 1, 2014.

IBGE. **Estimativas da população residente no brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_2016_TCU>. Acesso em: 28 dez. 2016.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, set. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008a.

_____. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 63-85.

_____. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

KRITSCH, Raquel. Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias. **Política & sociedade**. Florianópolis. v.13, n.8, dez. 2014.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**. v.1, n.2, out. 1986.

LAHLOU, Saadi. *Vers une théorie de l'interprétation en analyse des données textuelles*. JADT 1995. **3rd International Conference on Statistical Analysis of Textual Data**. S. Bolasco, L. Lebart, A. Salem (eds). CISU, Roma, 1995.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa**:

enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LAVALLE, Adrian G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n.47. São Paulo: Cedec. 1999.

_____. Sem pena nem glória: O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n. 66, jul. 2003.

LAVILLE, Jean. L.; GAIGER, Luiz. I. Economia solidária. In: HESPANHA et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, Noelle. M. P. Economia social, solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, v. 2, n. 1, jun. 2002.

LÉVI-BRUHL, Lucien. A teoria do Estado em Hegel. **Princípios**.v.20, n. 33, jun.2013.

MATARAZZO, Gustavo. **Incubação de Cooperativas Populares: Representações Sociais e Tensões**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sérgio L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.1. jan.2010.

MAZZOTTI, Alda J. M.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

MEDEIROS, Luiza F.S; MACEDO, Kátia B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.18, n.2, ago. 2006.

MENDES, Luiz C.A. Estado e Terceiro Setor: uma análise de duas iniciativas de aproximação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 50, n.3, jul. 1999.

MIURA, Paula. O.C. **Tornar-se catador:** uma análise psicossocial. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MNCR. **História do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.** Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. **Terra Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização:** São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

MPF. **A pedido do MPF/SP, Justiça determina a suspensão de norma do Conad que permitia a comunidades terapêuticas receber recursos federais sem cumprir normas da saúde.** Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2016/agosto/justica-suspende-norma-do-conad-sobre-recursos-a-comunidades-terapeuticas/>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

NOTÍCIAS DO DIA. **Prefeito Ronério desiste da proposta de emancipar a região sul de Palhoça.** Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/prefeito-ronerio-desiste-da-proposta-de-emancipar-a-regiao-sul-de-palhoca>>. Acesso em 27 dez. 2016.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações Sociais. In: JACQUES, M. da G. C. et al. (Orgs). **Psicologia Social Contemporânea.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações.** São Paulo: Tomson Learnig, 2008.

PALHOÇA, **Plano Municipal de Saneamento Básico de Palhoça.** Palhoça, 2015.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Prefeitura realiza audiência pública de Saneamento Básico**. Disponível em: < <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/560> > Acesso em: 02 mar. 2017.

RÁDIO PINHEIRA. **Sobre nós**. Disponível em: < <http://www.radiopinheira.com.br/sobre-nos/> >. Acesso em: 02 fev. 2017.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

SÁ, Celso P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANCHÉZ, Arturo. L. La crítica de la economía de mercado em Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. **Reis**, n.86, 1999.

SANTA CATARINA. **Lei Nº 14.661, de 26 de março de 2009**. Disponível em: < <http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2009/014661-011-0-2009-001.htm> >. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. **Lei Complementar Nº 495 de 26 de janeiro de 2010**. Disponível em: < http://www2.spg.sc.gov.br/fmanager/spg/projetos_gerencia/arquivo466_1.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2017.

SANTOS, Laís S.; SERVA, Maurício. A Tensão entre a Racionalidade Substantiva e a Racionalidade Instrumental na Gestão Pública: novos caminhos de um campo de estudo. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...**Brasília: Anpad. 2013.

SANTOS, Maria de Fátima S. Representação social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas em psicologia**. v.2, n.3, Ribeirão Preto, dez.1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n.79, 2007.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e Organizações**: O fenômeno das organizações substantivas. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, abr. 1997.

SERVA, Maurício et al. A análise da racionalidade nas organizações: um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro. v.13, n.3, set. 2015.

SERVA, Maurício; JAIME JR, Pedro. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE**. São Paulo. v.35, n.1, jun. 1995.

SEVERO, Cristiane Marques. **Pesca artesanal em Santa Catarina**: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Vagner. G. **O antropólogo e a sua magia**: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp. 2000.

SILVA, Eder D.; CAMARGO, Brígido V.; PADILHA, Maria I. A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. **Revista brasileira de enfermagem**. Brasília, v. 64, n. 5, set. 2011.

SILVA, Alfredo R.L; FANTINEL, Leticia D. Dilemas e implicações do uso da observação enquanto técnica em detrimento da etnografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: CANTOIA LUIZ, D.E. (Org.). **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010.

SPINK, Mary J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, Mary J. (org.) **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STURMER, Jorge A.P. **Representações Sociais e Sustentabilidade na Rede Ecológica de Agroecologia**: um estudo sobre o grupo de Nova Trento - SC. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TENÓRIO, Fernando; VILLELA, Lamounier E.; DIAS, Anderson F.; GURJÃO, Fernanda V.; PORTO, Érico C.; VIANNA, Bruna. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, Salvador, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Marcelo M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VERONESE, Marília V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Contemporânea**, São Carlos, v. 6, n.1, jun. 2016.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**.
2ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.